



POSTALÍS

relatório anual 2014



Edição e Projeto Gráfico:
Plus Interativa
plus@plusinterativa.com

Coordenação:
Assessoria de Comunicação do Postalís
ass.comunicacao@postalis.com.br

SUMÁRIO

ABERTURA

INTRODUÇÃO	4
MENSAGEM DA DIRETORIA	5
RETROSPECTIVA 2014	6

INSTITUCIONAL

O INSTITUTO	16
POSTALIS EM NÚMEROS	17

INVESTIMENTOS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	22
RESULTADOS DE INVESTIMENTOS E ENQUADRAMENTOS	39
SÍNTESE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2015	41

RESULTADOS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	58

PARECERES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	80
PARECER ATUARIAL DO PLANO PBD	84
PARECER ATUARIAL DO PLANO POSTALPREV	87
PARECER DO CONSELHO FISCAL	90
ADITAMENTO AO PARECER DO CONSELHO FISCAL	97
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO	100

ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE	101
------------	-----



Introdução

Apresentamos o Relatório Anual de Informações do Postalis, que traz uma retrospectiva dos principais acontecimentos de 2014 e dados sobre a administração dos recursos dos planos.

Este documento constitui-se em fundamental ferramenta de comunicação entre o Postalis e seus participantes ativos e assistidos. É a prestação de contas do Instituto a todo o seu público, apresentando os resultados obtidos ao longo do ano.

Como o conteúdo é composto de quadros, gráficos, tabelas e faz uso de muitos termos técnicos financeiros e contábeis, sugerimos, para melhor compreensão do documento, que o leitor consulte a revista em quadrinhos “Entendendo as demonstrações contábeis do seu plano de aposentadoria”, disponibilizada no site do Postalis (http://novosite.postalis.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gibi_completo.pdf). Na revista, por meio da conversa entre dois personagens, termos técnicos que são geralmente usados nas demonstrações contábeis são abordados de maneira simples e didática.

O relatório é disponibilizado exclusivamente em formato eletrônico nas versões completa e resumida em nosso site.

Esperamos que as informações aqui contidas ajudem os participantes e assistidos a compreenderem a situação dos planos e dos investimentos do Instituto.



Mensagem da Diretoria

Prezado participante,

Encerramos o exercício de 2014 com a difícil tarefa de equacionar um déficit de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões no Plano BD. O retorno dos investimentos abaixo do esperado, os provisionamentos para perdas, a desvalorização de cotas de investimentos, a suspensão dos pagamentos relativos à RTSA e a necessidade de alteração de algumas das bases técnicas atuariais fizeram com que não conseguíssemos obter os resultados desejados.

Apesar do déficit apresentado pelo Plano BD ao final do exercício de 2014, o Instituto apresenta plena capacidade de honrar com os seus compromissos e segue envidando todos os esforços em busca de melhores resultados.

O Plano PostalPrev, por sua vez, mostrou ao longo do ano uma trajetória de recuperação, apresentando uma rentabilidade positiva de 5,46% e uma alocação de aproximadamente 50% do seu patrimônio em Títulos Públicos Federais com rentabilidade de IPCA mais 6%, o que será muito positivo para os resultados atuariais a médio e longo prazo. No processo de arrumação das carteiras de investimentos que vem sendo desenvolvido, o plano começa a definir uma curva positiva.

Esta Diretoria tem se empenhado em aprimorar a governança com medidas importantes como a revisão da Política de Investimento contemplando melhores práticas; a criação da Gerência de Riscos; a implementação do Manual de Investimentos; a implementação do Manual de Riscos;

a descentralização da composição do Comitê de Investimentos, que passou a ser constituído por representantes de todas as diretorias; a redução da alçada do Diretor Financeiro de 2% para 1% dos recursos garantidores dos planos; a criação do boletim Postalís em Números, que permite aos participantes acompanhar de perto os dados da gestão dos planos; a renegociação das taxas de administração com os gestores dos fundos de investimentos, visando a redução das taxas praticadas; a melhoria na qualidade do risco de crédito, uma vez que serão consideradas apenas as classificações de agências internacionais de rating (Moody's, Standard & Poors e Fitch); a aquisição até julho de 2015 de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões em Notas do Tesouro Nacional, dentre outras medidas.

Acreditamos que o trabalho de aprimoramento da governança que vem sendo desenvolvido será, no longo prazo, uma das razões para o bom desempenho nos investimentos. Para tanto, todos os esforços estão concentrados na melhoria dos processos e controles do Postalís. O objetivo é que nossos associados possam desfrutar de uma aposentadoria tranquila junto às suas famílias.

Por fim, gostaríamos de lembrá-lo de um papel muito importante de sua parte. Além do planejamento financeiro e previdenciário para formar uma reserva de poupança que possibilite um bom benefício de aposentadoria, a sua atuação no acompanhamento da gestão de seu plano de benefícios é fundamental.

A Diretoria

Retrospectiva 2014

CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2008 É MANTIDA APÓS AUDITORIA EXTERNA

Os colaboradores do Postalís tiveram motivo para começar o ano de 2014 com muita disposição e orgulho da instituição. Após auditoria externa realizada no mês de dezembro/2013, o Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ implantado no Instituto foi aprovado e manteve a certificação ISO 9001:2008.



APOSENTADO RECEBE HOMENAGEM NA ABRAPP

O Dia Nacional do Aposentado é comemorado no dia 24 de janeiro. Este ano a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência (Abrapp) realizou a tradicional cerimônia de homenagem em São Paulo. O Postalís enviou ao evento a aposentada Maria de Sousa Ribeiro para receber as honras em nome de todos os seus participantes.

POSTALIS COMPLETA 33 ANOS E HOMENAGEIA FUNCIONÁRIOS

Em cerimônia realizada na sede do Instituto, foram entregues placas comemorativas aos funcionários que completaram 5, 10, 15, 20 e 25 anos de serviços prestados ao Postalís.



NOVO SITE É LANÇADO EM COMEMORAÇÃO AOS 33 ANOS

Para comemorar seus 33 anos de existência, o Postalis lançou um novo site no dia 26 de fevereiro. A ideia é aproximar mais o Instituto dos participantes, já que o portal tem novas funcionalidades inspiradas a partir de consultas aos Núcleos Regionais em relação às dificuldades e necessidades dos usuários.

O acesso a essa moderna ferramenta de comunicação, elaborada para promover a interação dos participantes com seu fundo de pensão, ficou mais fácil e intuitivo. Através do novo site, mais completo e atualizado, o participante do Postalis pode acompanhar de perto as notícias e decisões pertinentes à instituição e ao setor previdenciário, além de ter acesso a relatórios e extratos.

BOLETIM “POSTALIS EM NÚMEROS”

Em fevereiro, o Instituto deu início à publicação do boletim “Postalis em Números”. O informativo apresenta dados como alocação da carteira de investimentos, volume de arrecadação, pagamento de benefícios, evolução

do patrimônio, reservas matemáticas e rentabilidade dos planos de benefícios. Essa é uma importante ferramenta de transparência das ações e governança adotadas pela diretoria executiva.

CERTIFICAÇÃO ICSS

De acordo com o site do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social- ICSS, o processo de aferição de conhecimento e/ou habilidades em determinada área com o objetivo de atestar a sua competência no exercício do cargo ou função é a certificação de profissionais

dos fundos de pensão. Ela representa o reconhecimento dos esforços de qualificação.

O Postalis tem atualmente 22 profissionais certificados pelo ICSS, inclusive toda a Diretoria Executiva.

AValiação DE DESEMPENHO CONTOU COM NOVIDADES

O Postalis realizou a Avaliação de Desempenho relativa ao ciclo 2013/2014. Este ano a metodologia e o sistema utilizado sofreram profundas modificações que devem resultar em um melhor retorno de informações para a gestão de Recursos Humanos.

O novo sistema de avaliação foi desenvolvido pela Comissão Técnica Nacional de Recursos Humanos da ABRAPP, a partir das melhores experiências reunidas entre as fundações participantes da comissão.





RECADASTRAMENTO DE PENSIONISTAS E APOSENTADOS

De abril a outubro, mais uma vez, o Postalís realizou a campanha de recadastramento de pensionistas e aposentados com o objetivo principal

de preservar a regularidade do pagamento das aposentadorias e pensões.

POSTALIS MARCA PRESENÇA EM PALESTRA SOBRE IN PREVIC Nº 5/2013

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc promoveu palestra de esclarecimento sobre a recente Instrução Previc nº 5, que trata das informações a serem divulgadas aos participantes e assistidos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs.

O evento, realizado no auditório do Instituto Bra-

sileiro de Museus (Ibram), localizado no mesmo prédio da Previc, teve cerca de 160 inscritos e contou com a participação de vários colaboradores do Postalís. Eles acataram sugestão da Assessoria de Comunicação, uma vez que compõem áreas diretamente envolvidas na produção de documentos relativos ao Relatório Anual de Informações- RAI.

CAMPANHA PARA AUMENTO DE CONTRIBUIÇÕES NO POSTALPREV

Em abril, a Gerência de Atendimento – GAT em conjunto com a Gerência de Cadastro e Contribuições- GCC, através do Universo Postalís, lançou campanha permanente para aumento das contribuições no Plano PostalPrev. De acordo com o regulamento do plano, o participante poderá alterar os percentuais de contribuição por ele escolhidos, 1 (uma) vez

por ano, no mês de seu aniversário.

A iniciativa consistiu no envio pelo Universo Postalís, de um cartão parabenizando o aniversariante e onde havia orientações no verso para que o participante realizasse a alteração acessando o Postalís Online ou procurando o Núcleo Regional Postalís.

COLABORADORES PARTICIPAM DE CURSO SOBRE TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO E ORATÓRIA

Nos dias 15 e 16 de abril, no edifício-sede, em Brasília, foi realizado o Curso “Técnicas de Apresentação e Oratória”, como parte do Programa CRESCER, da Gerência de Recursos Humanos, em parceria com a Integração Escola de Negócios.

O principal objetivo do treinamento foi prover ferramentas para que os participantes

desenvolvessem melhores técnicas para falar em público, aprendendo a lidar com as próprias emoções e as dos seus ouvintes, além de planejar um discurso que encante o público. Buscou-se ainda, exercitar as melhores formas de falar, olhar, gesticular e movimentar e, por fim, superar o medo de realizar apresentações.



PLANO DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO DOS CORREIOS

No dia 23/04, ocorreu a 1ª reunião dos gestores do Postalís com vistas a reunir ideias e traçar um plano de ação que atendesse às demandas geradas pelo PDIA – Plano de Desligamento Incentivado para Aposentadoria da ECT.

Conforme estudos feitos pela Diretoria de Seguridade, havia a expectativa de que o PDIA atingisse cerca de 7.000 pessoas na patrocinadora

e que teriam condições de se aposentar pelo Postalís.

Segundo Glauco Balthar, gerente de Tecnologia e coordenador da reunião, o Conselho Deliberativo solicitou uma estimativa de valores envolvidos na operação de atendimento aos milhares de participantes que devem se dirigir ao Instituto a partir do PDIA.

VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE

Aconteceu no dia 24/04, a vacinação contra a gripe para aqueles que manifestaram interesse por meio de contato com a Gerência de Recursos Humanos.

Ao todo, 219 pessoas entre colaboradores, dependentes e agregados foram imunizados durante a Campanha. Este ano a vacina protegeu contra os subtipos do vírus influenza: H1N1, H3N2 e B.



DIRETORIA RECEBE ENTIDADES REPRESENTATIVAS

A diretoria executiva do Postalís recebeu, na sede do Instituto, entidades representativas de participantes e membros dos conselhos para 4 reuniões ao longo do ano para tratar a respeito da situação dos planos de benefícios e das notícias que foram veiculadas na mídia.

Estiveram presentes representantes da Fentect, Anapost, FAACO, ADCAP, Sintect-DF e os conselheiros Júlio Vicente Lopes, Ângela Rosa da Silva, Marcos da Mata Silveira, Túlio Borges de Oliveira, Ângelo Saraiva Donga, Antônio Alberto

R. Barbosa, Júlio César Oliveira, José Rivaldo da Silva e Manoel Almeida Santana. A reunião inaugural contou também com a participação de Cláudia Muinhos Ricaldoni, da ANAPAR.

Ao convidar o grupo para essas reuniões, a proposta do Instituto foi criar um espaço de diálogo. A diretoria deixou claro aos participantes dos encontros que um dos maiores investimentos da atual gestão é a governança. O Instituto quer dar maior transparência às suas decisões.



ENCONTRO COM REPRESENTANTES SINDICAIS DOS CORREIOS

O encontro do presidente do Postalís, Antonio Carlos Conquista, com diversos representantes de sindicatos dos trabalhadores da ECT ocorreu dia 05/06, durante reunião da 11ª. Mesa Nacional de Negociação Permanente dos Correios, em Brasília. Na ocasião, Conquista prestou esclarecimentos aos presentes sobre a situação do Instituto, dos planos de benefícios e a respeito das notícias que foram veiculadas na mídia.

O dirigente reafirmou que um dos maiores esforços da atual gestão está relacionado à melhoria da governança do Instituto. Falou sobre o compromisso em dar maior transparência às decisões da Diretoria a partir da divulgação dos mais recentes resultados dos planos, por meio do periódico Postalís em Números, publicado no site do Instituto.



AEPOS REALIZA ELEIÇÃO PARA NOVA DIRETORIA



Em reunião no dia 05/06, a diretoria anterior da AEPOS teve as contas relativas ao ano de 2013 aprovadas pelos participantes e representados na assembleia.

Na ocasião também foi nomeada a Comissão de Associados para organizar as eleições de novos dirigentes da AEPOS para o período de 01/07/2014 a 30/06/2016. No dia 30/06 ocorreu a eleição sendo vencedora a chapa denominada CHAPA 1.

PRESIDENTE SE REÚNE COM PARTICIPANTES NA DIRETORIA REGIONAL SPI

Dia 09/06, o presidente do Postalís, Antonio Carlos Conquista, representando a Diretoria Executiva do Instituto, se reuniu com participantes ativos, aposentados, representantes sindicais e dirigentes da patrocinadora, na Sala de Reuniões da Regional de Vendas, em Ribeirão Preto.

O objetivo foi dar esclarecimentos sobre a situação do Instituto e as medidas que estão sendo adotadas pela atual diretoria. O convite para o encontro partiu do participante

Edgard de Aguiar Cordeiro.

Mais uma vez, Conquista colocou-se à disposição para responder aos questionamentos dos presentes. A maior parte das perguntas tratou dos novos e antigos investimentos do Instituto, de notícias sobre o Postalís recém-publicadas na mídia e da contribuição extraordinária referente ao equacionamento do déficit. O presidente reafirmou que o foco das ações da atual diretoria consiste na evolução da governança.

PRESIDENTE DO POSTALIS PARTICIPA DA REUNIÃO GERAL DA VIGEP

O diretor-presidente do Postalís, Antonio Carlos Conquista, participou dia 03/07, de mais um encontro com funcionários dos Correios. Desta vez, a ocasião foi durante a 1ª Reunião Geral da VIGEP em 2014, quando todo corpo funcional daquela vice-presidência esteve reunido, no auditório da UNICO, em Brasília. Cerca de 400 pessoas estiveram presentes, entre elas o superintendente-executivo, Idel Profeta, e os membros do Conselho Fiscal do Postalís, Ângela Rosa e Júlio Vicente Lopes.



COGI APROVA ALTERAÇÃO NO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO POSTALIS ONLINE

No mês de julho, em reunião extraordinária, o COGI – Comitê de Tecnologia e Gestão da Informação do Postalis aprovou uma série de ações relacionadas ao sistema Postalis Online, visando preservar a integridade dos dados disponíveis a partir de vulnerabilidades identificadas na versão antiga do Postalis Online e que poderiam permitir invasões do sistema.

A principal modificação implicou na alteração do horário de disponibilidade. O Postalis Online passou a funcionar das 07 às 19 horas, de segunda a sexta-feira. O acesso voltou a ser 24 horas x 7 dias/semana, assim que as atualizações de segurança e a migração para o novo Postalis Online foram concluídas, permitindo o uso de uma ferramenta mais moderna, rápida e confiável.

PDIA É TEMA DE PALESTRAS DO UNIVERSO POSTALIS NAS DIRETORIAS REGIONAIS

Como me organizar financeiramente para aproveitar a nova vida como aposentado? Quais são os meus direitos em relação ao Postalis? Como será viver sem os compromissos de trabalho? Estas são algumas das dúvidas que assolam os candidatos elegíveis ao PDIA – Programa de Demissão Incentivado para Aposentado.

Pensando neste público, o Universo Postalis – Programa de Educação Financeira e Previdenciária do Postalis- em parceria com os Núcleos Regionais e as áreas de gestão de pessoas das DR's, realizou palestras de

esclarecimento e orientação pelo Brasil.

Nos dias 16 e 22/07, a Diretoria Regional SPI sediou o encontro, onde mais de 40 participantes puderam ouvir as explicações do palestrante Álvaro Modernell e do coordenador do NRP, Carlos Roberto Paulin, a respeito das opções disponíveis junto ao Postalis em relação aos planos de benefícios, além de dicas de educação financeira.

A Diretoria Regional do Piauí recebeu a palestra no dia 29 de julho. No dia 30/07 foi a vez da Administração Central, em Brasília.

NOVO DIRETOR DE SEGURIDADE É NOMEADO PELO CONSELHO DELIBERATIVO

Em 28/07, durante a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, o Sr. Paulo Fernando Moura de Sá foi nomeado o novo diretor de Seguridade do Postalis. No dia seguinte, Paulo Sá foi apresentado aos colaboradores do Postalis e também aos representantes das entidades representativas de participantes que estiveram no Instituto para reunião com a diretoria executiva. A nomeação de Paulo Sá acontece após a renúncia do seu antecessor, Emmanuel Vilanova.





NOVO SISTEMA DE ATENDIMENTO: CENTRAL DE SERVIÇOS

Começou a funcionar no dia 05/08, a nova ferramenta de registro de chamados e manifestações dos participantes, denominada Central de Serviços. A novidade vem acompanhada de uma revisão dos processos in-

ternos das áreas responsáveis pelo tratamento das demandas, a fim de possibilitar uma melhoria nos prazos de atendimento, aumentando a assertividade das respostas emitidas.

COGI APROVA NOVA POLÍTICA E NORMAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Dia 07/08, em sua 5ª Reunião Ordinária, os membros do COGI – Comitê de Tecnologia e Gestão da Informação apreciaram e aprovaram as modificações realizadas nas normas de segurança da informação e a nova política para o setor. Ques-

tões como Manutenção e Administração do Ambiente; Política de Hardware, Software e Internet; Controle de Acesso Físico e Lógico; Utilização do Sistema de Telefonia e Gravação de Imagens foram tratadas nas novas normativas.

CURSO BÁSICO DE PREVIDÊNCIA

A GRH, em parceria com a Engrenagem Virtual, promoveu nos dias 12 e 13/08 um treinamento para os colaboradores da sede denominado Curso Básico de Previdência e Conceitos Atuariais. O evento foi realizado no Salão de Múltiplas Funções, no 4º andar, e contou com a participação de cerca de 20 funcionários das mais diversas áreas.

O curso teve como objetivo apresentar noções da estrutura da Previdência Complementar no Brasil e no mundo, por meio de um breve histórico da Previdência Social. A criação e desenvolvimento do regime de previdência complementar foram abordados, assim como as principais entidades que operam o sistema de previdência complementar no Brasil: entidades

abertas, entidades fechadas, legislação, regulação e fiscalização (nova estrutura). Este módulo do treinamento foi ministrado pelo consultor em previdência complementar e saúde suplementar desde 1995, João Roberto Rodarte.

O segundo dia do evento foi conduzido pela consultora da Rodarte Nogueira, Mariana Gouveia Custódio, que abordou conceitos atuariais. Desenho dos planos de benefícios, modalidades de benefícios, formação do custo previdenciário, conceito de reserva matemática e equilíbrio financeiro e atuarial foram alguns dos temas tratados. Mariana é graduada em ciências atuariais pela UFMG, e possui MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas.

GTE HOMOLOGA SISTEMA DE AGENDAMENTO DE ATENDIMENTO

Uma nova ferramenta deve proporcionar melhores condições de trabalho para os Núcleos Regionais Postalís, além de gerar comodidade para os participantes e assistidos. Foi apresentado para homologação, o Sistema de Agendamento de Atendimento desenvolvido pela GTE – Gerência de Tecnologia.

O sistema vai possibilitar aos Núcleos a

programação de horários e dias específicos para atendimentos presenciais a partir das escalas elaboradas pelo coordenador. Este procedimento vai permitir que os atendentes se dediquem exclusivamente a um determinado atendimento, sem a interferência de consultas por telefone, melhorando a qualidade das informações prestadas.

GTE IMPLANTA GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI

Em 04/09, os colaboradores do Postalís no edifício-sede assistiram a apresentação da nova metodologia de trabalho da Gerência de Tecnologia – GTE. A partir daquela data, os serviços da gerência foram centralizados e acompanhados pelo sistema Central de Serviços.

A organização das atividades da Tecnologia utiliza o método conhecido como Gestão de Serviços de TI. Este se baseia na segmentação dos trabalhos em grupos denominados Gestão de Incidentes, Gestão de Problemas, Gestão de Mudanças e Gestão de Conhecimento. A



alteração teve o objetivo de prover serviços com qualidade, alinhados às necessidades do negócio, buscando sempre uma redução de custos em longo prazo.

GESTORES SE REÚNEM PARA ELABORAR PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015

Nos dias 23 e 24/10, os gestores do Postalís e alguns coordenadores de NRP estiveram reunidos no hotel St. Paul, em Brasília, para realizarem a primeira parte da elaboração do Planejamento Estratégico 2015. Os colaboradores ainda se reuniram nos dias 28 e 29/10, quando foram realizadas a Revisão do Mapa Estratégico e a Definição de Indicadores. Também houve o Desdobramento dos Objetivos Estratégicos em Indicadores, Metas e Iniciativas. Finalmente nos dias 20 e 21/11, os gestores se reuniram com a Diretoria Executiva para o Fechamento, Composição e Alinhamento dos Planos de Ação e Validação do Resultado Final.



PALESTRA SOBRE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2015

O Conselho Deliberativo promoveu um evento que já está se tornando parte do calendário do Instituto. A palestra Cenários Macroeconômicos para a Política de Investimentos acontece anualmente e tem o objetivo de subsidiar a revisão das políticas de investimento dos planos de benefícios.

Conselheiros, diretores, assessores, gerentes, além de colaboradores da Diretoria Financeira (DFI) tiveram a oportunidade de ouvir por mais de 3 horas a professora e consultora Victoria Coates Werneck discorrer sobre os indicadores econômicos do Brasil e do mundo e as perspectivas de investimentos para o ano de 2015. Esta foi a segunda vez que Victoria vem ao Postalís para trazer seus profundos conhecimentos sobre economia.



INSTITUTO REALIZA 9ª PESQUISA DE SATISFAÇÃO

A enquête foi realizada no final de 2014, por meio de entrevistas por telefone e via internet.

O resultado da análise dos dados da Pesquisa de Satisfação 2014 mostrou que apesar da imagem do Instituto ter sido abalada pela situação do plano BD, **diversos índices de aprovação ainda**

foram positivos. Como exemplos: o novo site teve 52% de aprovação, tempo/agilidade nas respostas dos NRPs-71%, precisão das respostas dos NRP-68%, cordialidade dos atendentes NRPs-79%, capacitação dos funcionários NRPs-69%, Postalís Online-62%, Fale Conosco-51%, Ouvidoria-60%.



O Instituto

O Postalís - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais tranquilo para os trabalhadores e suas famílias.

O Postalís está entre os 15 maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recursos administrados e é o primeiro do Brasil em número de participantes ativos.

Os recursos do Postalís são provenientes das contribuições dos empregados e da patrocinadora. Esses recursos são aplicados e o resultado dos investimentos é que garantirá o pagamento dos benefícios aos participantes.

Comprometido com a qualidade de vida e o bem estar de seus participantes, o Instituto oferece ainda serviço de Empréstimos e a possibilidade de aderir a um seguro de vida em grupo.

VISÃO

Ser reconhecido, até 2020, pela excelência na gestão de planos de benefícios previdenciários, fortalecendo a credibilidade e a satisfação dos participantes de forma sustentável.

MISSÃO

Administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes.

VALORES

Legalidade, objetividade, impessoalidade, im-

parcialidade, eficiência, qualidade, criatividade, convivência colaborativa, ética, governança e sustentabilidade.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

São Órgãos Estatutários do Postalís:

A Diretoria Executiva;
O Conselho Deliberativo;
O Conselho Fiscal.

Diretoria Executiva

Responsável por administrar o Postalís de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva é integrada por quatro membros, indicados pelos Correios e nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de três anos.

Conselho Deliberativo

É o órgão máximo do Postalís, responsável pela definição da política geral de administração do Instituto e de seus planos de benefícios. Integrado por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três nomeados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes, para um mandato de quatro anos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, sendo dois representantes da patrocinadora e dois eleitos pelos participantes, com mandatos de quatro anos.

O QUE É A PATROCINADORA

É a empresa ou órgão público que cria ou participa de um fundo de pensão com o objetivo de oferecer um plano de previdência complementar para seus empregados ou servidores. Exemplo: Correios – Patrocinadora Instituidora do Postalís. (LC-109, art. 12 e 13; Dec. 4206/02, inciso I).

Postalis em Números

Posição 31/12/2014

76.176	participantes ativos no plano BD
110.793	participantes ativos no plano POSTALPREV
16.983	aposentados no plano BD
1.874	aposentados no plano POSTALPREV
6.561	pensionistas no plano BD
947	pensionistas no plano POSTALPREV
138	participantes em benefício de auxílio-doença no plano BD
2.283	participantes em benefício de auxílio-doença no plano POSTALPREV
46	idade média dos participantes ativos no plano BD
42	idade média dos participantes ativos no plano POSTALPREV
68	idade média dos participantes assistidos no plano BD
56	idade média dos participantes assistidos no plano POSTALPREV
R\$ 174.337 milhões	contribuições feitas para o plano BD até dezembro de 2014
R\$ 574.032 milhões	contribuições feitas para o plano POSTALPREV até dezembro de 2014
R\$ 303.129 milhões	total de benefícios pagos no plano BD até dezembro de 2014
R\$ 50.533 milhões	total de benefícios pagos no plano POSTALPREV até dezembro de 2014
13º	posição no ranking dos investimentos dos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: ABRAPP)

Benefícios Pagos - Plano de Benefício Definido

ESPÉCIE	ACUMULADO/2014
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO	216.938.252,31
APOSENTADORIA POR IDADE	2.752.884,30
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	35.094.686,97
APOSENTADORIA ESPECIAL	250.130,42
(=) SUBTOTAL	255.035.954,00
AUXÍLIO DOENÇA	987.793,68
(=) SUBTOTAL	987.793,68
SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE	39.922.909,32
PECÚLIO POR MORTE	7.164.989,96
(=) SUBTOTAL	47.087.899,28
AUXÍLIO FUNERAL	5.514,47
AUXÍLIO NUPCIAL	7.902,03
AUXÍLIO NATALIDADE	4.627,87
AUXÍLIO RECLUSÃO	0,00
(=) SUBTOTAL	18.044,37
TOTAL GERAL	303.129.691,33

OBS.: Valores dos auxílios assistenciais (Funeral, Nupcial e Natalidade) são pagos de acordo com o valor do salário mínimo vigente na data de ocorrência do evento.

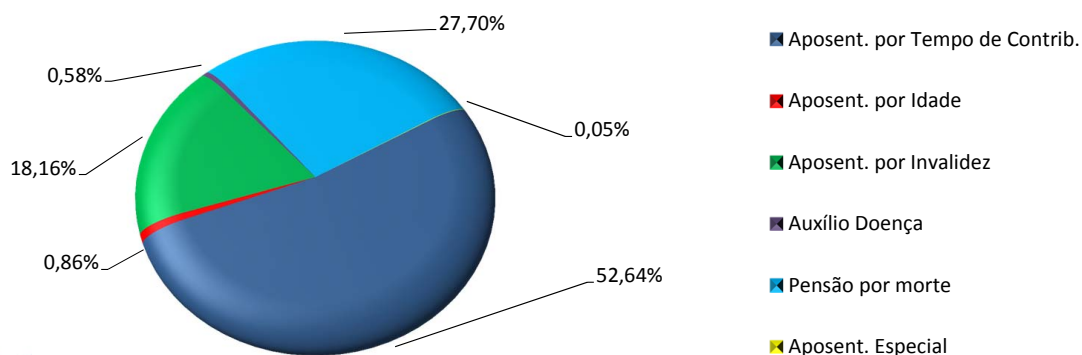
Arrecadação - Plano de Benefício Definido

ESPÉCIE	ACUMULADO/2014
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES (LIMINAR)	332.946,52
ATIVOS EQUACIONAMENTO	25.112.991,58
ASSISTIDOS	21.230.093,81
ASSISTIDOS EQUACIONAMENTO	11.955.420,62
SUBTOTAL PARTICIPANTES	58.631.452,53
NORMAL PATROCINADORAS	1.133.056,83
ESPECIAL PATROCINADORA ECT	53.540.782,72
ASSISTIDOS PATROCINADORAS	23.304.759,58
ESPECIAL POSTALIS	743.534,71
EQUACIONAMENTO PATROCINADORAS	36.984.350,70
SUBTOTAL PATROCINADORAS	115.706.484,54
TOTAL GERAL	174.337.937,07

Estatísticas Gerais - Plano de Benefício Definido

Descrição	PBD
Participantes Sexo Masculino	58.985
Participantes Sexo Feminino	17.191
Total de Participantes	76.176
Aposentados Sexo Masculino	12.932
Aposentados Sexo Feminino	4.051
Total de Aposentados	16.983
Idade Média- Aposentados	68
Benefício Médio- Aposentados	1.399,42
Pensionistas Sexo Masculino	1.262
Pensionistas Sexo Feminino	5.299
Total de Pensionistas	6.561
Idade Média- Pensionista	48
Benefício Médio- Pensionista	776,17
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Masculino	106
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Feminino	32
Total de Participantes em Auxílio-Doença	138
Idade Média- Auxílio-Doença	53
Benefício Médio - Auxílio-Doença	764,98
Total de Assistidos	23.682
Participantes Ativos-Patrocinadora ECT	76.592
Participantes Ativos- Patrocinadora POSTALIS	110
Idade Média dos Participantes Ativos	46
Idade Média dos Assistidos	62
INPC Acumulado desde mar/08	46,47%

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. por Tempo de Contrib.	9.397	3.070	12.467
Aposent. por Idade	112	91	203
Aposent. por Invalidez	3.411	889	4.300
Aposent. Especial	12	1	13
Subtotal Aposentadorias	12.932	4.051	16.983
Auxílio Doença	106	32	138
Pensão por morte	1.262	5.299	6.561



Benefícios Pagos - Plano PostalPrev

ESPÉCIE	ACUMULADO/2014
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA NORMAL	3.041.337,05
APOSENTADORIA ANTECIPADA	1.451.965,83
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	2.672.811,70
APOSENTADORIA BAA/BAN (PGTO ÚNICO)	1.140.859,97
(=) SUBTOTAL	8.306.974,55
BENEFÍCIO DE PECÚLIO POR MORTE	5.065.854,13
PENSÃO POR MORTE	2.629.576,04
PENSÃO POR MORTE (PGTO ÚNICO)	484.510,16
(=) SUBTOTAL	8.179.940,33
AUXÍLIO DOENÇA	34.046.990,61
(=) SUBTOTAL	34.046.990,61
TOTAL GERAL	50.533.905,49

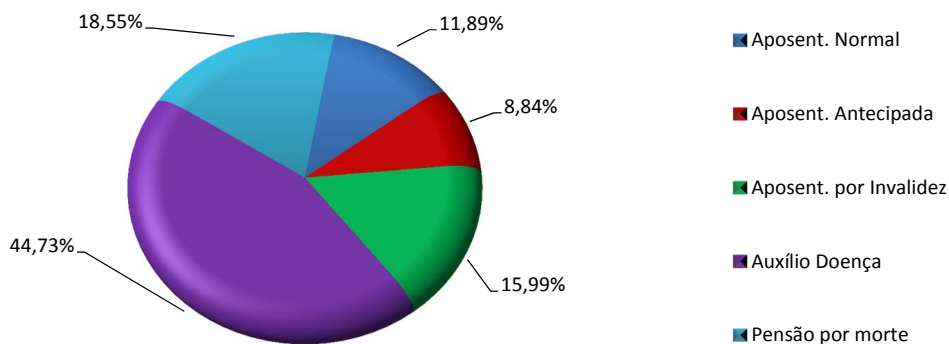
Arrecadação - Plano PostalPrev

ESPÉCIE	ACUMULADO/2014
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES BÁSICA	222.861.763,82
PARTICIPANTES ESPECÍFICA	62.587.444,80
PARTICIPANTES VOLUNTÁRIA	7.755.017,66
PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIA	164.331,03
PARTICIPANTES ASSISTIDOS EQUACIONAMENTO	21.811,24
SUBTOTAL PARTICIPANTES	299.299.716,23
PATROCINADORAS REGULAR	218.986.278,05
PATROCINADORAS ESPECÍFICA	61.642.469,09
PATROCINADORAS EQUACIONAMENTO	13.034,09
SUBTOTAL PATROCINADORAS	280.641.781,23
TOTAL GERAL	574.032.149,78

Estatísticas Gerais - Plano PostalPrev

Descrição	PBD
Participantes Sexo Masculino	84.572
Participantes Sexo Feminino	26.221
Total de Participantes Ativos	110.793
Aposentados Sexo Masculino	1.459
Aposentados Sexo Feminino	415
Total de Aposentados	1.874
Idade Média- Assistido	56
Benefício Médio- Assistido	R\$ 361,09
Pensionistas Sexo Masculino	243
Pensionistas Sexo Feminino	704
Total de Pensionistas	947
Idade Média- Pensionista	36
Benefício Médio- Pensionista	R\$ 353,28
Auxílio-Doença- Sexo Masculino	1.741
Auxílio-Doença- Sexo Feminino	542
Total de Participantes em Auxílio-Doença	2.283
Idade Média- Auxílio-Doença	44
Tempo de Patrocinador- Auxílio-Doença	16
Tempo de Plano - Auxílio-Doença	6
Benefício Médio - Auxílio-Doença	R\$ 1.122,44

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. Normal	491	116	607
Aposent. Antecipada	326	125	451
Aposent. por Invalidez	642	174	816
Subtotal Aposentadorias	1.459	415	1.874
Auxílio Doença	1.741	542	2.283
Pensão por morte	243	704	947



Demonstrativo de Investimentos

Plano de Benefício Definido (em Dez/2014)

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL							
SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)		%	2013 (R\$)		%
RECURSOS GARANTIDORES		5.042.847.772,07		100%	6.010.267.086,48		100%
A. DISPONÍVEL		2.709.164,10		0,05%	2.700.680,02		0,04%
B. RENDA FIXA		2.106.063.466,97		41,76%	3.113.202.355,28		51,80%
TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL		524.881.143,98		10,41%	359.581.481,20		5,98%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL		524.881.143,98		10,41%	359.581.481,20		5,98%
NTN-C		29.211.789,87		0,58%	27.762.238,68		0,46%
NTN-F		7.572.003,24		0,15%	7.247.561,22		0,12%
NTN-B		488.097.350,87		9,68%	324.571.681,30		5,40%
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO		289.488.225,96		5,74%	586.315.240,63		9,76%
CASAN	CCB	109.370.051,95		2,17%	127.385.118,54		2,12%
RAESA RIO AMAZONAS	CCB	-		0,00%	139.926.428,78		2,33%
CIA ÁGUAS DE ITAPEMA	CCB	48.434.710,61		0,96%	53.205.506,36		0,89%
INVESTMINAS S.A.	CCB	131.683.463,40		2,61%	115.318.716,06		1,92%
NEW ENERGY S/A	CCB	-		0,00%	150.479.470,89		2,50%
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO		319.192.501,57		6,33%	499.852.118,68		8,32%
CESPP- UNIESP	CCI	23.917.522,41		0,47%	36.787.468,05		0,61%
MUDAR SPE MASTER	CCI	-		0,00%	103.163.667,35		1,72%
TUBRASIL SIFCO	CCI	-		0,00%	27.320.450,38		0,45%
TETTO HABITAÇÃO S.A	CCI	131.245.250,90		2,60%	182.016.405,14		3,03%
PORTBELO	CCI	37.207.363,19		0,74%	32.471.625,37		0,54%
BOCATO PART E EMPREE	CCI	-		0,00%	6.919.281,29		0,12%
KARMANN GHIA LTDA	CCI	-		0,00%	62.503.029,51		1,04%
MTTG EMPREEND E PART	CCI	34.873.093,21		0,69%	48.670.191,59		0,81%
CCI INDAIATUBA	CCI	91.949.271,86					
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO		61.651.519,77		1,22%	55.368.716,97		0,92%
SANTANDER	CDB	61.651.519,77		1,22%	55.368.716,97		0,92%
CERTIFICADO DIREITOS CREDITÓRIOS AGRONEGÓCIO		0,00		0,00%	29.591.363,14		0,49%
CEREAGRO S/A	CDCA	-		0,00%	12.197.803,85		0,20%
USINA CONTINENTAL SA	CDCA	-		0,00%	17.393.559,29		0,29%
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS		9.693.810,85		0,19%	9.924.140,68		0,17%
INFRASEC	CRI	9.693.810,85		0,00%	9.924.140,68		0,17%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS		5.902.605,20		0,12%	20.084.690,74		0,33%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
SANESALTO S.A.	DEBN	-	0,00%	11.223.949,19	0,19%
IGUATEMI- SHOPPING	DEBN	-	0,00%	501.689,23	0,01%
VALOR A RECEBER CAMBUCI	DEBN	5.902.605,20	0,12%	8.359.052,32	0,14%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS (TIT. EMPRESAS)		14.422,75	0,00%	55.240.048,66	0,92%
CEMIG	DEBNE	-	0,00%	55.225.920,84	0,92%
VALE DO RIO DOCE S/A	DEBNE	14.422,75	0,00%	14.127,82	0,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA		895.239.236,89	17,75%	1.497.244.554,58	24,91%
CASH	CASH	-	0,00%	2.562.801,77	0,04%
LAVORO II	FIDC	-	0,00%	17.487.777,38	0,29%
SERENGETI	FIC	-	0,00%	1.351.080.276,72	22,48%
CARAJAS FI RF	FIRF	32.304.415,30	0,64%	47.989.512,51	0,80%
GP AETATIS S/A	FIDC	21.211.039,75	0,42%	20.094.070,31	0,33%
CESP	FIDC	19.463.071,82	0,39%	27.316.910,32	0,45%
TREND BANK	FIDC	833.291,88	0,02%	20.187.327,25	0,34%
MULTI- ITÁLIA	FIDC	8.024.573,89	0,16%	10.525.878,32	0,18%
CJP	FIDC	431.576.703,47	8,56%		
INSTITUCIONAL	FIRF	14.584.892,09	0,29%		
BB INSTITUCIONAL	FIRF	30.155.590,21	0,60%		
INCOME VALUE	FIRF	73.545.764,71	1,46%		
BNPP MATCH	REF	194.876.791,52	3,86%		
FM1	FIM	32.365.224,67	0,64%		
RIVIERA	FIM	36.156.537,52	0,72%		
HUNGRIA	FIM	141.340,06	0,00%		
C. RENDA VARIÁVEL		513.020.597,26	10,17%	109.843.937,59	1,83%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		342.571.313,02	6,79%	109.843.937,59	1,83%
GALILEO	SPE		0,00%	43.044.898,26	0,72%
CANABRAVA AGRÍCOLA	SPE	31.101.276,33	0,62%	13.624.115,74	0,23%
ALUBAN	SPE	74.165.893,25	1,47%		
USINA SOBRASIL	SPE	82.973.907,14	1,65%		
XNICE	SPE	28.480.066,10	0,56%		
CANABRAVA ENERGETICA	SPE	125.850.170,20	2,50%	53.174.923,59	0,88%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES		170.449.284,24			
ZAMBEZI	FIA	11.073.581,55	0,22%		
YUKON	FIA	159.375.702,69	3,16%		
D. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		1.369.021.378,21	27,15%	1.436.239.525,57	23,90%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		16.729.131,43	0,33%	23.299.007,08	0,39%
EMPREENDEDOR BRASIL	FMIEE	6.215.560,28	0,12%	8.969.478,44	0,15%
JARDIM BOTÂNICO	FMIEE	10.513.571,15	0,21%	14.329.528,64	0,24%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		1.352.292.246,78	26,82%	1.412.940.518,49	23,51%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
BRZ ALL	FIP	18.806.784,00	0,37%	24.770.044,00	0,41%
ENERGIA PCH	FIP	202.342.102,41	4,01%	194.224.028,12	3,23%
NOVA ENERGIA	FIP	154.988.841,52	3,07%	155.904.183,06	2,59%
BR EDUCACIONAL	FIP	25.036.829,11	0,50%	76.291.909,94	1,27%
ETB	FIP	264.753.492,23	5,25%	270.888.490,57	4,51%
GAMMA	FIP	50.845.044,60	1,01%	50.847.389,25	0,85%
FIP SAÚDE	FIP	37.271.374,35	0,74%	37.663.455,91	0,63%
TAG	FIP	5.143.302,43	0,10%	5.158.544,92	0,09%
BRB CORUMBÁ	FIP	1.667.978,95	0,03%	1.465.655,38	0,02%
FLORESTAS DO BRASIL	FIP	63.302.690,07	1,26%	53.993.188,93	0,90%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS III	FIP	13.431.949,30	0,27%	11.901.020,10	0,20%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS II	FIP	2.594.824,59	0,05%	18.554.226,60	0,31%
MULTINER	FIP	243.457.402,37	4,83%	244.378.000,56	4,07%
FIP BIO ENERGIA	FIP	189.917.128,07	3,77%	187.361.830,47	3,12%
MEZANINO DIAMOND MOUTAIN MARINE	FIP	78.732.502,78	1,56%	79.538.550,68	1,32%
E. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		124.145.552,13	2,46%	390.050.399,95	6,49%
BNY Mellon FIC FIDE (BR Sovereign)	FIDE	124.145.552,13	2,46%	390.050.399,95	6,49%
F. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		233.086.662,37	4,62%	247.869.368,38	4,12%
Aluguel e Renda		196.331.659,18	3,89%	194.906.166,00	3,24%
Locada a Patrocinador		196.331.659,18	3,89%	194.906.166,00	3,24%
Terreno- CAJAMAR		23.671.168,92	0,47%	23.671.168,92	0,39%
Custo Corrigido		176.115.519,18	3,49%	171.234.997,08	2,85%
Depreciação		(3.455.028,92)	-0,07%		
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		11.482.545,29	0,23%	11.633.995,47	0,19%
Terreno- FINORTE		3.670.235,00	0,07%	3.670.235,00	0,06%
Edificação- FINORTE		8.329.765,00	0,17%	7.963.760,47	0,13%
Depreciação		(517.454,71)			
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		25.272.457,90	0,50%	41.329.206,91	0,69%
RB1 19º andar- Herfam Sociedade Patrimonial		-	0,00%	8.556.000,00	0,14%
Ed. Varig- Victória		-	0,00%	2.540.000,00	0,04%
Ed. Birman- Ponswinnecke Empreendimentos		3.675.000,00	0,07%	4.287.500,00	0,07%
Ed. Aron Birman- 20- GTIS		14.733.333,16	0,29%	17.333.333,21	0,29%
4º Andar Ed. RB1- JC Investimentos		6.706.500,00	0,13%	7.824.250,00	0,13%
Hot Springs- Bluepoint		157.624,74	0,00%	788.123,70	0,01%
G. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		696.975.092,97	13,82%	725.176.748,86	12,07%
EMPRÉSTIMOS		696.975.092,97	13,82%	725.176.748,86	12,07%
H. DEPÓSITO JUDICIAL		3.691.285,56	0,07%	4.350.502,53	0,07%
I. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO		(5.865.427,50)	-0,12%	(19.166.431,70)	-0,32%

GESTÃO TERCEIRIZADA			
FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO (R\$)	% REC. GARANT.
FIDC CESP IV	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM	19.463.071,82	0,39%
FIDC Trendbank	Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA	833.291,88	0,02%
FIDC GP Aetatis	Hemisfério Sul Investimentos S.A.	21.211.039,75	0,42%
FIDC Multi-Itália	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	8.024.573,89	0,16%
FIDC CJP	Macroinvest Gestão de Recursos Ltda.	431.576.703,47	8,56%
FIC FIDE BNY Mellon (BR Sovereign)	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	124.145.552,13	2,46%
FIP Saúde	Planner Corretora de Valores S.A.	37.271.374,35	0,74%
FIP BR Educacional	BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.	25.036.829,11	0,50%
FIP BRB Corumbá		1.667.978,95	0,03%
FIP BRZ ALL	BRZ Investimentos Ltda.	18.806.784,00	0,37%
FIP Bioenergia	Artis Gestora de Recursos S.A.	189.917.128,07	3,77%
FIP Energia PCH	Infra Asset Management Ltda	202.342.102,41	4,01%
FIP Florestas do Brasil	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	63.302.690,07	1,26%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	13.431.949,30	0,27%
FIP Investidores Institucionais II		2.594.824,59	0,05%
FIP Multiner	Planner Corretora de Valores S.A.	243.457.402,37	4,83%
FIP TAG	BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.	5.143.302,43	0,10%
FIP ETB	Bridge Administradora de Recursos Ltda.	264.753.492,23	5,25%
FIP Nova Energia	Nova Gestão de Recursos Ltda.	154.988.841,52	3,07%
FIP Gamma	Planner Corretora de Valores S.A.	50.845.044,60	1,01%
FIP MEZANINO DIAMOND MOUNTAIN MARINE	Diamond Mountain Investimentos e Gestão de Recursos Ltda.	78.732.502,78	1,56%
FIRF Carajás	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	32.304.415,30	0,64%
FIRF INSTITUCIONAL	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.584.892,09	0,29%
FIRF BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	30.155.590,21	0,60%
FIRF INCOME VALUE	KBO	73.545.764,71	1,46%
REF BNPP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	194.876.791,52	3,86%
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos Ltda.	6.215.560,28	0,12%
FMIEE Jardim Botânico	Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda.	10.513.571,15	0,21%
FIA ZAMBEZI	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	11.073.581,55	0,22%
FIA YUKON	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	159.375.702,69	3,16%
FIM FM1	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	32.365.224,67	0,64%
FIM RIVIERA	Riviera Gestora de Recursos Ltda.	36.156.537,52	0,72%
FIM HUNGRIA	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	141.340,06	0,00%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada no Ano
A. RENDA FIXA	-2,22%	-20,42%
B. RENDA VARIÁVEL	-5,79%	-74,74%
C. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,13%	3,69%
D. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-13,15%	-68,17%
E. IMÓVEIS	-0,06%	0,51%
F. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,16%	14,17%
PATRIMONIAL	-1,48%	-13,38%
META ATUARIAL:	1,11%	12,28%

CUSTOS COM A GESTÃO DO PLANO

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
GESTÃO TERCEIRIZADA	7.716.541,95	6.263.416,46	13.979.958,42
Taxa de Administração	6.836.993,77	5.751.802,82	12.588.796,58
Taxa de Custódia	100.484,00	85.156,81	185.640,80
Taxa de Corretagem	124,07	139,97	264,04
Auditoria	30.901,94	121.682,24	152.584,18
Taxa de Performance	538.617,24	59.064,99	597.682,22
Outros	209.420,95	245.569,64	454.990,59

Plano PostalPrev (em Dez/2014)

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
RECURSOS GARANTIDORES		2.678.117.111,83	100%	2.130.666.052,63	100,00%
A. DISPONÍVEL		242.149,72	0,01%	695.639,36	0,03%
B. RENDA FIXA		1.840.422.272,63	68,72%	1.812.753.476,42	85,08%
TÍTULOS PÚBLICOS		1.151.654.855,98	43,00%	241.923.273,25	11,35%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL		1.151.654.855,98	43,00%	241.923.273,25	11,35%
NTN-F		11.592.204,37	0,43%	11.047.460,39	0,52%
NTN-B		1.131.492.189,75	42,25%	230.875.812,86	10,84%
LFT		8.570.461,86	0,32%		
LETRA FINANCEIRA		37.962.395,22			
LF SAFRA		22.716.274,81			
LF PINE		15.246.120,41			
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO		176.095.921,99	6,58%	104.182.810,77	4,89%
MUDAR SPE MASTER	CCI-F	-	0,00%	29.304.981,80	1,38%
UNIESP	CCI-L	41.770.906,04	1,56%	44.228.574,41	2,08%
QUINZE DE MAIO	CCI-L	-	0,00%	30.649.254,56	1,44%
DOGMA	CCI-L	11.795.664,90			
J. E MEDEIROS	CCI-L	1.089.186,33			
INDAIATUBA	CCI-L	53.574.230,18			
PORTBELO	CCI-L	67.865.934,54			

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO		25.899.223,63	0,97%	1.048.129,29	0,05%
BANCO SANTANDER	CDB	1.172.549,88	0,04%	1.048.129,29	0,05%
CEF	CDB	24.726.673,75	0,92%		
FUNDOS DE INVESTIMENTO RF		448.809.875,81	16,76%	1.465.599.263,11	68,79%
SÃO BENTO FIC FIM	FIC	-	0,00%	1.356.264.283,20	63,65%
RIO DOCE FIRF	FIRF	39.866.536,87	1,49%	59.466.514,57	2,79%
TREND BANK	FIDC	833.291,88	0,03%	20.187.327,25	0,95%
LAVORO II	FIDC	-	0,00%	18.047.467,50	0,85%
VALOR MULTISSETORIAL	FIDC		0,00%	1.096.804,60	0,05%
MULTI-ITÁLIA	FIDC	8.032.950,52	0,30%	10.536.865,99	0,49%
BB INSTITUCIONAL	FIRF	623.703,42	0,02%	-	
BNPP MATCH	REF	53.738.667,40	2,01%	-	
INCOME VALUE	FIRF	169.367.112,16	6,32%	-	
HORUS	FIM	105.490.218,00	3,94%	-	
SCE_SEN2	FIDC	2.296.556,09	0,09%	-	
SCE SUB	FIDC	7.495.958,07	0,28%	-	
VINCI CRE	FIDC	50.778.939,24	1,90%	-	
VINCI DES	FIDC	10.285.942,16	0,38%	-	
C. RENDA VARIÁVEL		541.892.867,04	20,23%	106.541.896,77	5,00%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		207.994.242,30	7,77%	21.522.446,94	1,01%
GALILEO	SPE	-	0,00%	21.522.446,94	1,01%
XNICE	SPE	152.351.196,95	5,69%		
MRTS	SPE	40.911.928,40	1,53%		
GBX TIETE II	SPE	14.731.116,95	0,55%		
FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		230.725.772,17	8,62%	85.019.449,83	3,99%
MEKONG FIC FIA	FIA		0,00%	85.019.449,83	3,99%
GUEPARDO	FIA	39.078.410,75	1,46%		
PACIFIC	FIC/FIA	20.875.191,60	0,78%		
PERIMETER	FIA	75.543.154,79	2,82%		
RIVATEJO	FIA	55.681.274,14	2,08%		
SAGA INSTITUCIONAL	FIA	39.547.740,89	1,48%		
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		69.064.426,59	2,58%		
FII AQUILLA		17.811.360,00	0,67%		
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB		51.253.066,59	1,91%		
AÇÕES		34.108.425,98	1,27%		
AMBEV S/A		3.613.350,00	0,13%		
BRASILON		475.400,00	0,02%		
BRADESCO		3.590.144,00	0,13%		
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES		2.508.480,00	0,09%		

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
BRF - BRASIL FOODS S.A.	406.016,00	0,02%		
BR MALLS PAR	88.722,00	0,00%		
BM&F BOVESPA	214.730,00	0,01%		
CCR RODOVIAS	155.641,00	0,01%		
CEMIG	108.575,82	0,00%		
SOUZA CRUZON	88.872,00	0,00%		
GERDAU MET	169.500,00	0,01%		
IDEIASNET	179.000,00	0,01%		
ITAUSA	939.000,00	0,04%		
ITAUUNIBANCO	4.192.136,00	0,16%		
KROTON	2.836.500,00	0,11%		
P.ACUCAR-CBD	3.550.680,00	0,13%		
PETROBRAS	4.795.000,00	0,18%		
PETROBRAS	719.436,00	0,03%		
ULTRAPAR	318.990,00	0,01%		
VALE R DOCEPNA	5.076.720,00	0,19%		
PROVENTOS AÇÕES	73.882,71			
Mercado futuro	7.650,45			
FUT DI1	7.650,45			
D. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	296.516.084,07	11,07%	211.398.521,30	9,92%
EMPRÉSTIMOS	296.516.084,07	11,07%	211.398.521,30	9,92%
E. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	(956.261,63)	-0,04%	(723.481,22)	-0,03%

GESTÃO TERCEIRIZADA			
FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO (R\$)	% REC. GARANT.
FIDC TREND BANK	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	833.291,88	0,03%
FIDC MULTI-ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	8.032.950,52	0,30%
RIO DOCE FI RF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	39.866.536,87	1,49%
BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	623.703,42	0,02%
BNPP MATCH	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	53.738.667,40	2,01%
INCOME VALUE	KBO	169.367.112,16	6,32%
HORUS	Horus Investimentos- Gestora de Recursos Ltda.	105.490.218,00	3,94%
SCE_SEN2	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	2.296.556,09	0,09%
SCE SUB	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	7.495.958,07	0,28%
VINCI CRE	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	50.778.939,24	1,90%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO (R\$)	% REC. GARANT.
VINCI DES	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	10.285.942,16	0,38%
GUEPARDO	Guepardo Investimentos Ltda.	39.078.410,75	1,46%
PACIFIC	Pacifico Gestão de Recursos Ltda.	20.875.191,60	0,78%
PERIMETER	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	75.543.154,79	2,82%
RIVATEJO	STK Capital Gestora de Recursos Ltda.	55.681.274,14	2,08%
SAGA INSTITUCIONAL	SAGA Consultoria e Gestão de Inv. Fin. Ltda.	39.547.740,89	1,48%
FII AQUILLA	Aquilla Asset Management Ltda.	17.811.360,00	0,67%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB	Olimpia Partners Gestão de Recursos S.A.	51.253.066,59	1,91%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO		
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada no Ano
RENTA FIXA	0,14%	6,39%
RENTA VARIÁVEL	-4,12%	-13,94%
ESTRUTURADOS	1,38%	-2,33%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,27%	16,36%
PATRIMONIAL	-0,42%	5,46%
META ATUARIAL	1,09%	12,02%

CUSTOS COM A GESTÃO DO PLANO			
	1º Sem.	2º Sem.	Anual
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	10.069.060,21	10.625.474,19	20.694.534,40
Taxa de Administração	6.343.701,84	5.967.214,75	12.310.916,59
Taxa de Custódia	46.689,31	53.325,54	100.014,86
Taxa de Corretagem	2.511.608,22	2.864.364,92	5.375.973,14
Auditoria	23.777,70	122.066,79	145.844,49
Taxa de Performance	940.393,44	1.432.671,07	2.373.064,51
Outros	202.889,70	185.831,12	388.720,82

Plano de Gestão Administrativa (em Dez/2014)

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL				
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
RECURSOS GARANTIDORES	191.840.834,18	100%	180.939.753,57	100%
A. DISPONÍVEL	35.243,29	0,02%	36.866,59	0,02%
B. RENDA FIXA	191.805.590,89	99,98%	180.902.886,98	99,98%
FUNDOS DE INVESTIMENTO RF	191.805.590,89	99,98%	180.902.886,98	99,98%
MELLON CASH FIF CASH		0,00%	66.275.262,41	36,63%
CARAJAS FI RF FIRF	42.017.703,64	21,90%	63.045.876,24	34,84%
RIO DOCE FIRF FIRF	34.455.972,95	17,96%	51.581.748,33	28,51%
BNP MATCH	104.339.229,13	54,39%	-	
BB INSTITUCIONAL	10.992.685,17	5,73%	-	
C. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	0,00	0,00%	0,00	0,00%

GESTÃO TERCEIRIZADA			
FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO (R\$)	% REC. GARANT.
CARAJAS FI RF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	42.017.703,64	21,90%
BNP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	104.339.229,13	54,39%
BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	10.992.685,17	5,73%
RIO DOCE FIRF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	34.455.972,95	17,96%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO		
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada
RENDA FIXA	1,01%	11,54%
PATRIMONIAL	1,01%	11,54%
META ATUARIAL		

CUSTOS COM A GESTÃO DO PLANO			
	1º Sem.	2º Sem.	Anual
A. GESTÃO PREVIDENCIAL	21.311.834,34	27.561.553,32	48.873.387,66
Pessoal e Encargos	14.374.653,25	17.184.398,55	31.559.051,80
Serviço de Terceiros	5.631.083,05	8.712.391,43	14.343.474,48
Serviços de Atuária	989.981,30	1.294.158,74	2.284.140,04
Auditoria	71.257,85	66.346,00	137.603,85
Consultoria Jurídica	688.412,72	1.287.488,92	1.975.901,64
Gestão e Planejamento Estratégico	1.414.705,06	2.272.213,74	3.686.918,80
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	117.882,30	352.309,53	470.191,83
Despesas Gerais ⁽¹⁾	1.216.605,59	1.469.071,69	2.685.677,28
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.132.238,23	1.970.802,81	3.103.041,04
Outras Despesas	99.199,19	314.327,90	413.527,09
Encargos Diversos	99.199,19	314.327,90	413.527,09
Treinamentos/Congressos e Seminários	153.185,20	272.559,69	425.744,89
Viagens e Estádias	207.982,65	372.802,18	580.784,83
Depreciação	540.519,23	384.367,03	924.886,26
Tributos	305.211,77	320.706,54	625.918,31
B. GESTÃO DE INVESTIMENTO	10.647.391,64	12.505.471,38	23.152.863,02
Pessoal e Encargos	5.515.667,30	6.117.663,91	11.633.331,21
Serviço de Terceiros	2.737.779,95	3.510.436,70	6.248.216,65
Serviços de Atuária	-	-	-
Auditoria	30.539,09	28.434,00	58.973,09
Consultoria Jurídica	295.034,18	551.570,97	846.605,15
Gestão e Planejamento Estratégico	1.257.711,76	1.403.596,88	2.661.308,64
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	50.521,81	151.028,54	201.550,35
Despesas Gerais ⁽¹⁾	648.543,72	597.211,76	1.245.755,48

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
Outras Despesas Serviços de Terceiros	455.429,39	778.594,55	1.234.023,94
Outras Despesas	1.885,05	1.834,22	3.719,27
Encargos Diversos	1.885,05	1.834,22	3.719,27
Serviço de Custódia/Administração Fiduciária	1.762.798,93	2.152.934,04	3.915.732,97
Treinamentos/Congressos e Seminários	65.850,96	116.811,47	182.662,43
Viagens e Estadias	215.219,38	311.509,60	526.728,98
Depreciação	217.385,03	157.118,79	374.503,82
Tributos	130.805,04	137.162,65	267.967,69
DESP./REVER.RECURSOS P/ PLANO BENEFÍCIOS	-		-
TOTAL	31.959.225,98	40.067.024,70	72.026.250,68

(1) Nas Despesas Gerais estão inclusos os gastos com Eleições, Aluguel do Edifício Sede e TAFIC.

Consolidado (em Dez/2014)

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL					
SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
RECURSOS GARANTIDORES		7.912.805.718,08	100%	8.321.872.892,68	100%
A. DISPONÍVEL		2.986.557,11	0,04%	3.433.185,97	0,04%
B. RENDA FIXA		4.138.291.330,49	52,30%	5.106.858.718,68	64,54%
TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL		1.676.535.999,96	21,19%	601.504.754,45	7,60%
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL		1.676.535.999,96	21,19%	601.504.754,45	7,60%
NTN-C		29.211.789,87	0,37%	27.762.238,68	0,35%
NTN-F		19.164.207,61	0,24%	18.295.021,61	0,23%
NTN-B		1.619.589.540,62	20,47%	555.447.494,16	7,02%
LFT		8.570.461,86	0,11%		
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO		289.488.225,96	3,66%	586.315.240,63	7,41%
CASAN	CCB	109.370.051,95	1,38%	127.385.118,54	1,61%
RAESA RIO AMAZONAS	CCB-F		0,00%	139.926.428,78	1,77%
CIA ÁGUAS DE ITAPEMA	CCB-F	48.434.710,61	0,61%	53.205.506,36	0,67%
INVESTMINAS S.A.	CCB-F	131.683.463,40	1,66%	115.318.716,06	1,46%
NEW ENERGY S/A	CCB-F		0,00%	150.479.470,89	1,90%
LETRA FINANCEIRA		37.962.395,22	0,48%	-	0,00%
LF SAFRA	LF	22.716.274,81	0,29%	-	
LF PINE	LF	15.246.120,41	0,19%	-	
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO		495.288.423,56	6,26%	604.034.929,45	7,63%
CESPP- UNIESP	CCI	23.917.522,41	0,30%	36.787.468,05	0,46%
MUDAR SPE MASTER	CCI-F	-	0,00%	103.163.667,35	1,30%
TUBRASIL SIFCO	CCI-F	-	0,00%	27.320.450,38	0,35%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
TETTO HABITAÇÃO S.A	CCI-F	131.245.250,90	1,66%	182.016.405,14	2,30%
PORTBELO	CCI-F	37.207.363,19	0,47%	32.471.625,37	0,41%
BOCATO PART E EMPREE	CCI-L	-	0,00%	6.919.281,29	0,09%
KARMANN GHIA LTDA	CCI-L	-	0,00%	62.503.029,51	0,79%
MTTG EMPREENDE E PART	CCI-L	34.873.093,21	0,44%	48.670.191,59	0,62%
CCI INDAIATUBA	CCI-L	91.949.271,86	1,16%	-	-
MUDAR SPE MASTER	CCI-F	-	0,00%	29.304.981,80	0,37%
UNIESP	CCI-L	41.770.906,04	0,53%	44.228.574,41	0,56%
QUINZE DE MAIO	CCI-L	-	0,00%	30.649.254,56	0,39%
DOGMA	CCI-L	11.795.664,90	0,15%	-	-
J. E MEDEIROS	CCI-L	1.089.186,33	0,01%	-	-
INDAIATUBA	CCI-L	53.574.230,18	0,68%	-	-
PORTBELO	CCI-L	67.865.934,54	0,86%	-	-
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO		87.550.743,40	1,11%	56.416.846,26	0,71%
SANTANDER	CDB	61.651.519,77	0,78%	55.368.716,97	0,70%
BANCO SANTANDER	CDB	1.172.549,88	0,01%	1.048.129,29	0,01%
CEF	CDB	24.726.673,75	0,31%	-	-
CERTIFICADO DIREITOS CREDITÓRIOS AGRONEGÓCIO		0,00	0,00%	29.591.363,14	0,37%
CEREAGRO S/A	CDCA	-	0,00%	12.197.803,85	0,15%
USINA CONTINENTAL SA	CDCA	-	0,00%	17.393.559,29	0,22%
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS		9.693.810,85	0,12%	9.924.140,68	0,13%
INFRASEC	CRI	9.693.810,85	0,00%	9.924.140,68	-
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS		5.902.605,20	0,07%	20.084.690,74	0,25%
SANESALTO S.A.	DEBN	-	0,00%	11.223.949,19	0,14%
IGUATEMI- SHOPPING	DEBN	-	0,00%	501.689,23	0,01%
VALOR A RECEBER CAMBUCI	DEBN	5.902.605,20	0,07%	8.359.052,32	0,11%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS (TIT. EMPRESAS)		14.422,75	0,00%	55.240.048,66	0,70%
CEMIG	DEBNE	-	0,00%	55.225.920,84	0,70%
VALE DO RIO DOCE S/A	DEBNE	14.422,75	0,00%	14.127,82	0,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA		1.535.854.703,59	19,41%	3.143.746.704,67	39,73%
CASH	CASH	-	0,00%	2.562.801,77	0,03%
SERENGETI	FIC	-	0,00%	1.351.080.276,72	17,07%
CARAJAS FI RF	FIRF	32.304.415,30	0,41%	47.989.512,51	0,61%
GP AETATIS S/A	FIDC	21.211.039,75	0,27%	20.094.070,31	0,25%
CESP	FIDC	19.463.071,82	0,25%	27.316.910,32	0,35%
TREND BANK	FIDC	833.291,88	0,01%	20.187.327,25	0,26%
LAVORO II	FIDC	-	0,00%	17.487.777,38	0,22%
MULTI- ITÁLIA	FIDC	8.024.573,89	0,10%	10.525.878,32	0,13%
CJP	FIDC	431.576.703,47	5,45%	-	-

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
INSTITUCIONAL	FIRF	14.584.892,09	0,18%		
BB INSTITUCIONAL	FIRF	30.155.590,21	0,38%		
INCOME VALUE	FIRF	73.545.764,71	0,93%		
BNPP MATCH	REF	194.876.791,52	2,46%		
FM1	FIM	32.365.224,67	0,41%		
RIVIERA	FIM	36.156.537,52	0,46%		
HUNGRIA	FIM	141.340,06	0,00%		
SÃO BENTO FIC FIM	FIC	-	0,00%	1.356.264.283,20	17,14%
RIO DOCE FIRF	FIRF	39.866.536,87	0,50%	59.466.514,57	0,75%
TREND BANK	FIDC	833.291,88	0,01%	20.187.327,25	0,26%
LAVORO II	FIDC	-	0,00%	18.047.467,50	0,23%
VALOR MULTISSETORIAL	FIDC	-	0,00%	1.096.804,60	0,01%
MULTI-ITÁLIA	FIDC	8.032.950,52	0,10%	10.536.865,99	0,13%
BB INSTITUCIONAL	FIRF	623.703,42	0,01%		
BNPP MATCH	REF	53.738.667,40	0,68%		
INCOME VALUE	FIRF	169.367.112,16	2,14%		
HORUS	FIM	105.490.218,00	1,33%		
SCE_SEN2	FIDC	2.296.556,09	0,03%		
SCE SUB	FIDC	7.495.958,07	0,09%		
VINCI CRE	FIDC	50.778.939,24	0,64%		
VINCI DES	FIDC	10.285.942,16	0,13%		
MELLON CASH FIF	CASH		0,00%	66.275.262,41	0,84%
CARAJAS FI RF	FIRF	42.017.703,64	0,53%	63.045.876,24	0,80%
RIO DOCE FIRF	FIRF	34.455.972,95	0,44%	51.581.748,33	0,65%
BNP MATCH	FIRF	104.339.229,13	1,32%	-	
BB INSTITUCIONAL	REF	10.992.685,17	0,14%	-	
C. RENDA VARIÁVEL		1.054.913.464,30	13,33%	216.385.834,36	2,73%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		550.565.555,32	6,96%	131.366.384,53	1,66%
GALILEO	SPE		0,00%	43.044.898,26	0,54%
CANABRAVA AGRÍCOLA	SPE	31.101.276,33	0,39%	13.624.115,74	0,17%
ALUBAN	DEBN	74.165.893,25	0,94%		
USINA SOBRASIL	DEBN	82.973.907,14	1,05%		
XNICE	DEBN	28.480.066,10	0,36%		
CANABRAVA ENERGETICA	DEBN	125.850.170,20	1,59%	53.174.923,59	0,64%
GALILEO	SPE	-	0,00%	21.522.446,94	1,01%
XNICE	SPE	152.351.196,95			
MRTS	SPE	40.911.928,40			
GBX TIETE II	SPE	14.731.116,95			
FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		401.175.056,41	5,07%	85.019.449,83	1,07%
MEKONG FIC FIA	FIA	-	0,00%	85.019.449,83	1,07%
ZAMBEZI	FIA	11.073.581,55	0,14%		
YUKON	FIA	159.375.702,69	2,01%		

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
GUEPARDO	FIA	39.078.410,75	0,49%		
PACIFIC	FIC/FIA	20.875.191,60	0,26%		
PERIMETER	FIA	75.543.154,79	0,95%		
RIVATEJO	FIA	55.681.274,14	0,70%		
SAGA INSTITUCIONAL	FIA	39.547.740,89	0,50%		
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		69.064.426,59	0,87%		
FII AQUILLA		17.811.360,00	0,23%		
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB		51.253.066,59	0,65%		
AÇÕES		34.108.425,98	0,43%		
AMBEV S/A		3.613.350,00	0,05%		
BRASILON		475.400,00	0,01%		
BRADESCO		3.590.144,00	0,05%		
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES		2.508.480,00	0,03%		
BRF - BRASIL FOODS S.A.		406.016,00	0,01%		
BR MALLS PAR		88.722,00	0,00%		
BM&F BOVESPA		214.730,00	0,00%		
CCR RODOVIAS		155.641,00	0,00%		
CEMIG		108.575,82	0,00%		
SOUZA CRUZON		88.872,00	0,00%		
GERDAU MET		169.500,00	0,00%		
IDEIASNET		179.000,00	0,00%		
ITAUSA		939.000,00	0,01%		
ITAUUNIBANCO		4.192.136,00	0,05%		
KROTON		2.836.500,00	0,04%		
P.ACUCAR-CBD		3.550.680,00	0,04%		
PETROBRAS		4.795.000,00	0,06%		
PETROBRAS		719.436,00	0,01%		
ULTRAPAR		318.990,00	0,00%		
VALE R DOCEPNA		5.076.720,00	0,06%		
PROVENTOS AÇÕES		73.882,71	0,00%		
Mercado futuro		7.650,45	0,00%		
FUT DI1					
D. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		1.369.021.378,21	17,30%	1.436.239.525,57	18,15%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		16.729.131,43	0,21%	23.299.007,08	0,29%
EMPREENDEDOR BRASIL	FMIEE	6.215.560,28	0,08%	8.969.478,44	0,11%
JARDIM BOTÂNICO	FMIEE	10.513.571,15	0,13%	14.329.528,64	0,18%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		1.352.292.246,78	17,09%	1.412.940.518,49	17,86%
BRZ ALL	FIP	18.806.784,00	0,24%	24.770.044,00	0,31%
ENERGIA PCH	FIP	202.342.102,41	2,56%	194.224.028,12	2,45%
NOVA ENERGIA	FIP	154.988.841,52	1,96%	155.904.183,06	1,97%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2014 (R\$)	%	2013 (R\$)	%
BR EDUCACIONAL	FIP	25.036.829,11	0,32%	76.291.909,94	0,96%
ETB	FIP	264.753.492,23	3,35%	270.888.490,57	3,42%
GAMMA	FIP	50.845.044,60	0,64%	50.847.389,25	0,64%
FIP SAÚDE	FIP	37.271.374,35	0,47%	37.663.455,91	0,48%
TAG	FIP	5.143.302,43	0,06%	5.158.544,92	0,07%
BRB CORUMBÁ	FIP	1.667.978,95	0,02%	1.465.655,38	0,02%
FLORESTAS DO BRASIL	FIP	63.302.690,07	0,80%	53.993.188,93	0,68%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS III	FIP	13.431.949,30	0,17%	11.901.020,10	0,15%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS II	FIP	2.594.824,59	0,03%	18.554.226,60	0,23%
MULTINER	FIP	243.457.402,37	3,08%	244.378.000,56	3,09%
FIP BIO ENERGIA	FIP	189.917.128,07	2,40%	187.361.830,47	2,37%
FIP Mezanino Diamond Mountain Marine	FIP	78.732.502,78	1,00%	79.538.550,68	1,01%
E. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		124.145.552,13	1,57%	390.050.399,95	4,93%
BNY Mellon FIC FIDE (BR Sovereign)	FIDE	124.145.552,13	1,57%	390.050.399,95	4,93%
F. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		233.086.662,37	2,95%	247.869.368,38	3,13%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		233.086.662,37	2,95%	247.869.368,38	3,13%
Aluguel e Renda		196.331.659,18	2,48%	194.906.166,00	2,46%
Locada a Patrocinador		196.331.659,18	2,48%	194.906.166,00	2,46%
Terreno- CAJAMAR		23.671.168,92	0,30%	23.671.168,92	0,30%
Custo Corrigido		176.115.519,18	2,23%	171.234.997,08	2,16%
Depreciação		(3.455.028,92)			
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		11.482.545,29	0,15%	11.633.995,47	0,15%
Terreno- FINORTE		3.670.235,00	0,05%	3.670.235,00	0,05%
Edificação- FINORTE		8.329.765,00	0,11%	7.963.760,47	0,10%
Depreciação		(517.454,71)			
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		25.272.457,90	0,32%	41.329.206,91	0,52%
Ed. Varig- Victória		-	0,00%	2.540.000,00	0,03%
Ed. Birmann- Ponswinnecke Empreendimentos		3.675.000,00	0,05%	4.287.500,00	0,05%
Ed. Aron Birmann 20- GTS		14.733.333,16	0,19%	17.333.333,21	0,22%
4º Andar Ed. RB1- JC Investimentos		6.706.500,00	0,08%	7.824.250,00	0,10%
Hot Springs- Bluepoint		157.624,74	0,00%	788.123,70	0,01%
RB1 19º andar- Herfam Sociedade Patrimonial		-	0,00%	8.556.000,00	0,11%
Aluguel a Receber					
G. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		993.491.177,04	12,56%	936.575.270,16	11,84%
EMPRÉSTIMOS		993.491.177,04	12,56%	936.575.270,16	11,84%
H. DEPÓSITO JUDICIAL		3.691.285,56	0,05%	4.350.502,53	0,05%
I. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO		(6.821.689,13)	-0,09%	(19.889.912,92)	-0,25%

GESTÃO TERCEIRIZADA			
FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIDC CESP IV	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM	19.463.071,82	0,25%
FIDC Trendbank	Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA.	833.291,88	0,01%
FIDC GP Aetatis	Hemisfério Sul Investimentos S.A.	21.211.039,75	0,27%
FIDC Multi-Itália	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	8.024.573,89	0,10%
FIDC CJP	Macroinvest Gestão de Recursos Ltda	431.576.703,47	5,45%
FIC FIDE BNY Mellon (BR Sovereign)	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	124.145.552,13	1,57%
FIP Saúde	Planner Corretora de Valores S.A.	37.271.374,35	0,47%
FIP BR Educacional	BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.	25.036.829,11	0,32%
FIP BRB Corumbá		1.667.978,95	0,02%
FIP BRZ ALL	BRZ Investimentos Ltda.	18.806.784,00	0,24%
FIP Bioenergia	Artis Gestora de Recursos S.A.	189.917.128,07	2,40%
FIP Energia PCH	Infra Asset Management Ltda	202.342.102,41	2,56%
FIP Florestas do Brasil	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	63.302.690,07	0,80%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	13.431.949,30	0,17%
FIP Investidores Institucionais II		2.594.824,59	0,03%
FIP Multiner	Planner Corretora de Valores S.A.	243.457.402,37	3,08%
FIP TAG	BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.	5.143.302,43	0,06%
FIP ETB	Bridge Administradora de Recursos Ltda.	264.753.492,23	3,35%
FIP Nova Energia	Nova Gestão de Recursos Ltda.	154.988.841,52	1,96%
FIP Gamma	Planner Corretora de Valores S.A.	50.845.044,60	0,64%
FIP MEZANINO DIAMOND MOUNTAIN MARINE	Diamond Mountain Investimentos e Gestão de Recursos Ltda.	78.732.502,78	1,00%
FIRF Carajás	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	32.304.415,30	0,41%
FIRF INSTITUCIONAL	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.584.892,09	0,18%
FIRF BB INSTITUCIONAL	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	41.771.978,80	0,53%
FIRF INCOME VALUE	KBO	73.545.764,71	0,93%
FMIEE Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos Ltda.	6.215.560,28	0,08%
FMIEE Jardim Botânico	Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda.	10.513.571,15	0,13%
FIA ZAMBEZI	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	11.073.581,55	0,14%
FIA YUKON	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	159.375.702,69	2,01%
FIM FM1	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	32.365.224,67	0,41%

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIM RIVIERA	Riviera Gestora de Recursos Ltda.	36.156.537,52	0,46%
FIM HUNGRIA	BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	141.340,06	0,00%
FIDC TREND BANK	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	833.291,88	0,01%
FIDC MULTI-ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	8.032.950,52	0,10%
INCOME VALUE	KBO	169.367.112,16	2,14%
HORUS	Horus Investimentos-Gestora de Recursos Ltda.	105.490.218,00	1,33%
SCE_SEN2	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	2.296.556,09	0,03%
SCE SUB	BNY Mellon Gestão de Patrimônio Ltda.	7.495.958,07	0,09%
VINCI CRE	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	50.778.939,24	0,64%
VINCI DES	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	10.285.942,16	0,13%
GUEPARDO	Gueparado Investimentos Ltda.	39.078.410,75	0,49%
PACIFIC	Pacífico Gestão de Recursos Ltda.	20.875.191,60	0,26%
PERIMETER	Perimeter Administração de Recursos Ltda.	75.543.154,79	0,95%
RIVATEJO	STK CAPITAL Gestora de Recursos Ltda.	55.681.274,14	0,70%
SAGA INSTITUCIONAL	SAGA Consultoria e Gestão de Inv. Fin. Ltda.	39.547.740,89	0,50%
FII AQUILLA	Aquilla Asset Management Ltda.	17.811.360,00	0,23%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB	OLIMPIA PARTNERS Gestão de Recursos S.A.	51.253.066,59	0,65%
CARAJAS FI RF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	42.017.703,64	0,53%
BNP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	352.954.688,05	4,46%
RIO DOCE FIRF	BNY Mellon Serviços Financ. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	74.322.509,82	0,94%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO		
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada
A. RENDA FIXA	-1,02%	-7,01%
B. RENDA VARIÁVEL	-4,99%	-45,59%
C. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,19%	3,40%
D. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-13,15%	-68,17%
E. IMÓVEIS	-0,06%	0,51%
F. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,19%	14,82%
PATRIMONIAL	-1,06%	-6,40%
META ATUARIAL	1,11%	12,28%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
A. GESTÃO PREVIDENCIAL	21.311.834,34	27.561.553,32	48.873.387,66
Pessoal e Encargos	14.374.653,25	17.184.398,55	31.559.051,80
Serviço de Terceiros	5.631.083,05	8.712.391,43	14.343.474,48
Serviços de Atuária	989.981,30	1.294.158,74	2.284.140,04
Auditoria	71.257,85	66.346,00	137.603,85
Consultoria Jurídica	688.412,72	1.287.488,92	1.975.901,64
Gestão e Planejamento Estratégico	1.414.705,06	2.272.213,74	3.686.918,80
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	117.882,30	352.309,53	470.191,83
Despesas Gerais ⁽¹⁾	1.216.605,59	1.469.071,69	2.685.677,28
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.132.238,23	1.970.802,81	3.103.041,04
Outras Despesas	99.199,19	314.327,90	413.527,09
Encargos Diversos	99.199,19	314.327,90	413.527,09
Treinamentos/Congressos e Seminários	153.185,20	272.559,69	425.744,89
Viagens e Estadias	207.982,65	372.802,18	580.784,83
Depreciação	540.519,23	384.367,03	924.886,26
Tributos	305.211,77	320.706,54	625.918,31
B. GESTÃO DE INVESTIMENTO	10.647.391,64	12.505.471,38	23.152.863,02
Pessoal e Encargos	5.515.667,30	6.117.663,91	11.633.331,21
Serviço de Terceiros	2.737.779,95	3.510.436,70	6.248.216,65
Serviços de Atuária	-	-	-
Auditoria	30.539,09	28.434,00	58.973,09
Consultoria Jurídica	295.034,18	551.570,97	846.605,15
Gestão e Planejamento Estratégico	1.257.711,76	1.403.596,88	2.661.308,64
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	50.521,81	151.028,54	201.550,35
Despesas Gerais ⁽¹⁾	648.543,72	597.211,76	1.245.755,48
Outras Despesas Serviços de Terceiros	455.429,39	778.594,55	1.234.023,94
Outras Despesas	1.885,05	1.834,22	3.719,27
Encargos Diversos	1.885,05	1.834,22	3.719,27
Serviço de Custódia/ Administração Fiduciária	1.762.798,93	2.152.934,04	3.915.732,97
Treinamentos/Congressos e Seminários	65.850,96	116.811,47	182.662,43
Viagens e Estadias	215.219,38	311.509,60	526.728,98
Depreciação	217.385,03	157.118,79	374.503,82
Tributos	130.805,04	137.162,65	267.967,69
DESP./REVER.RECURSOS P/ PLANO BENEFÍCIOS	-	-	-
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	17.785.602,16	16.888.890,65	34.674.492,82
Taxa de Administração	13.180.695,61	11.719.017,56	24.899.713,17
Taxa de Custódia	147.173,31	138.482,35	285.655,66
Taxa de Corretagem	2.511.732,29	2.864.504,89	5.376.237,18
Auditoria	54.679,63	243.749,03	298.428,66
Taxa de Performance	1.479.010,67	1.491.736,06	2.970.746,73
Outros	412.310,65	431.400,76	843.711,41
TOTAL	49.744.828,14	56.955.915,35	106.700.743,50

⁽¹⁾ Nas Despesas Gerais estão inclusos os gastos com Eleições, Aluguel do Edifício Sede e TAFIC.

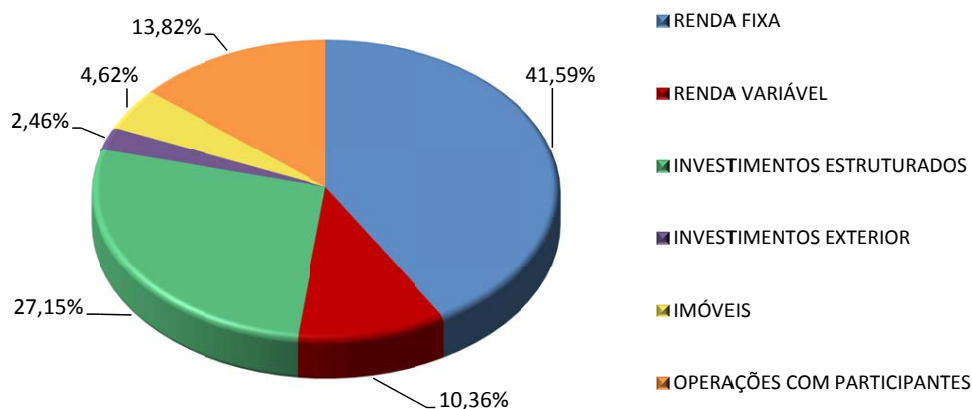
Resultados de Investimentos e Enquadramentos

Um investimento é considerado enquadrado quando está em conformidade com as regras e limites impostos pela legislação vigente e com as diretrizes da Política de Investimentos dos planos. Os quadros abaixo referem-se aos enquadramentos dos investimentos de cada um dos planos administrados pelo Postalís.

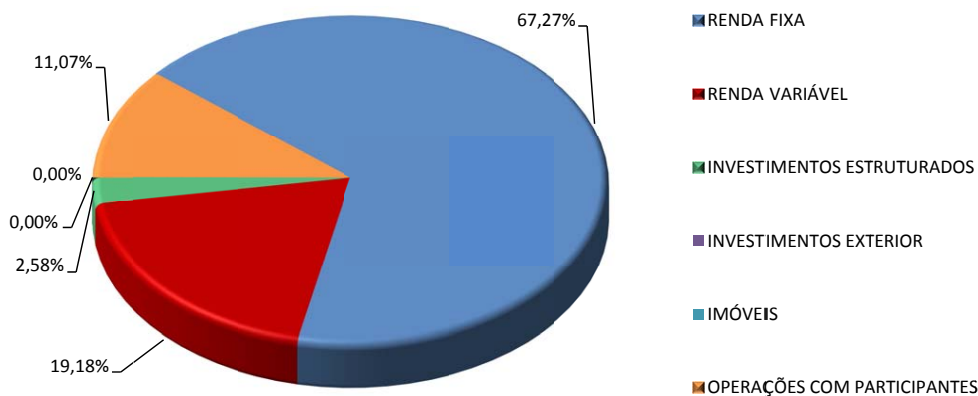
Nas tabelas, a primeira coluna indica o tipo de

investimento, a segunda mostra os parâmetros da política de investimentos e a terceira os limites impostos pela legislação. Na quarta coluna são observados os valores efetivamente alocados em cada segmento e o percentual que representam em relação ao total do volume investido. A quinta coluna apresenta o retorno obtido em cada um dos segmentos.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO					
Segmento	Política de Investimentos	Res. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno
			(R\$)	%	
Disponível	-	-	2.709.164,10	0,05%	-
Renda Fixa	100%	100%	2.097.223.600,97	41,59%	-20,42%
Renda Variável	30%	70%	522.446.057,87	10,36%	-74,74%
Investimentos Estruturados	20%	20%	1.369.021.378,21	27,15%	3,69%
Investimentos Exterior	8%	10%	124.145.552,13	2,46%	-68,17%
Imóveis	8%	8%	233.086.662,38	4,62%	0,51%
Operações Com Participantes	15%	15%	696.975.092,97	13,82%	14,17%
Depósitos Judiciais/Recursois	-	-	3.691.285,56	0,07%	-
Valores A Pagar / Receber / Caixa	-	-	(585.594,62)	-0,01%	-
(-) Exigível Investimentos	-	-	(5.865.427,50)	-0,12%	-
Recursos Garantidores	-	-	5.042.847.772,08	-	-13,38%



PLANO POSTALPREV					
Segmento	Política de Investimentos	Res. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno
			(R\$)	%	%
Disponível	-	-	242.149,72	0,01%	-
Renda Fixa	100%	100%	1.801.563.913,44	67,27%	6,39%
Renda Variável	25%	70%	513.701.824,79	19,18%	-13,94%
Investimentos Estruturados	20%	20%	69.064.426,59	2,58%	-2,33%
Investimentos Exterior	5%	10%	-	0,00%	-
Imóveis	4%	8%	-	0,00%	-
Operações Com Participantes	15%	15%	296.516.084,07	11,07%	16,36%
Depósitos Judiciais/Recurais	-	-	-	0,00%	-
Valores A Pagar / Receber / Caixa	-	-	(2.015.025,04)	-0,08%	-
(-) Exigível Investimentos	-	-	(956.261,63)	-0,04%	-
Recursos Garantidores	-	-	2.678.117.111,94	-	5,46%



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
Segmento	Política de Investimentos	Res. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno
			(R\$)	%	%
Disponível	-	-	35.243,29	0,02%	-
Renda Fixa	100%	100%	191.805.590,88	99,98%	11,54%
Renda Variável	0%	70%	-	0,00%	-
Investimentos Estruturados	0%	20%	-	0,00%	-
Investimentos Exterior	0%	10%	-	0,00%	-
Imóveis	0%	8%	-	0,00%	-
Operações Com Participantes	0%	15%	-	0,00%	-
Depósitos Judiciais/Recurais	-	-	-	0,00%	-
Valores A Pagar / Receber / Caixa	-	-	762.477,18	0,40%	-
(-) Exigível Investimentos	-	-	-	0,00%	-
Recursos Garantidores	-	-	191.840.834,17	-	11,54%

Síntese da Política de Investimentos para 2015

Introdução

Este documento apresenta de forma resumida os critérios que norteiam as aplicações dos planos BD e PostalPrev, não substituindo a íntegra das Políticas de Investimento que estão disponíveis em nossa página na internet: www.postalis.org.br

O POSTALIS adota as normas e procedimentos de controles internos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 13, com destaque para os seguintes pontos:

- Adoção de uma cultura interna que promove, entre os conselheiros, diretores e empregados, uma conduta permanentemente pautada por padrões éticos e de integridade, orientada à defesa dos direitos dos participantes e assistidos;
- Realização de reuniões periódicas com consultores e gestores com o objetivo de acompanhar a saúde financeira e atuarial dos planos de benefícios;
- Monitoramento dos diversos tipos de riscos financeiros e não-financeiros;
- Elaboração de relatórios semestrais de controles internos, aprovados pelo Conselho Fiscal, com vistas a atestar a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor, à Política de Investimento, às premissas e hipóteses atuariais e à execução orçamentária;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento da Política de Investimento, com o objetivo de averiguar a consonância dos investimentos com as diretrizes da Política;
- Disponibilização aos participantes das principais informações referentes ao plano, como resumo do Demonstrativo de Investimentos, da Política de Investimento e das Demonstrações Contábeis anuais.

Administrador Tecnicamente Qualificado

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) devem, de acordo com a legislação vigente, designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos, alocados nos planos de benefícios, bem como pela prestação de informações relativas às aplicações, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores do Instituto.

O Postalis designou o seu Diretor de Investimentos, André Luis Carvalho da Motta e Silva, como Administrador Tecnicamente Qualificado pelos Planos BD e PostalPrev.

Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios

Da mesma forma, as EFPCs devem nomear, dentre os membros da sua Diretoria Executiva, o Administrador Responsável por cada um dos planos de benefícios, que divide com o patrocinador e com os demais membros estatutários a responsabilidade pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

No Postalis, o Diretor de Seguridade, Paulo Fernando Moura de Sá, foi designado para ser o Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios.

Política de Alocação dos Recursos

Metas de Gestão dos Investimentos

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark,

para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, ou seja, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta de rentabilidade reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que, normalmente, apresenta menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

Plano BD

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
PLANO	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,50% ao ano	IPCA + 6,00% ao ano
Renda Variável	Ibovespa +3,00% ao ano	IPCA + 9% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 11,50% ao ano	IPCA + 11,50% ao ano
Investimentos no Exterior	PTAX	SELIC
Imóveis	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano

Plano PostalPrev

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
PLANO	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 6,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,50% ao ano	IPCA + 6,00% ao ano
Renda Variável	Ibovespa +3,00% ao ano	IPCA + 9% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 11,50% ao ano	IPCA + 11,50% ao ano
Investimentos no Exterior	MSCI Global	SELIC + 3,25% ao ano
Imóveis	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano

Faixas de Alocação de Recursos por Plano de Benefício:

O Postalis utiliza uma metodologia de macroalocação dos ativos que está em conformidade com características dos planos BD e PostalPrev.

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo (buscada pelo Instituto) para o exercício de 2015 e os limites de realocação permitidos.

Plano BD

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	49,36%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,12%	0,00%	30,00%
Investimentos Estruturados	20%	20,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	2,91%	0,00%	4,00%
Imóveis	8%	4,54%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	14,66%	0,00%	15,00%

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	73,16%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	19,76%	0,00%	50,00%
Investimentos Estruturados	20%	3,27%	0,00%	6,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,60%	0,00%	3,00%
Imóveis	8%	4,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	10,42%	0,00%	15,00%

Observação dos Princípios Socioambientais

O Postalis, de acordo com as tendências e preocupações da sociedade, entende que os agentes econômicos que formam o mercado financeiro e de capitais, cada um com sua finalidade e propósito, devem preocupar-se sistematicamente com a busca de melhores resultados sociais e menores impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

Diante disso, a análise dos investimentos deve ser norteadada pelos seguintes princípios:

- a) Observação dos princípios da boa governança corporativa;
- b) Combate a práticas discriminatórias;
- c) Proteção dos direitos humanos;

d) Conduta ética;

e) Combate a erradicação do trabalho forçado e infantil em todos os elos da cadeia produtiva;

f) Respeito e promoção do trabalho da mulher;

g) Respeito à diversidade;

h) Melhoria contínua das condições de trabalho;

i) Participação seletiva em programas e projetos de RSA;

j) Programa de tratamento de resíduos de forma responsável;

k) Respeito à representação dos trabalhadores;

l) Utilização sustentável de recursos naturais.

Demonstrações Contábeis 2014

Balço Patrimonial Consolidado

(R\$ mil)

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	2.987	3.433	EXIGÍVEL OPERACIONAL	56.742	36.962
			GESTÃO PREVIDENCIAL	44.844	22.912
REALIZÁVEL	8.070.986	8.526.591	GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.183	11.272
GESTÃO PREVIDENCIAL	118.419	154.382	INVESTIMENTOS	1.715	2.778
GESTÃO ADMINISTRATIVA	35.927	33.879	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	61.270	79.735
INVESTIMENTOS	7.916.640	8.338.330	GESTÃO PREVIDENCIAL	22.675	33.314
Títulos públicos	1.676.535	601.505	GESTÃO ADMINISTRATIVA	36.155	29.309
Créditos privados e depósitos	925.901	1.414.782	INVESTIMENTOS	2.440	17.112
Ações	584.666	78.192	PATRIMÔNIO SOCIAL	7.959.506	8.417.753
Fundos de investimentos	3.499.261	5.055.056	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	7.896.928	8.229.807
Derivativos	8	-	PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.833.831	9.158.984
Investimentos imobiliários	233.087	247.869	Benefícios Concedidos	5.160.986	3.566.397
Empréstimos e financiamentos	993.491	936.575	Benefícios a Conceder	8.270.563	7.658.004
Depósitos Judiciais	3.691	4.351	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	(2.065.417)
			(-) Serviço Passado	-	(1.015.858)
PERMANENTE	3.545	4.427	(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	(1.049.559)
Imobilizado	3.545	4.427	EQUILÍBRIO TÉCNICO	63.097	(929.177)
			Resultados Realizados	63.097	(929.177)
			Superávit Técnico Acumulado	63.097	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(929.177)
			FUNDOS	62.578	187.946
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	52.128	178.664
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	10.450	9.282
TOTAL DO ATIVO	8.077.518	8.534.450	TOTAL DO PASSIVO	8.077.518	8.534.450

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.417.753	7.671.991	9,72%
1. ADI��OES	1.420.145	1.337.976	6,14%
(+) Contribuições Previdenciais	909.234	890.866	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	368.599	347.711	
(+) Reversão de Contingências- Gestão Previdencial	7.850	-	
(+) Receitas Administrativas	112.276	85.233	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Administrativa	21.018	14.044	
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	1.168	122	
2. DESTINA��OES	(1.878.392)	(592.214)	217,18%
(-) Benefícios	(555.654)	(342.307)	
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	(1.062.907)	(177.593)	
(-) Constituição de Contingências- Gestão Previdencial	-	(4.530)	
(-) Despesas Administrativas	(257.127)	(66.344)	
(-) Constituição de Contingências- Gestão Administrativa	(2.704)	(3.102)	
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	-	1.662	
3 . ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	(458.247)	745.762	(161,45%)
(+/-) Provisões Matemáticas	(1.325.153)	1.643.324	
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	99.274	(929.177)	
(+/-) Fundos Administrativos	(126.536)	31.493	
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.168	122	
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	7.959.506	8.417.753	(5,44%)

Balço Patrimonial - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	2.709	2.701	EXIGÍVEL OPERACIONAL	25.119	18.934
			GESTÃO PREVIDENCIAL	21.694	16.879
REALIZÁVEL	5.216.289	6.194.058	INVESTIMENTOS	3.425	2.055
GESTÃO PREVIDENCIAL	166.208	66.418			
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.077	100.908	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	25.115	50.425
Participação no Plano PGA	4.077	100.908	GESTÃO PREVIDENCIAL	22.675	33.314
INVESTIMENTOS	5.046.004	6.026.732	INVESTIMENTOS	2.440	17.111
Títulos públicos	524.881	359.581			
Créditos privados e depósitos	685.943	1.309.550	PATRIMÔNIO SOCIAL	5.168.764	6.127.400
Ações	342.571	56.669	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5.155.157	6.017.836
Fundos de investimentos	2.558.856	3.323.534	PROVISÕES MATEMÁTICAS	5.155.157	6.954.328
Investimentos imobiliários	233.087	247.869	Benefícios Concedidos	5.005.093	3.495.472
Empréstimos e financiamentos	696.975	725.177	Benefícios a Conceder	5.747.782	5.524.273
Depósitos Judiciais	3.691	4.351	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	(2.065.417)
			(-) Serviço Passado	-	(1.015.858)
			(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	(1.049.559)
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	-	(936.492)
			Resultados Realizados	-	(936.492)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(936.492)
			FUNDOS	13.607	109.564
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	4.077	100.908
			Participação no Fundo Adm. Do Plano PGA	4.077	100.908
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	9.530	8.656
TOTAL DO ATIVO	5.218.998	6.196.759	TOTAL DO PASSIVO	5.218.998	6.196.759

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	6.017.836	5.779.189	4,13%
1. ADI��OES	345.023	661.088	(47,81%)
Contribuições Previdenciais	180.588	374.493	
Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	156.585	286.595	
Reversão de Contingências- Gestão Previdencial	7.850	-	
2 . DESTINA��OES	(1.207.702)	(422.441)	185,89%
Benefícios	(356.629)	(284.234)	
Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	(984.417)	(105.665)	
Constituição de Contingências- Gestão Previdencial	-	(4.530)	
Custeio Administrativo	133.344	(28.012)	
3 . ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	(862.679)	238.647	(461,49%)
Provisões Matemáticas	(1.799.171)	1.175.139	
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	936.492	(936.492)	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	5.155.157	6.017.836	(14,34%)
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	13.607	109.564	(87,58%)
Fundos Administrativos	4.077	100.908	
Fundos dos Investimentos	9.530	8.656	

Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. ATIVOS	5.218.999	6.196.759	(15,78%)
Disponível	2.709	2.701	
Recebível	170.285	167.326	
Investimentos	5.046.004	6.026.732	
Títulos Públicos	524.881	359.581	
Créditos Privados e Depósitos	685.943	1.309.551	
Ações	342.571	56.669	
Fundos de Investimentos	2.558.856	3.323.534	
Investimentos Imobiliários	233.087	247.869	
Empréstimos e Financiamentos	696.975	725.177	
Depósitos Judiciais	3.691	4.351	
2. OBRIGAÇÕES	50.234	69.359	(27,57%)
Operacional	25.119	18.934	
Contingencial	25.115	50.425	
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	13.607	109.564	(87,58%)
Fundos Administrativos	4.077	100.908	
Fundos dos Investimentos	9.530	8.656	
4. TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	5.155.157	6.017.836	(14,34%)
Provisões Matemáticas	5.155.157	6.954.328	
Superávit/Déficit Técnico	-	(936.492)	

Demonstrações das Provisões Técnicas - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	5.214.921	6.095.851	(14,45%)
1. Provisões Matemáticas	5.155.157	6.954.328	(25,87%)
1.1. Benefícios Concedidos	5.005.093	3.495.472	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	5.005.093	3.495.472	
1.2. Benefícios a Conceder	5.747.782	5.524.273	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.370.420	5.172.467	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	377.362	351.806	
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	(2.065.417)	
(-) Serviço Passado	-	(1.015.858)	
(-) Patrocinador(es)	-	(1.015.858)	
(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	(1.049.559)	
(-) Patrocinador(es)	(2.798.859)	(524.779)	
(-) Participantes	(950.493)	(321.409)	
(-) Assistidos	(1.848.366)	(203.371)	
2. Equilíbrio Técnico	-	(936.492)	(100,00%)
2.1. Resultados Realizados	-	(936.492)	
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(936.492)	
3. Fundos	9.530	8.656	10,10%
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.530	8.656	
4. Exigível Operacional	25.119	18.934	32,67%
4.1. Gestão Previdencial	21.694	16.879	
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.425	2.055	
5. Exigível Contingencial	25.115	50.425	(50,19%)
5.1. Gestão Previdencial	22.675	33.314	
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.440	17.111	

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano de Benefício Definido

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	100.908	80.744	24,97%
1. Custeio da Gestão Administrativa	83.197	57.283	45,24%
1.1. Receitas	83.197	57.283	45,24%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	8.495	30.026	
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.824	11.500	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	5.035	4.634	
Receitas Diretas	39	7	
Outras Receitas	44.391	543	
Resultado Positivo dos Investimentos	14.413	10.573	
2. Despesas Administrativas	180.028	37.119	385,00%
2.1. Administração Previdencial	21.954	19.790	10,94%
2.1.1. Despesas Comuns	11.409	10.328	10,47%
2.1.2. Despesas Específicas	10.545	9.462	11,44%
Pessoal e Encargos	6.377	5.781	
Viagens e Estádias	117	171	
Serviços de Terceiros	2.261	1.801	
Despesas Gerais	848	662	
Depreciações e Amortizações	187	147	
Contingências	755	900	
2.2. Administração dos Investimentos	16.235	16.592	(2,15%)
2.1.1. Despesas Comuns	7.524	7.413	1,50%
2.1.2. Despesas Específicas	8.711	9.179	(5,10%)
Pessoal e Encargos	4.230	4.429	
Viagens e Estádias	192	235	
Serviços de Terceiros	3.170	3.313	
Despesas Gerais	625	634	
Depreciações e Amortizações	136	118	
Contingências	358	450	
2.3. Reversão de Recurso para o plano de benefício	141.839	2.014	
2.4. Transferência do Fundo de Investimentos do plano de benefício	-	(1.278)	
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	(96.831)	20.164	(580,21%)
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	(96.831)	20.164	(580,21%)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	4.077	100.908	(95,96%)

Balço Patrimonial - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	242	696	EXIGÍVEL OPERACIONAL	29.157	6.757
			GESTÃO PREVIDENCIAL	28.201	6.033
REALIZÁVEL	2.819.657	2.296.414	INVESTIMENTOS	956	724
GESTÃO PREVIDENCIAL	92.775	87.964			
GESTÃO ADMINISTRATIVA	48.051	77.756	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.790.742	2.290.353
Participação no Plano PGA	48.051	77.756	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.741.771	2.211.971
INVESTIMENTOS	2.678.831	2.130.694	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.678.674	2.204.656
Títulos públicos	1.151.655	241.923	Benefícios Concedidos	155.893	70.925
Créditos privados e depósitos	239.958	105.231	Benefícios a Conceder	2.522.781	2.133.731
Ações	242.095	21.522			
Fundos de investimentos	748.599	1.550.619	EQUILÍBRIO TÉCNICO	63.097	7.315
Derivativos	8	-	Resultados Realizados	63.097	7.315
Empréstimos e financiamentos	296.516	211.399	Superávit Técnico Acumulado	63.097	7.315
			FUNDOS	48.971	78.382
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	48.051	77.756
			Participação no Fundo Adm. Do Plano PGA	48.051	77.756
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	920	626
TOTAL DO ATIVO	2.819.899	2.297.110	TOTAL DO PASSIVO	2.819.899	2.297.110

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

DESCRI�O	Exercício 2014	Exercício 2013	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.211.971	1.736.471	27,38%
1. ADI�OES	843.231	638.714	32,02%
(+) Contribui�es Previdenciais	631.217	577.598	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	212.014	61.116	
2. DESTINA�OES	(313.431)	(163.214)	92,04%
(-) Benefícios	(199.026)	(58.074)	
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(78.490)	(71.928)	
(-) Custeio Administrativo	(35.915)	(33.212)	
3 . ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	529.800	475.500	11,42%
(+/-) Provisões Matemáticas	474.018	468.185	
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	55.782	7.315	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	2.741.771	2.211.971	23,95%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	48.971	78.382	(37,52%)
(+/-) Fundos Administrativos	48.051	77.756	
(+/-) Fundos dos Investimentos	920	626	

Demonstração do Ativo Líquido - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. ATIVOS	2.819.899	2.297.110	22,76%
Disponível	242	696	
Recebível	140.826	165.720	
Investimentos	2.678.831	2.130.694	
Títulos públicos	1.151.655	241.923	
Créditos privados e depósitos	239.958	105.231	
Ações	242.095	21.522	
Fundos de investimentos	748.599	1.550.619	
Derivativos	8	-	
Empréstimos e financiamentos	296.516	211.399	
2 .OBRIGAÇÕES	29.157	6.757	331,53%
Operacional	29.157	6.757	
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	48.971	78.382	(37,52%)
Fundos Administrativos	48.051	77.756	
Fundos dos Investimentos	920	626	
4 .TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	2.741.771	2.211.971	23,95%
Provisões Matemáticas	2.678.674	2.204.656	
Superávit/Déficit Técnico	63.097	7.315	

Demonstrações das Provisões Técnicas - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4)	2.771.848	2.219.354	24,89%
1. Provisões Matemáticas	2.678.674	2.204.656	21,50%
1.1. Benefícios Concedidos	155.893	70.925	
Contribuição Definida	11.144	2.273	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	144.749	68.652	
1.2. Benefícios a Conceder	2.522.781	2.133.731	
Contribuição Definida	2.349.338	2.005.645	
Saldo de Contas- parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.174.337	1.002.484	
Saldo de Contas- parcela participantes	1.175.001	1.003.161	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	173.443	128.086	
2. Equilíbrio Técnico	63.097	7.315	762,57%
2.1. Resultados Realizados	63.097	7.315	
Superávit Técnico Acumulado	63.097	7.315	
Reserva de Contingência	63.097	7.315	
3. Fundos	920	626	47,00%
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	920	626	
4. Exigível Operacional	29.157	6.757	331,51%
4.1. Gestão Previdencial	28.201	6.033	
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	956	724	

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano PostalPrev

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	77.756	66.427	17,06%
1. Custeio da Gestão Administrativa	50.098	41.994	19,30%
1.1. Receitas	50.098	41.994	19,30%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	35.915	33.212	
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.661	4.086	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.632	1.216	
Receitas Diretas	50	9	
Outras Receitas	234	-	
Resultado Positivo dos Investimentos	6.606	3.471	
2. Despesas Administrativas	79.803	30.665	160,24%
2.1. Administração Previdencial	28.754	25.171	14,23%
2.1.1. Despesas Comuns	14.894	13.121	13,51%
2.1.2. Despesas Específicas	13.860	12.050	15,02%
Pessoal e Encargos	8.325	7.346	
Viagens e Estadias	153	217	
Serviços de Terceiros	2.951	2.290	
Despesas Gerais	1.107	842	
Depreciações e Amortizações	244	187	
Contingências	1.080	1.169	
2.2. Administração dos Investimentos	7.787	5.878	32,48%
2.2.1. Despesas Comuns	3.448	2.431	41,85%
2.2.2. Despesas Específicas	4.339	3.447	25,87%
Pessoal e Encargos	1.939	1.452	
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-	
Viagens e Estadias	88	77	
Serviços de Terceiros	1.453	1.086	
Despesas Gerais	286	209	
Depreciações e Amortizações	62	39	
Contingências	511	584	
2.3. Transferência do Fundo de Investimentos do plano de benefício	-	(384)	
2.4. Repasse de Parte de Fundo Administrativo	43.262	-	
3. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2)	(29.705)	11.329	(362,20%)
4. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (3)	(29.705)	11.329	(362,20%)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 4)	48.051	77.756	(38,20%)

Balço Patrimonial - Plano de Gestão Administrativa

(R\$ mil)

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	35	37	EXIGÍVEL OPERACIONAL	193.604	11.272
			GESTÃO ADMINISTRATIVA	193.604	11.272
REALIZÁVEL	278.307	214.781			
GESTÃO ADMINISTRATIVA	86.501	33.878	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	36.155	29.309
INVESTIMENTOS	191.806	180.903	GESTÃO ADMINISTRATIVA	36.155	29.309
Fundos de investimentos	191.806	180.903			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	52.128	178.664
PERMANENTE	3.545	4.427	FUNDOS	52.128	178.664
Imobilizado	3.545	4.427	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	52.128	178.664
TOTAL DO ATIVO	281.887	219.245	TOTAL DO PASSIVO	281.887	219.245

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

(R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	178.664	147.171	21,40%
1. Custeio da Gestão Administrativa	133.295	99.276	34,27%
1.1. Receitas	133.295	99.276	34,27%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	44.409	63.238	
Custeio Administrativo dos Investimentos	16.486	15.585	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.667	5.850	
Receitas Diretas	89	16	
Outras Receitas	44.625	543	
Resultado Positivo dos Investimentos	21.019	14.044	
2. Despesas Administrativas	259.831	67.783	283,33%
2.1. Administração Previdencial	50.708	44.962	12,78%
Pessoal e Encargos	31.559	28.650	
Treinamentos/Congressos e Seminários	426	455	
Viagens e Estadias	581	846	
Serviços de Terceiros	11.187	8.931	
Despesas Gerais	4.195	3.283	
Depreciações e Amortizações	925	728	
Contingências	1.835	2.069	
2.2. Administração dos Investimentos	24.022	22.469	6,91%
Pessoal e Encargos	11.633	10.777	
Treinamentos/Congressos e Seminários	183	194	
Viagens e Estadias	527	572	
Serviços de Terceiros	8.717	8.062	
Despesas Gerais	1.719	1.542	
Depreciações e Amortizações	374	288	
Contingências	869	1.034	
2.3. Reversão de Recurso para o plano de benefício	141.839	2.014	
2.4. Transferência do Fundo de Investimentos do plano de benefício	-	(1.662)	
2.5. Repasse de Parte de Fundo Administrativo	43.262	-	
3. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2)	(126.536)	31.493	(501,79%)
4. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (3)	(126.536)	31.493	(501,79%)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 4)	52.128	178.664	(70,82%)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2014
(em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, entidade fechada de previdência privada, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional - CMN, estando sob o regime definido pelas Leis Complementares nº. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

O Postalís é uma entidade que tem como objetivo principal conceder a seus participantes e beneficiários suplementação de benefícios previdenciários, nos termos dos seus Regulamentos. Os benefícios são concedidos por meio dos Planos:

a. Plano de Benefício Definido (BD) Saldado, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 19.810.004-29, estruturado na modalidade de benefício definido, patrocinado pelos Correios e pelo Postalís, saldado em 1º de março de 2008;

b. Plano CV PostalPrev, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 20.020.047-65, estruturado na modalidade Contribuição Variável, patrocinado pelos Correios e pelo Postalís, para participantes inscritos a partir de 1º de junho de 2005.

Quantidade de ativos e assistidos por plano:

Descrição	Ativos	Assistidos
Plano BD Saldado	79.285	22.639
Plano PostalPrev	117.506	10.782
Total	196.791	33.421

Fonte: Relatório Gerencial DSE.

Os recursos de que a entidade dispõe para funcionamento são oriundos de contribuições de suas patrocinadoras e dos seus participantes, bem como de rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, obedecidas às regras fixadas pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Postalís foram elaboradas de acordo com as normas contábeis em vigor, obedecendo às disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, apresentadas em milhares de reais, comparativamente às do exercício anterior, e consolidam as posições dos planos administrados pelo Postalís.

A estrutura da planificação contábil padrão reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial e Administrativa, e o Fluxo dos Investimentos proporcionem informações mais adequadas.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões (Previdencial e Administrativa) e o fluxo de investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segun-

do a natureza e a finalidade das transações.

A escrituração contábil dos planos de benefícios é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por Plano de Benefícios.

As Demonstrações Contábeis estão em conformidade com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e são apresentadas também de forma consolidada, com os saldos das contas do Plano de Gestão Administrativa - PGA e dos planos de benefícios.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Notas de Riscos

O Instituto utiliza como modelo de avaliação dos controles a metodologia da Autoavaliação ou Control Self Assessment. Essa metodologia permite avaliar o ambiente de riscos, os controles e a eficiência no gerenciamento destes, buscando melhorar o desempenho por meio de revisão de processos e/ou da elaboração de planos de ação para melhorias, atendendo assim às orientações e designações da Resolução CGPC nº 13/2004, e à Recomendação CGPC nº 2, de 27 de abril de 2009, que dispõe sobre a adoção da Supervisão Baseada em Risco (SBR).

Com relação aos riscos inerentes à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, o Instituto monitora os riscos de mercado, sistêmico, de crédito, legal, operacional e de liquidez; gerencia o risco e o retorno esperado dos investimentos e acompanha o enquadramento dos investimentos à luz da Resolução CMN nº 3.792, e suas alterações.

3.2. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Ao final de cada mês, o Instituto registra a parcela equivalente à participação do fundo administrativo do PGA nos planos de benefícios. No

Ativo, na conta “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e no Passivo, na conta “Participação no Fundo Administrativo do PGA”.

O fundo administrativo é constituído com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do PGA. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalís, e estão em conformidade com a Resolução do CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

3.3. Investimentos

A Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, estabelece critérios para o registro contábil de títulos e valores mobiliários para as entidades fechadas de previdência complementar. O Instituto possui intenção e capacidade financeira de manter os títulos alocados na carteira própria até o vencimento.

3.3.1. Títulos Públicos

Os investimentos em títulos públicos estão avaliados e contabilizados pelo custo, acrescido dos rendimentos pro rata auferidos até o encerramento do balanço. Os planos administrados pelo Instituto não adquiriram títulos com prazo a decorrer inferior a 12 meses a contar da data de aquisição, assim como não alienou diretamente títulos públicos.

3.3.2. Créditos Privados e Depósitos

São títulos adquiridos de instituições financeiras, companhias abertas ou fechadas, sociedades limitadas e sociedades de propósitos específicos - SPE.

Os rendimentos ou os encargos dessas operações são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”.

Conforme informações levantadas sobre a possibilidade de não recebimento, foram

provisionados para perdas no Plano BD os valores correspondentes à totalidade das aplicações relacionadas abaixo:

Emissor		Título	Valor Provisão	
			31/12/2014	31/12/2013
Compact	CCI	Cia. Fechada	-	22.798
Compact	CCI	Soc. Ltda	-	20.513
GPC Participações	CCI	Cia. Aberta	-	33.836
Manchester	CCI	Cia. Fechada	-	23.703
LAIMA	CCI	Soc. Ltda	-	83.223
Mudar	CCI	Cia. Fechada	140.941	-
Quinze de Maio	CCI	Soc. Ltda	30.855	-
Galileo	DEBN	SPE	65.622	-
Cereagro	CDCA	Cia. Aberta	12.196	-
Raesa	CCB	Cia. Fechada	141.031	-
New Energy	CCB	Cia. Fechada	151.567	-
TUBRASIL	CCI	Cia. Fechada	29.121	-
Sanesalto	DEBN	Cia. Aberta	11.500	-
Karmann Guia	CCI	Soc. Ltda	62.329	-
Conspar	CCI	Soc. Ltda	94.770	-
Riviera	CCI	Soc. Ltda	74.244	-
Anatote	CCI	Soc. Ltda	19.183	-
J2HA	CCI	Soc. Ltda	19.183	-
Bocato	CCI	Soc. Ltda	4.062	-
TOTAL			856.604	184.073

Do valor total provisionado pelo Instituto, R\$ 453.480 mil referem-se a títulos vencidos e não recebidos até 31 de dezembro de 2013, que foram provisionados em janeiro de 2014.

3.3.3. Renda Variável

Registro das operações com ativos de renda variável, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado.

3.3.4. Fundos de Investimentos

Os fundos de investimento são avaliados de acordo com a variação das respectivas cotas. As receitas e despesas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

3.3.5. Investimentos Imobiliários

3.3.5.1. Carteira Imobiliária

Demonstramos abaixo o valor dos investimentos imobiliários alocados integralmente no Plano BD Saldado nos exercícios de 2014 e 2013:

Imóvel	Valor Contábil	
	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos Imobiliários	233.087	247.869
Aluguéis e Renda	196.332	194.906
Edificação	172.660	171.235
Terreno	23.671	23.671
Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários	25.272	41.329
Ed. Varig.- Vitória	-	2.540

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Imóvel	Valor Contábil	
	31/12/2014	31/12/2013
Ed. Birmann- Ponswinnecke Empreendimentos	3.675	4.288
Ed. Aron Birmann 20- GTIS	14.733	17.333
4º andar Ed. RB1- JC Investimentos	6.707	7.824
RB1 19º andar- Herfam Sociedade Patrimonial	-	8.556
Hot Springs- Bluepoint	158	788
Outros Investimentos Imobiliários	11.483	11.634
Edificação Finorte	7.812	7.964
Terreno Finorte	3.670	3.670

3.3.6 Empréstimos

São registradas as operações com empréstimos concedidos a participantes, incluídas as parcelas referentes ao principal, prestações a receber e juros incorridos.

A provisão para prováveis perdas relativas à inadimplência de operações com participantes dos planos administrados pelo Postalís foi constituída pelos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3.4 Permanente

Os bens que constituem o permanente estão registrados no Plano de Gestão Administrativa - PGA ao custo de aquisição. A depreciação é calculada com base no método linear e taxas constantes durante o tempo de vida útil ou prazo de utilização (em anos) estimado para o bem.

O Instituto, por meio da Resolução 008/2011, estabeleceu critérios e procedimentos de depreciação ou amortização de bens.

Descrição	Taxa de Depreciação
Máquinas e Equipamentos	10% a.a.
Computadores	20% a.a.
Móveis e Utensílios	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Software- Imobilizado	20% a.a.
Imóveis	2% a.a.

3.5 Custeio Administrativo

As fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do POSTALIS e dos planos por ele geridos estão definidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo no exercício de 2009, por meio da DEL-26/2009.

O custeio administrativo é o recurso necessário para a cobertura das despesas administrativas. Esses recursos são oriundos da Gestão Previdencial e Investimentos, por meio de alocação direta - despesa específica da gestão e por rateio no caso de despesas comuns. O critério de rateio considera parâmetros de alocação na gestão previdencial por número de participantes, e, nos investimentos, pelo total dos recursos garantidores dos planos.

3.6. Plano de Custeio

a. **Plano BD Saldado** - O custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo a ser aplicado entre 01/04/2014 e 31/03/2015 corresponde a 10% (dez por cento) das contribuições previdenciais vertidas ao plano pelos patrocinadores, participantes e assistidos, para a cobertura das despesas administrativas. No exercício 2014 o Plano teve uma participação de R\$ 4.077 mil no fundo administrativo do PGA e R\$ 100.908 mil em 2013.

b. **Plano CV PostalPrev** - O Plano de custeio foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, a ser aplicado entre 01/04/2014 e 31/03/2015 a 7% (sete por cento) sobre a contribuição Básica para os

participantes, e sobre o valor das Contribuições Regulares para patrocinadoras vertidas ao plano. No exercício 2014, o plano teve uma participação da ordem de R\$ 48.051 mil no fundo administrativo do PGA e R\$ 77.756 mil em 2013.

3.7. Equacionamento do Déficit

a. **Plano BD Saldado** - No exercício 2014, em decorrência do déficit técnico apurado de 5.597.718 mil, foi instituída pelo atuário externo, conforme relatório técnico de Plano de Equacionamento do Déficit GPA-128/2015-002, contribuição extraordinária no percentual de 25,98% sobre os valores dos Benefícios Proporcionais Saldados para os participantes ativos e sobre os Benefícios Concedidos para os atuais e futuros assistidos, observada a contrapartida contributiva dos patrocinadores, cuja cobrança se dará no período entre abril/2015 a junho/2030.

3.8. Passivo Contingencial

Foi constituído por meio de informações extraídas de relatórios dos advogados internos do Instituto, que classificaram as ações como prováveis para perda. As contingências foram atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC; incluindo também as ações do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, que são contribuições calculadas com base nas regras estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB.

3.9. Receitas/Adições e Despesas/Deduções

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas de Investimentos são escrituradas atendendo ao Regime de Competência de exercício.

3.10. Consolidação dos Planos

A consolidação do balanço do Postalís segue as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 08/2011 e pela Instrução MPS/SPC n.º 34/2009

e representa os saldos das contas dos Planos de Benefício Definido Saldado, PostalPrev e do Plano de Gestão Administrativa.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Instituto realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos, dentro do próximo exercício financeiro, estão divulgadas abaixo.

4.1 Processos Legais

As provisões para riscos legais decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal das atividades, movidas por terceiros, em ações previdenciais, administrativas e de investimentos.

Essas provisões são avaliadas pela Gerência Jurídica e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

A classificação de perda e o registro contábil das provisões para riscos legais estão em consonância com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.180, de 24 de Julho de 2009, que estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes.

4.2 Parecer Judicial Relativo aos Certificados de Créditos Imobiliários - CCI's

O escritório de advocacia Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados emitiu um parecer ao Postalís relativo aos Certificados de Créditos Imobiliários - CCI's, datado de 12 de fevereiro de 2012, sobre a responsabilidade da Caixa Econômica Federal pela restauração dos créditos das cédulas do FCVS. A Caixa é a administradora do FCVS e reconheceu em reiteradas oportunidades a ocorrência de falha no seu sistema operacional, pois conforme acordo, a Caixa tinha a obrigação de manter o sistema de deduções de ônus sobre os contratos em perfeito estado e regularizado, ou seja, riscos de eventuais problemas com essa prestação não poderia ser imputado ao Postalís.

Cita ainda o referido parecer que a Caixa será condenada a indenizar o Postalís no montante do valor da carteira, decorrentes da rentabilidade dos Contratos FCVS, calculado por meio de prova pericial.

O processo de n. 0006879-23.2012.4.01.3400 foi distribuído no dia 07/02/2012 e tramita na 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal sob a condução do Escritório Paulo Cezar Pinheiro Associado, que destacou que em 05/12/2012, foi proferida decisão indeferindo os pedidos liminares realizados pelo Postalís, mas reconheceu a legitimidade passiva da CEF, bem como reconheceu a ocorrência do incontroverso erro operacional na administração do FCVS pela CEF, acarretando a supressão de gravames em diversos contratos que lastreiam os créditos junto àquele Fundo. Em 17/06/2013, o juiz entendeu indispensável a realização de prova técnica pericial e deferiu o ingresso da União Federal no referido processo.

Em 19/02/2014 foi proferida decisão que deferiu o pedido de prova pericial formulado pelo Postalís e indeferiu o pedido de depoimento testemunhal formulado pela CEF, sob o argumento de que as questões controvertidas se comprovam mediante prova exclusivamente documental e são técnicas. Além disso,

foi determinada a intimação das partes, para formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo de 20 dias. A referida decisão publicou no dia 25/03/2014, motivando a interposição do Agravo de Instrumento nº 0018730-06.2014.4.01.0000 pela CEF. No dia 09/04/2014, foi proferida decisão que deferiu, em parte, o pedido de antecipação da tutela recursal formulado pela CEF, para assegurar, tão somente, a produção da prova testemunhal (depoimento pessoal dos representantes do POSTALIS e testemunho do gestor da TETTO).

No dia 18/06/2014, foi ordenada vista à CEF, que concordou com a proposta de honorários apresentada pelo Perito do Juízo. Em 29/09/2014, o POSTALIS apresentou petição requerendo: (i) o indeferimento dos quesitos apresentados pela CEF e (ii) a intimação do Perito do Juízo para adequar a proposta de honorários ao escopo da perícia.

5. ATIVO

5.1. Realizável

5.1.1. Gestão Previdencial

Os recursos a receber dos planos de benefícios totalizaram R\$ 118.419 mil (R\$ 154.382 mil em 2013).

a. Contribuições normais da patrocinadora e de participantes, relativas a dezembro e 13º salário no final do exercício de 2014, cujo repasse ao Instituto ocorrerá no mês de janeiro no valor de R\$ 4.809 mil no Plano BD saldado, R\$ 91.785 no Plano CV, totalizando R\$ 96.593 mil (R\$ 91.474 mil em 2013);

b. Contribuição extraordinária da patrocinadora e participantes, ativos e assistidos do equacionamento do Déficit do Plano BD Saldado no valor de R\$ 9.115 mil (R\$ 9.579 mil em 2013).

c. Adiantamento no valor de R\$ 150 mil no Plano BD e R\$ 4 mil no Plano CV, totalizando R\$154 mil (R\$ 212 mil em 2013).

d. Depósitos judiciais relativos aos processos da Gestão Previdencial no valor de R\$ 12.556 do Plano BD (R\$ 9.768 mil em 2013).

Recursos a Receber	31/12/2014	31/12/2013
Contribuições a Receber (a)	96.594	133.682
Patrocinadores	49.423	89.000
Participantes	47.171	44.682
Contribuições Extraordinária Equacionamento (b)	9.115	9.579
Patrocinadora	5.295	5.438
Participantes	3.820	4.141
Adiantamentos (c)	154	212
Depósito Judicial (d)	12.556	9.768
Outros Realizáveis (e)	0	1.141
Total	118.419	154.382

Nota:

a. Referem-se a contribuições normal e especial a receber dos patrocinadores, e contribuições normais dos participantes relativas ao mês de dezembro, cujos repasses ao Instituto foram efetuados no mês de janeiro subsequente.

b. Contribuição extraordinária do plano BD saldado, participantes, assistidos e patrocinadora.

c. Referem-se a adiantamentos de auxílio, pensão e aposentadoria.

d. Referem-se aos Depósitos Judiciais Previdenciais, conforme IN-MPS/PREVIC nº 05/2011.

e. Decorre de recurso a receber dos planos.

5.1.2 Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber relativos às atividades da Gestão Administrativa dos planos administrados pelo Instituto. Em 2014, o saldo a receber é da ordem de R\$ 35.927 mil (R\$ 33.879 mil em 2013).

5.1.3 Investimentos

Realizável de investimentos consolidado:

Estão inclusos os registros de controle das aplicações dos recursos garantidores de cada plano administrado pelo Postalís: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos, investimentos imobiliários, empréstimos e financiamentos e depósitos judiciais.

Investimentos	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	1.676.536	601.505
Créditos Privados e Depósitos	925.901	1.414.782
Ações	584.666	78.192
Fundos de Investimento	3.499.261	5.055.056
Derivativos	8	-
Investimentos Imobiliários	233.087	247.869
Empréstimos e Financiamentos	993.491	936.575
Depósitos Judiciais	3.691	4.351
Total	7.916.641	8.338.330

Realizável de investimentos por Plano:

a. Plano BD Saldado

Segmento de Aplicação		Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor na Curva	
				31/12/2014	31/12/2013
INVESTIMENTOS				4.838.398	6.026.733
A. Títulos Públicos				524.881	359.581
Notas do Tesouro Nacional				524.881	359.581
NTN-B		> 365 dias	319.557	488.097	324.571
NTN-C		> 365 dias	15.087	29.212	27.762
NTN-F		> 365 dias	6.016	7.572	7.248
B. Créditos Privados e Depósitos				685.943	1.309.551
Instituições Financeiras				61.652	55.369
SANTANDER (Banespa)		> 365 dias	35.825	61.652	55.369
Companhias Abertas				148.898	332.188
Casan	CCB	> 365 dias	100.000	109.370	127.385
Canabrava Energética	DEBN	> 365 dias	33.450		53.175
CEMIG	DEBNE	-	31.340	-	55.226
CESPP- UNIESP	CCI	> 365 dias	44.000	23.918	36.787
Cereagro S/A	CDCA	-	15.000	-	12.198
Iguatemi Shopping	DEBN	-	1.523	-	502
INFRASEC	CRI	> 365 dias	9.734	9.694	9.924
Sanesalto S.A.	DEBN	-	7.862	-	11.224
Usina Continental SA	CDCA	-	20.794	-	17.394
Vale do Rio Doce S/A	DEBNE	-	9	14	14
Valor a Receber Cambuci	DEBN	-	-	5.903	8.359
Companhias Fechadas				348.571	803.902
Cia Águas de Itapema	CCB-F	> 365 dias	38.000	48.435	53.206
Investminas S.A.	CCB-F	> 365 dias	46.000	131.683	115.319
Mudar SPE Master	CCI-F	-	87.939	-	103.164
New Energy S/A	CCB-F	-	88.000	-	150.479
Portbelo	CCI-F	> 365 dias	30.000	37.207	32.472
Raesa Rio Amazonas	CCB-F	-	137.188	-	139.926
Tubrasil Sifco	CCI-F	-	60.000	-	27.320
Tetto Habitação S.A (*)	CCI-F	> 365 dias	105.772	131.245	182.016
Sociedades Limitadas				126.822	118.093
Bocato Part. E Empre.	CCI-L	-	12.000	-	6.919
Karmann Ghia Ltda	CCI-L	-	33.000	-	62.503
Indaiatuba	CCI-L	> 365 dias	65.000	91.949	-
MTTG Empreend. e Part. (*)	CCI-L	> 365 dias	30.310	34.873	48.670

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

continuação da página anterior

Segmento de Aplicação		Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor na Curva	
				31/12/2014	31/12/2013
C. Ações				342.571	56.669
Sociedade de Propósito Específico				342.571	56.669
Canabrava Agrícola	SPE	> 365 dias	10.230	31.101	13.624
Canabrava Energética	SPE	> 365 dias	33.450	125.850	-
XNICE	SPE	> 365 dias	26.715	28.480	-
Galileo	SPE	-	53.209	-	43.045
Aluban	SPE	> 365 dias	62.162	74.166	-
Usina SOBRASIL	SPE	> 365 dias	66.010	82.974	-

Segmento de Aplicação		Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	
				31/12/2014	31/12/2013
D. Fundos de Investimentos				2.558.855	1.912.007
Renda Fixa				345.609	1.401.633
Carajás FI RF	FIRF	-	-	32.304	47.990
Cash	CASH	-	-	-	2.563
Serengeti	FIC	-	-	-	1.351.080
CREPRIV HUNGRIA	FIRF	-	-	141	-
INSTITUCIONAL	FIRF	-	-	14.585	-
INCOME VALUE CP	FIRF	-	-	73.546	-
BB INSTITUCIONAL RF	FIRF	-	-	30.156	-
BNPP MATCH DI FI REF		-	-	194.877	-
Dívida Externa				124.146	390.050
FIC FIDE BNY Mellon (BR Sovereign)	FIDE	-	-	124.146	390.050
Direitos Creditórios			-	481.109	95.612
CESP	FIDC	> 365 dias	-	19.463	27.317
GP Aetatis	FIDC	> 365 dias	-	21.211	20.094
Lavoro II	FIDC	-	-	-	17.488
Multi- Itália	FIDC	> 365 dias	-	8.025	10.526
Trendbank	FIDC	> 365 dias	-	833	20.187
CJP NP CRED JUD	FIDC	> 365 dias	-	431.577	-
Empresas Emergentes				16.729	23.299
Empreendedor Brasil	FMIEE	-	14.700	6.216	8.969
Jardim Botânico	FMIEE	-	16.000	10.514	14.330
Participações				1.352.292	1.412.941
Bioenergia	FIP	-	190.000	189.917	187.362
BR Educacional	FIP	-	54.431	25.037	76.292
BRB Corumbá	FIP	-	20.800	-	1.467

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Segmento de Aplicação		Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	
				31/12/2014	31/12/2013
BRZ ALL	FIP	-	40.000	18.807	24.770
Energia PCH	FIP	-	124.178	202.342	194.224
ETB	FIP	-	223.475	264.753	270.888
FIP Saúde	FIP	-	40.000	37.271	37.663
Florestas do Brasil	FIP	-	35.303	63.303	53.993
Gamma	FIP	-	43.500	50.845	50.847
Investidores Institucionais II	FIP	-	39.308	2.595	18.554
Investidores Institucionais III	FIP	-	32.857	13.432	11.901
Multiner	FIP	-	196.899	243.457	244.378
Nova Energia	FIP	-	99.930	154.989	155.904
FIP Mezanino Diamond Mountain Marine Infraestrutura	FIP	-	67.500	78.733	79.539
TAG	FIP	-	14.020	5.143	5.159
Valor a Receber			-	1.668	-
Multimercado				68.522	-
RIVIERA CRED PR	FIM	-	-	36.157	-
FM1 CRD PRIV	FIM	-	-	32.365	-
Ações				170.449	-
ZAMBEZI	FIA	-	-	11.074	-
Y UKON	FIA	-	-	159.376	-
E. Investimentos Imobiliários				25.480	236.247
Aluguel e Renda			194.906	196.332	194.906
Locada a Patrocinador		-	194.906	196.332	194.906
Terreno- Cajamar		-	23.671	23.671	23.671
Custo Corrigido		-	171.235	176.116	171.235
Depreciação		-	-	(3.455)	0
Outros Investimentos Imobiliários				11.483	11.634
Terreno- Finorte		-	-	3.670	3.670
Edificação- Finorte		-	-	8.330	7.964
Depreciação		-	-	(517)	-
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários				25.272	41.329
Ed. Varig- Victória		-	-	-	2.540
Ed. Birmann- Ponswinnecke Empreendimentos		-	-	3.675	4.288
Ed. Aron Birmann 20- GTS		-	-	14.733	17.333
4º Andar Ed. RB1- JC Investimentos		-	-	6.707	7.824

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Segmento de Aplicação	Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	
			31/12/2014	31/12/2013
RB1 19º andar- Herfam Sociedade Patrimonial	-	-	-	8.556
Hot Springs- Bluepoint	-	-	158	788
F. Empréstimos e Financiamentos			696.975	725.177
Empréstimos	-	-	696.975	725.177
G. Depósito Judicial			3.691	4.351
Depósitos	-	-	3.691	4.351

(*) Em 2014 o Administrador Fiduciário remarcou os ativos em 60% do valor de face.

b. Plano PostalPrev

Segmento de Aplicação		Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor na Curva	
				31/12/2014	31/12/2013
INVESTIMENTOS				2.678.831	2.130.694
A. Títulos Públicos				1.151.655	241.923
Notas do Tesouro Nacional				1.151.655	241.923
NTN-B		> 365 dias	1.066.206	1.131.492	230.876
NTN-F		> 365 dias	9.057	11.592	11.047
LFT		> 365 dias	7.767	8.570	-
B. Créditos Privados e Depósitos				239.958	105.231
Instituições Financeiras				63.862	1.048
Banco Santander		> 365 dias	917	1.173	1.048
CEF	CDB	> 365 dias	24.000	24.727	-
SAFRA	LF	> 365 dias	20.000	22.716	-
PINE	LF	> 365 dias	14.056	15.246	-
Companhias Fechadas				79.662	29.305
Mudar SPE Master	CCI-F	> 365 dias	21.143	-	29.305
Portbelo	CCI-F	> 365 dias	55.000	67.866	-
DOGMA	CCI-F	> 365 dias	10.000	11.796	-
Sociedades Limitadas				96.434	74.878
Quinze de Maio	CCI-L	> 365 dias	28.000	-	30.649
UNIESP	CCI-L	> 365 dias	45.000	41.771	44.229
J.Medeiros	CCI-L	> 365 dias	-	1.089	-
Indaiatuba	CCI-L	> 365 dias	45.000	53.574	-
C. Ações				242.103	21.522
Sociedade de Propósito Específico				207.994	21.522
Galileo	SPE	> 365 dias	28.195	-	21.522

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Segmento de Aplicação		Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor na Curva	
				31/12/2014	31/12/2013
MRTT	SPE	> 365 dias	40.000	40.912	-
GBXTII	SPE	> 365 dias	14.500	14.731	-
XNICE	SPE	> 365 dias	142.911	152.351	-
Companhias Abertas				34.101	-
AMBEV S/A	AÇÕES	-	3.504	3.613	-
Brasil	AÇÕES	-	536	475	-
Bradesco PN EJ	AÇÕES	-	3.567	3.590	-
BB Seguridade Participações	AÇÕES	-	2.384	2.508	-
BRF- Brasil FOODS S.A.	AÇÕES	-	312	406	-
BR MALLS PAR	AÇÕES	-	108	89	-
BM&F Bovespa	AÇÕES	-	271	215	-
CCR RODOVIAS	AÇÕES	-	180	156	-
CEMIG	AÇÕES	-	136	109	-
Souza Cruzon ED	AÇÕES	-	127	89	-
Gerdau MET	AÇÕES	-	254	170	-
IDEIASNET	AÇÕES	-	148	179	-
Itausa EDJ	AÇÕES	-	954	939	-
ItauBanco	AÇÕES	-	4.068	4.192	-
KROTON	AÇÕES	-	2.646	2.837	-
PACUCAR-CBD	AÇÕES	-	3.742	3.551	-
Petrobrás	AÇÕES	-	8.369	5.514	-
Ultrapar	AÇÕES	-	331	319	-
Vale R Doce PNA	AÇÕES	-	6.396	5.077	-
Valor a Receber	PROVENTOS	-	-	74	-
Derivativos				08	-
D. Fundos de Investimentos				748.600	1.550.619
Renda Fixa				408.634	1.415.731
São Bento FIC FIM	FIC	-	-	-	1.356.264
Rio Doce FIRF	FIRF	-	-	39.867	59.467
BB Institucional RF		-	-	624	-
BNPP Match DI FI REF		-	-	53.739	-
INCOME VALUE CP FIRF		-	-	169.367	-
HORUS INST 11 FIM		-	-	105.490	-
SAGA Institucional		-	-	39.548	-
Direitos Creditórios				79.724	49.869
Lavoro II	FIDC	> 365 dias	-	-	18.047
Multi-Itália	FIDC	> 365 dias	-	8.033	10.537
Trendbank	FIDC	> 365 dias	-	833	20.187

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Segmento de Aplicação		Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor na Curva	
				31/12/2014	31/12/2013
Valor Multissetorial	FIDC	> 365 dias		-	1.098
SCE _SENIOR 2	FIDC	> 365 dias		2.297	-
SCE SUB	FIDC	> 365 dias		7.496	-
VIN CRDE I SBPR1	FIDC	> 365 dias		50.779	-
VIN CRDE I SEN1	FIDC	> 365 dias		10.286	-
Fundo de Investimento em ações				191.178	85.019
Mekong FIC FIA	FIC FIA	> 365 dias		-	85.019
GUEPARDO INS60	FICFIA	> 365 dias		39.078	-
PACIFIC ACOES	FICFIA	> 365 dias		20.875	-
PERIMETER	FIA	> 365 dias		75.543	-
TEJO	FIA	> 365 dias		55.681	-
Fundo Imobiliário				69.064	-
FII AQUILLA		-		17.811	-
FIGS (FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO)		-		51.253	-
E. Empréstimos e Financiamentos				296.516	211.399
Empréstimos		-		296.516	211.399

c. Plano Gestão Administrativa - PGA

Segmento de Aplicação			Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	
					31/12/2014	31/12/2013
INVESTIMENTOS					191.806	180.903
A. Fundos de Investimentos					191.806	180.903
Renda Fixa					191.806	180.903
Carajás	FIRF	-	55.000	42.018	63.046	
Mellon Cash FIF	CASH	-	47.983	-	66.275	
Rio Doce	FIRF	-	45.000	34.456	51.582	
BNP Paribás	FIRF	-	-	104.339	-	
BB Institucional	FIRF	-	-	10.993	-	

5.1.4. Permanente

O imobilizado do Instituto é composto de instalações, móveis e utensílios, máquinas, equipa-

mentos e veículos. O quadro abaixo demonstra os valores do Ativo Permanente do Instituto.

Descrição	Saldo 31/12/2014	Saldo 31/12/2013
Instalações	302	338
Móveis e Utensílios	370	440
Máquina e Equipamentos	2.810	3.635
Veículos	63	13
Biblioteca	0	1
Total	3.545	4.427

Descrição	Saldo 31/12/2014	Saldo 31/12/2013
Adições	419	1.098
Baixas	44	10

6. PASSIVO

6.1. Exigível Operacional

6.1.1. Gestão Previdencial

Estão registrados os compromissos relativos aos planos de benefícios com a Gestão Previdencial restituições de reservas de poupanças de participantes sem vínculo com a Patrocinadora (R\$ 38.348 mil), sendo R\$ 17.575 mil no Plano BD e R\$ 20.773 mil Postalprev, benefícios pendentes de pagamentos e despesas administrativas dos planos. O saldo da Gestão Previdencial em 2014 é da ordem de R\$ 49.895 mil, sendo R\$ 21.694 mil no Plano BD e R\$ 28.201 mil no Postalprev (R\$ 16.879 mil - BD e R\$ 6.033 mil - Postalprev em 31.12.2013). (vide item 10.3).

6.1.2. Gestão Administrativa

O saldo de 10.184 mil em 31.12.2014 (R\$ 11.272 mil em 31.12.2013) decorre de compromissos assumidos pelo Instituto relativos a contas a pagar da Gestão Administrativa, encargos sociais, consignações em folha de pagamento, provisões de férias e fornecedores.

6.1.3. Investimentos

O saldo de R\$ 1.715 mil, em 31 de dezembro de 2014, decorre de obrigações com custeio das despesas administrativas de investimentos dos planos de benefícios e operações com participantes, R\$ 3.425 mil no Plano BD Saldado e R\$

956 mil no Plano Postalprev (vide item 10.3).

6.2. Exigível Contingencial

Estão registrados os valores em litígio com possibilidade de desembolso.

6.2.1. Gestão Previdencial

Estão provisionadas ações decorrentes de processo nos quais ex-participantes pleiteiam diferenças de valores de Reservas de Poupança ou diferenças relativas à Suplementação de Aposentadoria de participantes em gozo de benefícios. A totalidade é inerente ao PBD Saldado. O saldo em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 22.675 mil (R\$ 33.314 mil em 2013).

6.2.2. Gestão Administrativa

O saldo de R\$ 36.155 mil em 31.12.2014 (R\$ 29.309 mil em 2013) refere-se à reclamação trabalhista e ação para não recolhimento de PIS e COFINS sobre as receitas administrativas previdenciais e de investimentos vertidas para o PGA.

6.2.3. Investimentos

Em 17 de março de 2003, o Instituto foi notificado pela Receita Federal para recolhimento de PIS e COFINS incidentes sobre receitas de aluguéis e resultado positivo da reavaliação da carteira imobiliária. O Instituto entrou com recurso administrativo provisionando o valor de R\$ 17.112 mil em 31.12.2013 no Plano BD

Saldado. Em 2014, o prognóstico de risco foi alterado de provável para possível, conforme orientação da Gerência Jurídica do Instituto.

Encontram-se, ainda, constituídas as provisões relacionadas abaixo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cíveis (*)	23	9.534
Imposto de Transmissão Inter Vivos	2.417	2.157
Outros	-	5.421
Total	2.440	17.112

(*) Refere-se à ação decorrente de custas processuais, inerente à recuperação de Investimentos.

6.3. Provisões Matemáticas

6.3.1. Plano BD Saldado

O cálculo da Provisão Matemática do Plano BD Saldado é de responsabilidade da GLOBALPREV Consultores Associados, empresa independente de consultoria atuarial.

As Provisões Matemáticas representam as obrigações líquidas assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários utilizando premissas financeiras, biométricas, demográficas e atuariais.

A avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido foi realizada considerando os dados cadastrais dos participantes ativos e dos assistidos, con-

centes aos patrocinadores Correios e POSTALIS, posicionado em 31 de dezembro de 2014.

O compromisso referente à Serviço Passado apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior- RTSA apresentou em 2013 o saldo de R\$ 1.015.858 mil. Esta reserva matemática a constituir reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do plano de benefícios.

O Conselho de Administração dos Correios encaminhou ao Postalís a Carta 006-16/2014 – PRESI, informando que aprovou, na 6ª reunião extraordinária, a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Diante disso, na elaboração do Plano de Equacionamento do Déficit de 2014 foi considerado que não haverá integralização da parcela das Provisões Matemática a Constituir.

Em decorrência do déficit técnico apurado em 31/12/2014, no valor de R\$ 5.597.718 mil, foram mantidas contribuições extraordinárias para os patrocinadores, participantes e assistidos entre as competências novembro/2014 a março/2015 a aplicação do percentual de 3,94%.

No período de abril/2015 a Junho/2030 o percentual de 25,98%, sobre os respectivos Benefícios Proporcionais Saldados, conforme consta do Plano de equacionamento do déficit posicionado em 31 de dezembro de 2014.

Hipóteses Biométricas

PREMISSAS	HIPÓTESES		Situação
	31/12/2013	31/12/2014	
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F	Mantida
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Male com agravamento de 50%	AT-1949 Male com agravamento de 50%	Mantida
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Mantida
Composição de Família de Pensionistas	Família Padrão Experiência Globalprev	Família Padrão Experiência Globalprev	Mantida

Hipóteses Econômicas

PREMISSAS	HIPÓTESES		Situação
	31/12/2013	31/12/2014	
Rentabilidade Real dos Investimentos (Taxa Real de Juros)	5,75% a.a.	5,5% a.a.	Alterada
Indexador da Inflação	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	Mantida
Crescimento Real de Salários	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Crescimento Real do Maior Salário da Previdência Social	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Gerações Futuras de Novos Entrados	Nula	Nula	Mantida
Rotatividade (*)	2,16% a.a.	1% a.a.	Ajustada
Determinação do Valor Real dos Salários	1,00	1,00	Mantida
Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano	0,9716% (5,49% a.a. de inflação)	0,9698% (5,85% a.a. de inflação)	Ajustada
Determinação do Valor Real dos Benefícios da Previdência Social	1,00	1,00	Mantida

(*) até 48 anos, e nulo após esta idade.

O impacto da alteração da hipótese sobre a Rentabilidade Real dos Investimentos, das Hipóteses de Rotatividade, a não integralização da parcela da Provisão Matemática a Constituir relativa ao Serviço Passado – RTSA e a rentabilidade dos in-

vestimentos, que se manteve abaixo da meta atuarial foram os principais responsáveis pelo déficit.

As Provisões matemáticas do Plano BD saldado podem ser assim discriminadas:

Composição das Provisões Matemáticas	31/12/2014	31/12/2013
Provisões Matemáticas	5.155.157	6.954.328
Benefícios Concedidos	5.005.093	3.495.472
Benefícios a Conceder	5.747.782	5.524.273
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	(2.065.417)
(-) Serviço Passado	-	(1.015.858)
(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	(1.049.559)
Equilíbrio Técnico Acumulado	-	(936.492)
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(936.492)

6.3.2. Plano CV PostalPrev

O cálculo das provisões matemáticas relativa ao Plano Postalprev é de responsabilidade da GLOBALPREV Consultores Associados, empresa independente de consultoria atuarial.

Os valores apresentados foram obtidos considerando a avaliação atuarial com base nos dados cadastrais dos participantes ativos posicionados em 31/12/2014.

Hipóteses Biométricas

PREMISSAS	HIPÓTESES		Situação
	31/12/2013	31/12/2014	
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F	Mantida
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Male com agravamento de 50%	AT-1949 Male com agravamento de 50%	Mantida
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Mantida
Composição de Família de Pensionistas	Família Padrão Experiência Globalprev	Família Padrão Experiência Globalprev	Mantida

Hipóteses Econômicas

PREMISSAS	HIPÓTESES		Situação
	31/12/2013	31/12/2014	
Rentabilidade Real dos Investimentos (Taxa Real de Juros)	5,5% a.a.	5,5% a.a.	Mantida
Indexador da Inflação	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	Mantida
Crescimento Real de Salários	2,90% a.a.	3,46% a.a.	Ajustada
Gerações Futuras de Novos Entrados	Não Aplicável	Não Aplicável	Mantida
Rotatividade (*)	4,32% a.a.	3,62% a.a.	Ajustada
Crescimento Real de Benefícios do Plano	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Crescimento Real do Maior Salário de Benefício da Previdência Social	0% a.a.	0% a.a.	Mantida
Determinação do Valor Real dos Salários	0,9716% (5,49% a.a. de inflação)	0,9698% (5,85% a.a. de inflação)	Ajustada
Determinação do Valor Real dos Benefícios do Plano	1,00	1,00	Mantida
Determinação do Valor Real dos Benefícios da Previdência Social	1,00	1,00	Mantida

(*) 2013 até 48 anos, acima 1% e 2014 até 48 anos, acima 0,58%.

O Postalprev apresentou, em 31 de dezembro de 2014, um Superávit Acumulado de R\$ 63.097 mil.

Esse superávit é explicado, em parte, pelos excedentes de resgates pagos a ex-participantes e pela sinistralidade (invalidez e morte de participantes ativos) inferior às estimativas consideradas para o exercício.

As provisões matemáticas do Plano Postalprev podem ser assim discriminadas:

Composição das Provisões Matemáticas	31/12/2014	31/12/2013
Provisões Matemáticas	2.678.674	2.204.656
Benefícios Concedidos	155.893	70.925
Benefícios a Conceder	2.522.781	2.133.731
Equilíbrio Técnico	63.097	7.315
Superávit Técnico Acumulado	63.097	7.315
Reserva de Contingência	63.097	7.315

6.3.3. Provisões Matemáticas Consolidadas

Composição das Provisões Matemáticas	31/12/2014	31/12/2013
Provisões Matemáticas	7.833.831	9.158.984
Benefícios Concedidos	5.160.986	3.566.397
Benefícios a Conceder	8.270.563	7.658.004
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.597.718)	(2.065.417)
(-) Serviço Passado	-	(1.015.858)
(-) Déficit Equacionado	(5.597.718)	(1.049.559)
Equilíbrio Técnico	63.097	(929.177)
Superávit Técnico Acumulado	63.097	-
Reserva de Contingência	63.097	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(929.177)

6.4. Equilíbrio Técnico

Representa o resultado obtido pelos planos de benefícios, apresentando os valores referentes ao superávit/déficit técnico acumulado.

6.5. Fundos

6.5.1. Administrativo

O fundo é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, custeio administrativo, taxa de administração de empréstimos, remuneração dos recursos e as despesas administrativas. A constituição do fundo mínimo obrigatório correspondente ao Ativo Permanente, corrigido mensalmente pela rentabilidade do PGA.

Em 2014 o Conselho Deliberativo do Instituto aprovou a restituição do Custeio Administrativo repassado a maior para o Plano PGA sobre as contribuições atinentes ao Serviço Passado – RTSA a taxa de 10% para o custeio.

A dívida de R\$ 139.172 mil será restituída dos valores descontados de custeio da RTSA, corrigidos monetariamente, acrescidos de juros atuariais, em 60 parcelas mensais. O valor da

parcela inicial é de R\$ 2.667 mil.

O valor total da dívida foi registrado atendendo ao regime de competência, entretanto impactou negativamente o resultado do Fundo Administrativo do Plano BD Saldado.

Diante disso, a diretoria do Instituto, em março de 2015, aprovou um empréstimo do Fundo Administrativo do Plano Postalprev para o Fundo Administrativo do Plano BD na ordem de R\$ 43.262 mil que será restituído em 24 parcelas, corrigidas pela variação do CDI, conforme meta de rentabilidade definida na Política de Investimentos do Plano PGA para o exercício de 2015. A primeira parcela será liquidada em abril de 2015 no valor de R\$ 1.803 mil, após aprovação do novo plano de custeio administrativo.

Após o registro da dívida e os registros dos planos de benefícios equivalentes à participação no fundo administrativa do PGA, o saldo dos fundos ficaram compostos da seguinte forma:

Plano	31/12/2014	31/12/2013
BD Saldado	4.077	100.908
Postalprev	48.051	77.756
PGA (*)	52.128	178.664

(*) O PGA foi constituído em 01.01.2010, com o saldo dos fundos administrativos dos planos de benefícios.

6.5.2. Investimentos

Fundo de Garantia de Empréstimo – constituído com recursos da arrecadação da Quota de Quitação por Morte e Invalidez, cobrada dos participantes por ocasião da concessão de empréstimos, e destina-se à quitação dessas operações em caso de falecimento do participante. Em 31 de dezembro de 2014 apresentava um valor de R\$ 10.450 mil, (R\$ 9.282 mil em 2013).

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1. Investimentos

O Instituto firmou contrato de prestação de

serviço de administração e controladoria fiduciária da carteira de títulos e valores mobiliários com o Banco BNY Mellon, a partir de janeiro de 2011, que mantém contrato com pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações dos planos de benefícios e administrativo.

A administração dos investimentos é exercida pelo próprio Instituto, observando o que dispõem sua Política de Investimento, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo, e as regras fixadas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

7.2 Provisão para Riscos Legais

A Resolução CFC nº 1.180/2009 classifica como passivo contingencial o que é provável de perda. Os valores que não são provisionados possuem a probabilidade de perda possível ou remota, e foram reconhecidos pela área Jurídica do Instituto, não estando consignados nas demonstrações contábeis.

Desde 2011, o Instituto vem fazendo estudos, por meio da Gerência Jurídica, para avaliar as ações existentes, com o intuito de se adequar a Resolução CFC nº 1.180/2009, na parte do prognóstico (remoto, possível ou provável) e seu respectivo provisionamento.

7.2.1 As ações provisionadas em 31 de dezembro de 2014 tiveram a seguinte classificação:

Ações	Quantidade de Processos	Valor em	
		31/12/2014	31/12/2013
Prováveis	254	31.607	56.175
Possíveis	1609	656.167	503.577
Remotas	184	-	-
Total	2.047	687.775	559.752

7.3. Expurgo Inflacionário das OFND's

O Postalis recebeu (exercício de 2010) um Parecer da Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito Advogados e Consultores - JCM&B, sobre a possibilidade do reconhecimento no Ativo de Investimentos do Plano BD relativo ao êxito na demanda judicial, que requeria o reconhecimento do expurgo inflacionário das Obrigações Financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, ocorrido entre abril de 1990 a fevereiro de 1991. No entanto, conforme determina a Resolução CFC nº 1.180/2009, para registro contábil o valor deve ser mensurado com suficiente confiabilidade, e o reconhecimento pode caracterizar um resultado que, talvez, não seria totalmente ou parcialmente realizado, influenciando os resultados (Superávit/Déficit), no Plano de benefício, de exercícios subsequentes.

Diante do exposto, o Instituto não registrou em suas demonstrações o referido Ativo.

7.4. Reversão de Provisão das Debêntures de emissão da CAMBUCI

Em 2010 a Cambuci homologou um acordo judicial com o Postalis objetivando a quitação da dívida com o Instituto. A valor devido de R\$ 18.479 será liquidado da seguinte forma: R\$ 3.112 em 14 de outubro de 2010 e o restante de R\$ 15.079 em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas atualizadas pela variação inicial do INPC e juros de 8.5% ao ano, vencendo-se a primeira no dia 30 de outubro de 2010 e as demais nos mesmos dia dos meses subsequentes.

Em 2014 foram liquidadas no Plano BD o valor total de R\$ 2.456 mil (R\$ 2.244 mil em 2013).

"Saldo Devedor Debêntures Cambuci"	R\$ Mil
31/12/2010	14.323
31/12/2011	13.164
31/12/2012	10.603
31/12/2013	8.359
31/12/2014	5.903

7.5. Enquadramento dos Investimentos

O Instituto vem dando continuidade aos trabalhos de conciliar os registros contábeis com o arquivo operacional de controle dos saldos devedores da Carteira de Empréstimos a participantes. Em 2015, o Instituto implantará um novo sistema de controle de empréstimos visando customizar os ajustes necessários.

8. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

8.1. Demonstração do Ativo Líquido

Constituído de: 1. Ativo - representa o valor do patrimônio que o plano possui para pagar os compromissos assumidos; 2. Obrigações – representa o pagamento imediato e futuro dos planos de benefícios; 3. Fundos não Previdenciais – são os valores para pagamentos das despesas administrativas e quitação de empréstimos por morte e invalidez de participantes; 4. Resultados a realizar – são valores pagos em títulos pelo patrocinador; e 5. Ativo Líquido – representa o montante de recursos que o plano possui para cumprir com o pagamento dos benefícios.

8.2. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Apresenta as mudanças ocorridas no Ativo Líquido durante o exercício. Constituído de: A) Ativo Líquido no início do exercício - valor disponível para o pagamento dos benefícios, acrescido de: i) Adições – valores recebidos para o pagamento dos benefícios; ii) Destinações – são os benefícios pagos e despesas; iii) Acréscimo ou Decréscimo – representa o aumento ou diminuição do

Ativo Líquido. B) Ativo Líquido no final do exercício – valor disponível no final do exercício para pagamento dos benefícios. C) Fundos não Previdenciais - são os valores para pagamentos das despesas administrativas e quitação de empréstimos por morte e invalidez de participantes.

9. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS – 2014

As rentabilidades dos investimentos ficaram assim representadas em 2014:

a) Plano BD Saldado

Segmento de Aplicação	2014 (%)	2013 (%)
Renda Fixa	(20,42)	0,87
Renda Variável	(74,74)	15,08
Investimentos Estruturados	3,69	2,30
Investimentos no Exterior	(68,17)	12,07
Imóveis	0,51	(0,48)
Operações com Participantes	14,17	14,82
Acumulada	(13,38)	3,66
Taxa Atuarial	12,28%	11,90%

b) Plano CV – PostalPrev

Segmento de Aplicação	2014 (%)	2013 (%)
Renda Fixa	6,39	(2,32)
Renda Variável	(13,94)	14,78
Investimentos Estruturados	(2,33)	-
Operações com Participantes	16,36	15,27
Acumulada	5,46	(0,38)
Taxa Atuarial	12,02%	11,37%

c) Plano de Gestão Administrativa

Segmento de Aplicação	2014 (%)	2013 (%)
Renda Fixa	11,54	8,95
Acumulada	11,54	8,95
Taxa Atuarial	12,28%	11,90%

A rentabilidade da carteira de investimentos dos planos BD Saldado e Postalprev ficou abaixo da

meta atuarial no exercício de 2014, em razão, dos seguintes fatores:

a) Provisionamento de créditos privados e depósitos, conforme demonstrado na nota explicativa 3.3.2;

b) Desvalorização das cotas dos fundos de investimentos em renda fixa em Direitos Creditórios e de Investimentos Imobiliários; bem como dos fundos de Investimentos em Renda Fixa FIC Serengeti e FIC São Bento (ambos com gestão e administração do BNY Mellon), cujos resgates ocorreram em 2014; e do Fundo de Investimento em Dívida Externa, cuja gestão e administração é do BNY Mellon que não cumpriu as regras

do regulamento do Fundo;

c) Variação negativa de ações e das cotas dos fundos de investimentos em ações, em função dos resultados apresentados no segmento de renda variável.

10. PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave da administração:

Salários e Encargos	2014	2013
Dirigentes	2.774	2.857
Conselheiros	561	531
Total	3.335	3.388

11. CONSOLIDAÇÃO

Em cumprimento à Instrução SPC n.º 34/09 estão demonstradas abaixo as eliminações de registros entre planos, para fins de consolidação de balanço:

Gestão Previdencial

Descrição	BD Saldado	PostalPrev	PGA	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Previdencial	166.207	92.775	-	(140.564)	118.419
Passivo					
Previdencial	21.693	28.201	-	(5.051)	44.844

Gestão Administrativa

Descrição	BD Saldado	PostalPrev	PGA	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Administrativo	4.077	48.051	86.501	(102.702)	35.927
Passivo					
Exigível + Fundo Administrativo	4.077	48.051	193.604	(235.548)	10.184

Investimentos

Descrição	BD Saldado	PostalPrev	PGA	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Investimentos	5.046.004	2.678.831	191.806	-	7.916.641
Passivo					
Investimentos	3.425	956	-	(2.667)	1.715

Consolidado

Descrição	BD Saldado	PostalPrev	PGA	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Realizável	5.216.289	2.819.657	278.307	(243.266)	8.070.986
Passivo					
Exigível + Fundo Administrativo	29.196	77.208	193.604	(243.266)	56.742

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

12.1 Alteração da Taxa de Juros Anual dos Planos de Benefícios

O Conselho Nacional de Previdência Complementar por meio da Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, definiu os critérios da duração do passivo e da taxa de juros real anual que deverá ser implantada a partir de janeiro de 2015. O Instituto está desenvolvendo essa alteração para o exercício de 2015. O resultado dessa alteração poderá impactar a situação econômica dos planos de benefícios administrados pelo Postalís.

12.2 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

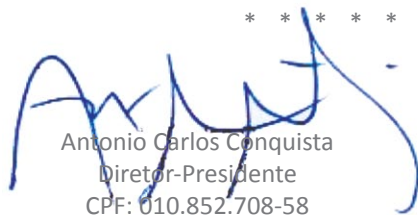
Em 28 de maio de 2015, a Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) estabelecido entre a PREVIC e o Postalís, com anuência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), instituindo para o exercício de 2016 o marco inicial para revisão e cobrança de contribuições extraordinárias com base em novo Plano de Equacionamento

a ser elaborado até o final do exercício de 2015, assim como a manutenção do Plano de Custeio que vigorou de abril de 2014 até março de 2015 no Plano de Benefício Definido Saldado, que considera a contribuição extraordinária de 3,94% sobre os benefícios proporcionais saldados dos participantes e benefícios dos assistidos, e contrapartida equivalente da patrocinadora.

Tratando-se de evento subsequente, que surgiu após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (Pronunciamento Técnico CPC 24), os saldos contábeis apresentados no Balanço Patrimonial 2014 não sofreram alterações. Os reflexos decorrentes do TAC foram observados no mês de sua celebração (maio/2015), cujo resultado no plano BD apresentou déficit técnico acumulado na ordem de R\$ 4.823.753 mil.

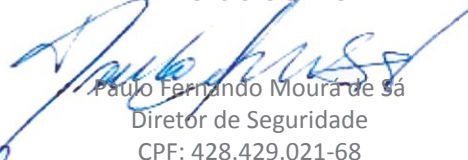
As Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas na 7ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, em 13 de março de 2015 e editadas na 12ª Reunião Extraordinária desse colegiado, em 22 de julho de 2015, no que diz respeito ao item 12.2 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

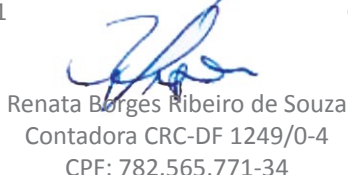
* * * * *


Antonio Carlos Conquista
Diretor-Presidente
CPF: 010.852.708-58


André Luís Carvalho da Motta e Silva
Diretor-Financeiro
CPF: 993.006.567-91


Roberto Macedo de Siqueira Filho
Diretor-Administrativo
CPF: 310.029.941-87


Paulo Fernando Moura de Sá
Diretor de Seguridade
CPF: 428.429.021-68


Renata Borges Ribeiro de Souza
Contadora CRC-DF 1249/0-4
CPF: 782.565.771-34



Pareceres

Relatório dos Auditores Independentes PAR 15/021

Aos Administradores, Conselheiros e Participantes do
POSTALIS – Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis do POSTALIS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Instituto, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais dos planos de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma

opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis do Instituto. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

I. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.2, o Instituto possui aplicações em Certificados de Créditos Imobiliários (CCI's) que estão lastreados em contratos de financiamento habitacional do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF). O Instituto requereu judicialmente que o administrador do FCVS proceda ao ressarcimento destas CCI's com base na rentabilidade dos contratos FCVS, o que será apurado por meio de perícia judicial. O saldo contábil dessas aplicações, em 31 de dezembro de 2014, conforme posição do custodiante BNY Mellon, corresponde ao montante de R\$ 166.118 mil. Contudo, em razão do andamento da citada ação judicial, que resultou na impossibilidade de confirmação direta do referido saldo junto ao administrador do FCVS, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos apresentados pelo Instituto e sobre a eventual necessidade de ajuste desses valores naquela data.

II. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.1.3. "a" (Item D – Fundos de Investimentos – Participações), o Instituto possui recursos aplicados no Fundo de Investimento em Participações Mezanino Diamond Mountain Marine Infraestrutura (antigo RN Indústria Naval Fundo de Investimento em Participações), no montante de R\$ 78.733 mil, em 31 de dezembro de 2014, cuja carteira de investimentos está composta unicamente por participação acionária em empresa de capital fechado, avaliada com base em laudo de valor econômico efetuado por empresa independente especializada. Contudo, as premissas e estimativas adotadas na elaboração deste laudo de avaliação econômico podem apresentar distorções relativas aos saldos contabilizados quando da efetiva realização desse investimento. Dessa forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade ou não de ajustes do saldo deste investimento naquela data.

III. Conforme mencionado na nota explicativa

número 5.1.3. "a" (Item D – Fundos de Investimentos – Dívida Externa), o Instituto possui recursos aplicados no fundo de investimento exclusivo BNY Mellon Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Dívida Externa, registrado por R\$ 124.416 mil, em 31 de dezembro de 2014. A carteira deste fundo está composta unicamente por cotas do fundo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa, que possui aplicações em títulos de dívida privados (Notas – *credit-linked notes*), os quais têm gerado sucessivas perdas ao fundo, com impacto negativo no valor de suas cotas. Não nos foi disponibilizado, pelo BNY Mellon, o acesso às demonstrações contábeis, à administração do fundo e nem aos auditores independentes destes fundos para a data-base de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo apresentado pelo Instituto e sobre a necessidade de ajuste desses valores naquela data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do POSTALIS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfases

Nossa opinião não contém ressalva relacionada com os assuntos a seguir mencionados:

I. As demonstrações contábeis do Plano de Benefício Definido Saldado, que são parte integrante das demonstrações contábeis acima referidas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal de suas atividades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rentabilidade dos investimentos ficou significativamente abaixo das metas atuariais estabelecidas. Este fato contribuiu para que fosse apurado, no exercício de 2014, déficit total de R\$ 5.597.718 mil (R\$ 3.001.909 mil em 2013), composto pela Reserva de Tempo do Serviço Anterior (RTSA), pelos déficits técnicos acumulados e pela constituição das provisões matemáticas. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.3.1, a Administração do Instituto elaborou plano para equacionamento do déficit técnico, o qual foi suspenso em virtude da formalização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme mencionado na nota explicativa número 12.2, o que traz dúvidas quanto à continuidade operacional do Plano de Benefício Definido Saldado. As demonstrações contábeis acima referidas não contemplam ajustes relativos à realização e à classificação dos ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de descontinuidade das atividades.

II. O compromisso referente ao serviço passado, apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, apresentou, em 2013 o saldo de R\$ 1.015.858 mil. Esta reserva reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do Plano de Benefício Definido. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.3.1, a Administração do Instituto recebeu do patrocinador (ECT) correspondência informando que foi aprovada em reunião extraordinária do seu Conselho de Administração a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA, conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Diante disso, na elaboração do Plano de Equacionamento do Déficit de 2014, este montante foi incluído no total do déficit técnico

co a ser equacionado, tendo em vista que não haverá integralização da parcela das provisões matemáticas a constituir pelo patrocinador, que será coberta pelo aumento das contribuições extraordinárias dos participantes.

III. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6.3, que apresenta, dentre as premissas atuariais utilizadas para determinação das provisões matemáticas, a taxa real de rentabilidade dos investimentos de 5,5% ao ano para os planos de Benefício Definido Saldado (PBD) e Contribuição Variável Postalprev, suportada por estudo técnico que deve ser revisado anualmente para a comprovação da aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. O Conselho Nacional de Previdência Complementar, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, definiu, por meio da Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, novos critérios de apuração da duração do passivo e da taxa real de juros anual, com efeitos a partir de janeiro de 2015, que poderão vir a ser diferentes das taxas atualmente adotadas pelo Instituto.

IV. Conforme mencionado nas notas explicativas números 6.3.1 e 12.2, a Administração do Instituto havia elaborado plano para equacionamento do déficit técnico, com a instituição da cobrança de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, o qual foi suspenso em virtude da formalização, em 28 de maio de 2015, do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre a Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e o Postalís, com anuência da patrocinadora Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Este documento estabeleceu a revisão do plano de equacionamento do déficit até o final do exercício de 2015, com a cobrança de contribuições extraordinárias a partir do exercício de 2016. Dessa forma, o equacionamento do déficit depende do sucesso das medidas constantes do TAC formalizado entre a Administração do Postalís e a Previc, bem como da aprovação do plano

de equacionamento que será revisado e apresentado até o final do exercício de 2015.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2014, que conteve as mesmas modificações mencionadas no parágrafo “Base para opi-

nião com ressalva”, à exceção dos seguintes assuntos: a) ausência de provisão de títulos privados, vencidos e não recebidos, no valor de R\$ 453.480 mil, cujo provisionamento foi realizado pelo Instituto no decorrer do exercício de 2014; b) limitação sobre o montante de R\$ 76.261 mil de cotas de fundos de investimentos integrantes da carteira do Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado Serengeti Crédito Privado, cujos recursos aplicados foram integralmente resgatados pelo Instituto no exercício de 2014; e c) limitação sobre o montante total dos empréstimos a participantes, no valor de R\$ 936.575 mil, em função do processo de conciliação dos saldos contábeis e relatórios operacionais, que foi finalizado no exercício de 2014.

Brasília, 28 de julho de 2015.



Josias Oliveira Barros Neto
Contador – CRC 009386/O-1
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1



Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC/DF 013421/O-9
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG – 005455/O-1

PARECER ATUARIAL 31/12/2014

PLANO PBD - CNPB Nº 1981.0004-29

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefício Definido do Postalís – PBD relativa ao encerramento do exercício 2014 foi realizada pela Globalprev considerando os dados cadastrais dos participantes ativos e assistidos, e demais dados contábeis, posicionados em 31 de dezembro de 2014.

Os dados cadastrais utilizados foram fornecidos pelo Postalís e os testes de consistência aplicados demonstraram ser suficientes para a realização da Avaliação Atuarial.

Bases Técnicas

A hipótese sobre a rentabilidade real dos investimentos foi reduzida de 5,75% a.a. (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) para 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento).

A rentabilidade dos investimentos, em 2014, totalizou -13,38% (treze inteiros e trinta e oito centésimos por cento negativos), ante a meta atuarial de 12,34% (doze inteiros e trinta e quatro centésimos por cento).

Diante do resultado observado, o Postalís realizou profunda reestruturação da carteira de investimentos, de forma que os testes de aderência realizados sobre a Política de Investimentos a ser aplicada nos próximos anos demonstraram viabilidade técnica na escolha da hipótese de rentabilidade real adotada (5,5% a.a.).

Entretanto, caso o retorno dos investimentos se mantenha significativamente abaixo da meta atuarial, será necessária a redução da hipótese sobre a rentabilidade real, com consequentes reflexos nos resultados do PBD.

Neste contexto, cabe observar que a Política de Investimentos é elaborada sob responsabilidade do Postalís, cabendo à Globalprev a verificação da hipótese de rentabilidade resultante da alocação estabelecida e das taxas de retorno

projetadas em função de cenários macroeconômicos elaborados por especialista em gestão financeira.

A hipótese sobre desligamentos de participantes (rotatividade), aplicável aos participantes com idade até 48 anos, foi reduzida de 2,16% a.a. para 1% a.a. em razão das ocorrências observadas a partir do saldamento realizado em 1º/03/2008.

A hipótese sobre a inflação foi elevada de 5,49% a.a. para 5,85% a.a. em consonância com a Política de Investimentos a ser aplicada nos próximos exercícios, aprovada pelo Conselho Deliberativo do Postalís.

Entretanto, mesmo com a elevação do referido estimador a hipótese está situada abaixo da estimativa da inflação divulgada pelo Banco Central do Brasil, de 6,09% a.a..

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial de encerramento do exercício 2014 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Postalís, em 26/02/2015.

RTSA

Conforme orientação do Postalís, consideramos que não haverá integralização da Provisão Matemática a constituir relativa ao Serviço Passado – RTSA, no valor de R\$ 1.086.098.362,68 (um bilhão, oitenta e seis milhões, noventa e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos), posicionado em 31/12/2014.

Reversão do PGA

Consideramos a reversão dos valores de custeio administrativo descontados dos aportes da RTSA, cujo saldo totaliza R\$ 136.494.201,49 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e um reais e quarenta e nove centavos).

A reversão do referido montante (R\$ 136.494.201,49) será realizada em 58 (cinquenta e oito) parcelas mensais (janeiro/2015 a outubro/2019), nos termos aprovados pelo Conselho Deliberativo do Postalís.

Resultados

Os resultados apurados refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 5.155.156.977,55, posicionada em 31/12/2014, conforme demonstrado no quadro, a seguir:

PBD – PROVISÕES MATEMÁTICAS – 31/12/2014	
Patrimônio de Cobertura do Plano	5.018.662.776,06
Reversão do PGA	136.494.201,49
Patrimônio de Cobertura do Plano Ajustado	5.155.156.977,55
Provisões Matemáticas	5.155.156.977,55
Benefícios Concedidos	5.005.092.729,87
Benefícios a Conceder	5.747.782.221,96
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-5.597.717.974,28
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-5.597.717.974,28
Patrocinadores	-2.798.858.987,14
Participantes	-950.492.512,03
Assistidos	-1.848.366.475,11

Até 31/12/2014, o PBD acumulou déficit (equacionado + a equacionar) no total de R\$ 5.734.212.175,77, sendo R\$ 2.233.275.282,44 produzidos até o encerramento do exercício 2013 e R\$ 3.500.936.893,33 ao longo do exercício 2014.

Em razão da previsão da reversão dos valores de custeio administrativo descontados dos aportes da RTSA (R\$ 136.494.201,49), o montante considerado na revisão do Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalís foi de R\$ 5.597.717.974,28.

A parcela do déficit acumulada no exercício

2014 (R\$ 3.500.936.893,33) é justificada pelo impacto da alteração da hipótese sobre a Rentabilidade Real dos Investimentos, das hipóteses de Rotatividade e Capacidade dos Benefícios e, especialmente, pela supressão dos aportes da RTSA e pela rentabilidade dos investimentos, que se manteve significativamente abaixo da meta atuarial.

Plano de Custeio 2015

O Plano de Custeio 2015, a ser aplicado entre abril/2015 e março/2016, apresenta as seguintes taxas:


PBD – PLANO DE CUSTEIO 2015		
Participantes/Patrocinadores	Contribuição	Taxa (%)
Participantes Patrocinados	Extraordinária ⁽¹⁾	25,98%
Participantes Autopatrocinados e Vinculados	Extraordinária ⁽¹⁾	51,96%
Assistidos	Normal ⁽²⁾	9,00%
	Extraordinária ⁽²⁾	25,98%
Patrocinadores (em relação aos Participantes Patrocinados)	Extraordinária ⁽³⁾	25,98%
Patrocinadores (em relação aos Assistidos)	Normal ⁽⁴⁾	9,00%
	Extraordinária ⁽⁴⁾	25,98%

(1) Incidente sobre os valores dos Benefícios Proporcionais Saldados a conceder;

(2) Incidente sobre os valores dos benefícios concedidos;

(3) Incidente sobre a soma dos Benefícios Proporcionais Saldados a conceder;

(4) Incidente sobre a folha dos benefícios concedidos, dos Assistidos vinculados ao Patrocinador.



O custeio administrativo, se realizado de forma mista (incidindo sobre as contribuições normais e, mensalmente, sobre o montante de recursos garantidores), deverá ser praticado com base nos seguintes percentuais:

10% (dez por cento) das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos;

0,072% (setenta e dois milésimos por cento) sobre os recursos garantidores.

Caso o custeio administrativo seja realizado ex-

clusivamente pela aplicação de percentual de desconto sobre o montante de recursos garantidores, deverá ser considerado o percentual de 0,081% (oitenta e um milésimos por cento).

Conclusão

Os resultados da Avaliação Atuarial 2014 refletem fidedignamente a situação econômico-atuarial do PBD, posicionada em 31/12/2014.

É o nosso parecer.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2015.



Cristina Milagres Gomes da Silva
Atuária- MIBA 1263

PARECER ATUARIAL 31/12/2014

PLANO POSTALPREV - CNPB Nº 2002.0047-65

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios e de Custeio do Postalís (“Postalprev”) relativa ao encerramento do exercício 2014 foi realizada pela Globalprev considerando os dados cadastrais dos participantes ativos, dos assistidos e demais dados contábeis posicionados em 31 de dezembro de 2014.

Os referidos dados foram fornecidos pelo Postalís e os testes de consistência aplicados demonstraram suficiência para a realização da Avaliação Atuarial.

Contribuições dos Participantes e Patrocinadores

O total das contribuições dos participantes ativos, assistidos e dos patrocinadores para o Postalprev corresponde a 10,96% (dez inteiros e noventa e seis centésimos por cento) da folha de salários de contribuição.

O valor do custeio administrativo corresponde a 0,768% (setecentos e sessenta e oito milésimos por cento) da folha de salários de contribuição, equivalente a 7% (sete por cento) das contribuições básicas vertidas ao Plano.

Bases Técnicas

A hipótese sobre desligamentos de participantes (rotatividade) foi reduzida de 4,32% a.a. para: 3,62% a.a. para os participantes com idades inferiores a 48 anos; e 0,58% para participantes com idades superiores. A modificação se deu em razão das ocorrências observadas entre os exercícios 2009 e 2014.

A hipótese sobre crescimento real de salários foi ajustada de 2,90% a.a. para 3,46% a.a., tendo-se por base a Política de Recursos Humanos dos Patrocinadores.

A hipótese sobre a inflação foi elevada de 5,49% a.a. para 5,85% a.a., em consonância

com a Política de Investimentos a ser aplicada nos próximos exercícios, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalís.

Entretanto, mesmo com a elevação da estimativa, a hipótese está situada abaixo da inflação projetada pelo Banco Central do Brasil para 2015 (6,09%).

A hipótese sobre a rentabilidade real dos investimentos (taxa de juros atuarial) foi mantida em 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento).

A rentabilidade dos investimentos, em 2014, totalizou 5,46% (cinco inteiros e quarenta e seis centésimos por cento), ante a meta atuarial de 12,07% (doze inteiros e sete centésimos por cento).

Em razão dos baixos resultados observados no exercício 2014 – assim como no exercício 2013, o Postalís realizou profunda reestruturação da carteira de investimentos, de forma que os testes de aderência efetuados sobre a Política de Investimentos a ser aplicada nos próximos anos demonstraram viabilidade técnica na manutenção da hipótese de rentabilidade real adotada (5,5% a.a.).

Entretanto, caso o retorno dos investimentos se mantenha significativamente abaixo da meta atuarial, será necessária a redução da hipótese sobre a rentabilidade real, com consequentes reflexos nos resultados do Postalprev.

Cabe observar que a Política de Investimentos é elaborada sob responsabilidade do Postalís, cabendo à Globalprev a verificação da hipótese de rentabilidade resultante da alocação estabelecida e das taxas de retorno projetadas em função de cenários macroeconômicos elaborados por especialista em gestão financeira.

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial de

encerramento do exercício 2014 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Postalís, em 26/02/2015.

Resultados

A evolução do Postalprev ao longo do exercício de 2014 resultou em superávit de R\$ 63.097.205,01, equivalente a 2,36% (dois inteiros e trinta e seis centésimos por cento) das provisões matemáticas, conforme quadro a seguir:

POSTALPREV – PROVISÕES MATEMÁTICAS – 31/12/2014	
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.741.771.380,58
Provisões Matemáticas	2.678.674.175,57
Benefícios Concedidos	155.893.460,07
Benefícios a Conceder	2.522.780.715,50
Superávit Técnico Acumulado	63.097.205,01

Apesar de a rentabilidade dos investimentos ter sido inferior à meta atuarial (5,46% *versus* 12,07%), em função da modalidade contribuição variável na qual o Postalprev é estruturado, o resultado apurado no exercício foi superavitário (R\$ 63.097.205,01).

Este superávit é explicado, em parte, pelos excedentes de resgates pagos a ex-participantes e pela sinistralidade (invalidez e morte de participantes ativos) inferior às estimativas consideradas para o exercício.

Entretanto, consideramos a possibilidade de que parte do resultado tenha decorrido da metodologia adotada para apuração dos valores das cotas, cuja revisão recomendamos por meio do expediente GPA042/2014-002, de 08/01/2014.

Nesse sentido, realçamos a importância de que a nova metodologia proposta seja implantada ainda no exercício 2015, a fim de assegurar maior estabilidade de resultados e maior segurança na aplicação do Plano.

Ainda que não tenha comprometido os resultados do Postalprev, a baixa rentabilidade afetou as acumulações nas contas individuais de participantes.

Caso a rentabilidade se mantenha em patamares inferiores à meta atuarial e a sinistralidade estimada para o presente exercício se aproxime das ocorrências, haverá tendência de elevação das contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco (contribuição específica).

Ademais, se verificará elevado potencial de déficits nos benefícios concedidos, cujo equacionamento poderá exigir a instituição de contribuições extraordinárias.

Não bastasse, o prolongado rebaixamento da capitalização nas contas individuais poderá resultar em benefícios programados de valores insuficientes para atender às necessidades previdenciárias dos participantes e beneficiários.

Ciente desses problemas e comprometida com o aprimoramento de gestão, a fim de interromper o ciclo de baixa rentabilidade observado entre os exercícios 2013 e 2014, a direção do Postalís adotou medidas incisivas destinadas a recuperar o resultado dos investimentos, aproximando-o da necessidade técnica (meta atuarial).

Portanto, os resultados dos investimentos obtidos a partir do exercício 2015 devem ser acompanhados e verificada sua aderência à Política de Investimento, de maneira que eventual necessidade de revisão da hipótese de rentabilidade real adotada (de 5,5% a.a.) seja prontamente identificada.

Plano de Custeio 2015

O Plano de Custeio 2015, a ser aplicado entre abril/2015 e março/2016, apresenta as seguintes taxas:

POSTALPREV – PLANO DE CUSTEIO 2015/2016		
Participantes/Patrocinadores	Contribuição	Taxa (%)
Participantes Patrocinados	Básica	% escolhido
	Específica- Risco	0,955%
	Específica- Administrativa	7,000%
Participantes Autopatrocinados	Básica	% escolhido
	Específica- Risco	1,910%
	Específica- Administrativa	7,000%
Participantes Vinculados (em BPD)	Específica- Administrativa	0,768%
Assistidos	Específica- Administrativa	0,384%
Patrocinadores (em relação aos Participantes Patrocinados)	Regulares	igual Básica
	Específica- Risco	0,955%
	Específica- Administrativa	7,000%
Patrocinadores (em relação aos Assistidos)	Específica- Administrativa	0,384%

Conclusão

Os resultados da Avaliação Atuarial 2014 refletem fidedignamente a situação econômico-atuarial do Postalprev, existente em 31/12/2014.

É o nosso parecer.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2015.


Cristina Milagres Gomes da Silva
Atuária- MIBA 1263

Parecer nº 06/2015 do Conselho Fiscal do POSTALIS

O Conselho Fiscal do Instituto POSTALIS, em cumprimento ao inciso I do Art. 55 do Estatuto do Instituto, examinou em sua 52ª Reunião Extraordinária, as Demonstrações Contábeis e Notas explicativas pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, disponibilizadas pela Diretoria Executiva do Postalís, bem como os pareceres da Consultoria Atuarial *GlobalPrev* e da *Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes*, com o seu respectivo relatório, com vistas à emissão deste Parecer, em cumprimento à Instrução MPS/SPC Nº 34/2009, alterada pela Instrução PREVIC Nº 21/2015, documentos esses que integram a ata da citada reunião.

I – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial Consolidado - O Balanço Patrimonial Consolidado registra superávit técnico no exercício de 2014 de R\$63.097 mil (sessenta e três milhões noventa e sete mil).

Plano PBD - O Plano PBD apresentou equilíbrio técnico, já considerando o déficit técnico equacionado no montante de R\$5.597.718 mil (cinco bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, setecentos e dezoito mil).

Plano Postalprev - O Plano Postalprev apresentou superávit técnico acumulado de R\$63.097 mil (sessenta e três milhões noventa e sete mil).

Plano PGA- A demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidado registra uma insuficiência de R\$ 126.536 mil (cento e vinte e seis milhões e quinhentos e trinta e seis mil). Deste valor, no PBD, representa R\$ 96.831 mil (noventa e seis milhões e oitocentos e trinta e um mil), enquanto que no Postalprev a insuficiência é de R\$ 29.705 mil (vinte e nove milhões e setecentos e cinco mil).

II – DO RELATÓRIO ATUARIAL

Em que pese o superávit acumulado consolidado de R\$63.097 mil (sessenta e três milhões

noventa e sete mil), destaca-se do Parecer Atuarial da *Globalprev* que o Plano PBD apresentou no exercício de 2014 um déficit técnico de R\$3.500.936.893,33 (três bilhões, quinhentos milhões, novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos) e no acumulado Déficit de R\$5.597.717.974,28 (cinco bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, setecentos e dezessete mil, novecentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos). Destaca-se do Relatório o registro de reversão dos valores do custeio administrativo descontados dos aportes da RTSA, cujo saldo totaliza R\$ 136.494. 201,49 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e um reais e quarenta e nove centavos).

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Na avaliação deste Conselho o resultado apurado no Plano PBD em 2014 foi fortemente impactado pela: a) rentabilidade negativa dos investimentos de -13,38% ante uma meta atuarial de 12,34%; b) inclusão do montante relativo à RTSA no déficit técnico, considerado por este Conselho indevido; c) absorção do déficit equacionado anteriormente no cômputo do novo equacionamento. Em relação ao Plano Postalprev, registra-se que embora a rentabilidade alcançada tenha sido de 5,46%, esta foi bem inferior à meta atuarial de 12,10%.

III – DOS RELATÓRIOS DE AUDITORES INDEPENDENTES

III. A – DAS RESSALVAS

RESSALVA 1

“ 1. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.2, o Instituto possui aplicações em Certificados de Créditos Imobiliários (CCI's) que estão lastreados em contratos de financiamento habitacional do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF). O Instituto requereu judicialmente que o administrador do FCVS proceda ao ressarcimento destas CCI's com

base na rentabilidade dos contratos FCVS, o que será apurado por meio de perícia judicial. O saldo contábil dessas aplicações, em 31 de dezembro de 2014, conforme posição do custodiante BNY Mellon, corresponde ao montante de R\$ 166.118 mil. Contudo, em razão do andamento da citada ação judicial, que resultou na impossibilidade de confirmação direta do referido saldo junto ao administrador do FCVS, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos apresentados pelo Instituto e sobre a eventual necessidade de ajuste desses valores naquela data.”

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este Conselho Fiscal acompanha a ressalva feita pela Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes, registrando ainda que a não confirmação direta do saldo junto ao administrador do FCVS é fato reincidente quando comparado com o exame das contas de 2013, o que, na avaliação deste Conselho, agrava a situação. Além disso, durante os trabalhos dos auditores independentes, consta que não lhes foi apresentado qualquer estudo ou análise acerca da recuperabilidade dos valores que, em dezembro de 2014, correspondem ao montante de R\$ 166.118 mil. Esse investimento refere-se ao Plano PBD.

RESSALVA 2


“II. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.1.3.“a” (Item D – Fundos de Investimentos – Participações), o Instituto possui recursos aplicados no Fundo de Investimento em Participações Mezanino Diamond Mountain Marine Infraestrutura (antigo RN Indústria Naval Fundo de Investimento em Participações), no montante de R\$ 78.733 mil, em 31 de dezembro de 2014, cuja carteira de investimentos está composta unicamente por participação acionária em empresa de capital fechado, avaliada com base em laudo de valor econômico efetuado por empresa independente especializada. Contudo, as premissas e estimativas adotadas na elaboração deste laudo de avaliação econômico podem apresentar distorções relativas aos saldos contabilizados quando da efetiva realização desse investimento. Dessa forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade ou não de ajustes do saldo deste investimento naquela data.”

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este conselho acompanha a ressalva feita pelos Auditores Independentes, registrando ainda que o fato é reincidente quando comparado com o exame das contas de 2013 o que, na avaliação deste Conselho, agrava a situação, uma vez que decorrido mais 1 (um) exercício o Postalís continua sem ter uma avaliação consistente acerca do saldo do citado investimento. Esse investimento refere-se ao Plano PBD.

RESSALVA 3

“III. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.1.3.“a” (Item D – Fundos de Investimentos – Dívida Externa), o Instituto possui recursos aplicados no fundo de investimento exclusivo BNY Mellon Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Dívida Externa, registrado por R\$ 124.416 mil, em 31 de dezembro de 2014. A carteira deste fundo está composta unicamente por cotas do fundo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa, que possui aplicações em títulos de dívida privados (Notas – credit-linked notes), os quais têm gerado sucessivas perdas ao fundo, com impacto negativo no valor de suas cotas. Não nos foi disponibilizado, pelo BNY Mellon, o acesso às demonstrações contábeis, à administração do fundo e nem aos auditores independentes destes fundos para a data-base de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo apresentado pelo Instituto e sobre a necessidade de ajuste desses valores naquela data.”

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este conselho acompanha a ressalva feita pelos Auditores Independentes, registrando ainda que o fato é reincidente quando comparado com o exame das contas de 2013 o que, na avaliação deste Conselho, agrava a situação, uma vez que decorrido mais 1 (um) exercício o Postalís continua sem ter uma avaliação consistente acerca do saldo do referido investimento, dado que a prática se repete com relação ao BNY Mellon, não permitindo “acesso às demonstrações contábeis, à administração do fundo e nem aos auditores independentes destes fundos para a data-base de 31 de dezembro de 2014”. E conclui



a Baker Tilly Auditores Independentes: “Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o saldo apresentado pelo Instituto e sobre a necessidade de ajuste desses valores naquela data”. Esse investimento refere-se ao Plano PBD.

RESSALVA 4

Fazendo-se referência ao item 6 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que examina a integridade dos relatórios operacionais, assunto esse já ressalvado nas contas de 2013, e no presente, pelo fato de não ter sido possível aos Auditores Independentes avaliarem se as ocorrências apresentadas foram solucionadas até o fechamento do ano de 2014, em que pese as informações prestadas pela Diretoria do Postalís, este conselho mantém o ponto como RESSALVA. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

RESSALVA 5

Quanto ao item 7 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que trata da ausência de cronogramas formais com os Administradores dos Fundos de Investimento para fins de apresentação de seus respectivos Relatórios de Auditoria, dos quais, são citados 23 pelos Auditores Independentes que não apresentaram os respectivos relatórios de auditoria. Só nesses 23 Fundos o montante de investimentos supera o valor de R\$ 1,3 bilhões. Dada a relevância das auditorias para o fechamento do patrimônio desses Fundos e, conseqüentemente, das contas do Postalís. Este conselho registra RESSALVA, contando com a solução aventada pela Diretoria para o exercício de 2015. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

RESSALVA 6

Quanto ao que foi tratado no item 10 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, referente à RTSA, os Auditores Independentes consideram o ponto como regularizado, pela simples conversão em déficit técnico da dívida não

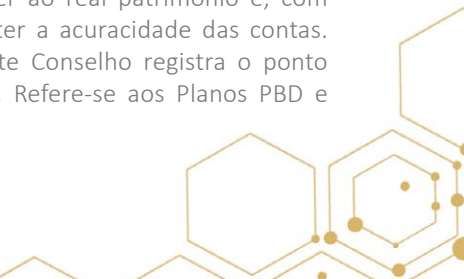
contratada, dado que a Patrocinadora-ECT suspendeu o repasse das parcelas da competência de março/2014 por recomendação do DEST/MP. A motivação para esta ressalva decorre da convicção deste Conselho no sentido de que, tendo por base toda a documentação anteriormente aprovada e existente no âmbito do Postalís e da ECT, os valores relativos à RTSA se enquadram como serviço passado e, portanto, são de responsabilidade da Patrocinadora-ECT. Este posicionamento é corroborado, e fundamenta-se também, pelo fato de a matéria encontrar-se em fase de discussão judicial, em ação promovida pelo Postalís contra a ECT. (Refere-se ao Plano PBD).

RESSALVA 7

No que refere o item 11 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que diz respeito ao cronograma de fechamento contábil das contribuições cuja demonstração apresentada no citado documento, aponta uma divergência de R\$ 4.471.226,05, entre os valores contábeis e arrecadados. A deficiência de controle é relevante na medida em que gera insegurança em relação à contabilização da entrada dos recursos coletados. Portanto, este Conselho registra RESSALVA para o referido ponto, contando com a solução no decorrer do exercício de 2015. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.

RESSALVA 8

Relativamente ao item 12 do “Relatório Circunstanciado Sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos”, da Baker Tilly, no exercício de 2014, que trata da Imparidade dos Investimentos, são relacionados pelos Auditores Independentes 17 Fundos que não apresentaram relatórios de auditoria e, conseqüentemente, não comprovaram ter realizado testes de imparidade. É ponto relevante na medida em que os valores apresentados podem não corresponder ao real patrimônio e, com isso, comprometer a acuracidade das contas. Diante disso, este Conselho registra o ponto como RESSALVA. Refere-se aos Planos PBD e Postalprev.



III. B – DAS ÊNFASES

ÊNFASE 1

I. As demonstrações contábeis do Plano de Benefício Definido Saldado, que são parte integrante das demonstrações contábeis acima referidas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal de suas atividades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rentabilidade dos investimentos ficou significativamente abaixo das metas atuariais estabelecidas. Esse fato contribuiu para que fosse apurado, no exercício de 2014, déficit total de R\$ 5.597.718 mil (R\$ 3.001.909 mil em 2013), composto pela Reserva de Tempo do Serviço Anterior (RTSA), pelos déficits técnicos acumulados e pela constituição das provisões matemáticas. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.3.1, a Administração do Instituto, para equacionamento do déficit técnico, instituiu a cobrança de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, cujo fluxo futuro de contribuições é fundamental para cumprimento do custeio aprovado. Essas demonstrações contábeis não contemplam ajustes relativos à realização e à classificação dos ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de descontinuidade das atividades.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este Conselho endossa a ênfase dos Auditores Independentes, qual seja: “Essas demonstrações contábeis não contemplam ajustes relativos à realização e à classificação dos ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de descontinuidade das atividades.”. Refere-se ao Plano PBD.

ÊNFASE 2

II. O compromisso referente ao serviço passado, apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA apresentou, em 2013 o saldo de R\$ 1.015.858 mil. Esta reserva reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do Plano de Benefício Definido. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.3.1, a Administração

do Instituto recebeu do patrocinador (ECT) correspondência informando que foi aprovada em reunião extraordinária do seu Conselho de Administração a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA, conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Diante disso, na elaboração do Plano de Equacionamento do Déficit de 2014, este montante foi incluído no total do déficit técnico a ser equacionado, tendo em vista que não haverá integralização da parcela das provisões matemáticas a constituir pelo patrocinador, que será coberta pelo aumento das contribuições extraordinárias dos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Esta ênfase foi enquadrada como RESSALVA 6 neste relatório.


ÊNFASE 3

III. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6.3, que apresenta, dentre as premissas atuariais utilizadas para determinação das provisões matemáticas, a taxa real de rentabilidade dos investimentos de 5,5% ao ano para os planos de Benefício Definido Saldado (PBD) e Contribuição Variável Postalprev, suportada por estudo técnico que deve ser revisado anualmente para a comprovação da aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. O Conselho Nacional de Previdência Complementar, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, definiu, por meio da Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, novos critérios de apuração da duração do passivo e da taxa real de juros anual, com efeitos a partir de janeiro de 2015, que poderão vir a ser diferentes das taxas atualmente adotadas pelo Instituto.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Este Conselho endossa a ênfase dos Auditores Independentes.

IV – DAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2014

Além dos pontos já destacados no presente Pa-



recer, onde foram considerados dados extraídos das Notas Explicativas elaboradas pelo Postalís, o Conselho Fiscal faz complementarmente os seguintes apontamentos:

Subitem 3.3.2 Créditos Privados e Depósitos: foram mencionadas apenas as provisões para perdas do Plano BD, omitindo-se as relativas ao Postalprev, que registram, segundo cálculos deste Conselho, um valor de R\$ 139.858.338,20 (cento e trinta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte centavos), acumulado até dezembro de 2014.

Subitem 3.3.4 Fundos de Investimentos: em face da inexistência de comentários acerca do desempenho dos Fundos de Investimentos no resultado dos Planos PBD e Postalprev, foi encaminhada ao Diretor Presidente do Postalís a CT/COF-2015/0040, em 16/07/2015, solicitando informações sobre os impactos da referida carteira no resultado dos Planos PBD e Postalprev. Até o fechamento do presente Parecer, este Conselho não havia recebido as informações solicitadas.

Subitem 3.7 Equacionamento do Déficit, alínea “a”: diante das dúvidas surgidas em relação aos registros contábeis relativos ao equacionamento do déficit do Plano PBD, foi encaminhada ao Diretor Presidente do Postalís a CT/COF-2015/0038, em 13/07/2015, solicitando posicionamento sobre oito questões. Por meio da CT/PRE-158/2015, o Diretor-Presidente do Postalís encaminhou posicionamento parcial sobre as questões levantadas. Ambos os expedientes constam em anexo ao presente Parecer.

V – DA OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO CGPC Nº 26/2008

O Art. 3º da Resolução CGPC Nº 26/2008 é explícito no sentido de que *“a apuração do resultado do plano de benefícios de caráter previdenciário dar-se-á mediante o levantamento de suas demonstrações contábeis e de sua avaliação atuarial, ao final de cada exercício, coincidente com o ano civil”*.

O Art. 28º da mesma Resolução, por sua vez, não deixa dúvidas no sentido de que o plano de equacionamento deve ser elaborado e aprovado *“a partir do encerramento do exercício social que apurou o resultado deficitário”*.

A correta aplicação destes artigos obrigaria a que, analisando o caso do Plano PBD, a aprovação de um plano de equacionamento que considerasse o resultado apurado no encerramento do exercício de 2014, necessariamente, teria que ocorrer no exercício de 2015.

No âmbito dos trabalhos de análise das contas do exercício de 2014, este Conselho se deparou com algumas dificuldades na compreensão dos registros afetos ao equacionamento do déficit, tratado no subitem 3.7 das Notas Explicativas.

O subitem 3.7 das Notas Explicativas menciona que, em decorrência do déficit técnico apurado de R\$ 5,6 bilhões, foi instituída contribuição extraordinária de 3,94% entre as competências de novembro/2014 a março/2015 e de 25,98% para as competências de abril/2015 a junho/2030, com base no relatório técnico de Plano de Equacionamento do Déficit GPA-128/2015-002.

A redação do mencionado documento dá a entender que o plano de equacionamento foi aprovado em data anterior a novembro de 2014, pois, do contrário, não haveria porque mencionar esta competência. Por outro lado, informa que a medida foi adotada com base em um relatório da consultoria atuarial, cuja numeração é 2015. É importante ressaltar que outras publicações do Postalís e da ECT também informam que o Plano de equacionamento foi aprovado em 2015.

Foi em função da falta de clareza das Notas Explicativas que, por meio da CT/COF-2015/0038, entre outros questionamentos, este Conselho solicitou que o Postalís informasse qual a data formal de aprovação do plano de equacionamento.

Como resposta, o Postalís listou três reuniões do COD, ocorridas em 23/12/2014, 28/01/2015

e 05/03/2015, sem mencionar, explicitamente, em que ocasião se deu a aprovação do plano de equacionamento.

Qualquer que seja, todavia, a efetiva data de aprovação do plano de equacionamento, a correta observância da Resolução CGPC Nº 26/2008 levaria a diferentes lançamentos no Balanço Patrimonial do Plano PBD e, por consequência, no Balanço Patrimonial Consolidado, uma vez que, na hipótese do equacionamento ter sido apro-

vado em 2014, o respectivo plano deveria considerar o resultado apurado ao término de 2013. Por outro lado, se o equacionamento foi efetivamente aprovado em 2015, não poderia constar como já equacionado em 2014.

A tabela a seguir apresenta os diferentes lançamentos que deveriam ser feitos em cada uma das situações comparados com os constantes do Balanço Patrimonial submetido à análise deste conselho:

Lançamento	Balanço PBD apresentado	Hipótese de equacionamento 2014	Hipótese de equacionamento 2015
Provisões Matemáticas a Constituir			
(-)Déficit Equacionado	5.597.718	1.986.051 (1.049.559 + 936.492)	1.049.559
Resultado Realizado			
(-) Déficit Téc. Acumulado	0	3.611.667	4.548.159

Constata-se, portanto, que a correta observância das disposições constantes da Resolução CGPC Nº 26/2008, seja com o plano de equacionamento aprovado em 2014 ou em 2015, determinaria lançamentos diferentes dos apresentados no Balanço Patrimonial submetido à análise do COF.

Outro aspecto exigido pela Resolução CGPC Nº 26/2008, cujo atendimento não foi evidenciado ao COF é o previsto no Art. 28, § 2º, que condiciona a aprovação do plano de equacionamento pelo Conselho Deliberativo à observância do disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 (as alterações no plano de benefícios que impliquem elevação da contribuição de patrocinadores serão objeto de prévia manifestação do órgão responsável pela supervisão, pela coordenação e pelo controle referido no caput). No entender deste Conselho, o requisito ora lembrado se constitui em condição formal para que o plano de equacionamento produza seus efeitos.

VI – DA OPINIÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE – BAKER TILLY

Em seu Relatório PAR 15/021, os Auditores Inde-

pendentes registram a seguinte opinião:

“Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do POSTALIS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.”

VII – PARECER DO COF

Plano de Gestão Administrativa – PGA: conclui-se com base nos documentos examinados por opinar favoravelmente que o Conselho Deliberativo aprove as demonstrações contábeis do exercício de 2014 deste Plano.

Plano Postalprev: conclui-se com base nos do-

cumentos examinados por opinar favoravelmente que o Conselho Deliberativo aprove as demonstrações contábeis do exercício de 2014 deste Plano, exceto quanto aos efeitos financeiros e econômicos não possíveis de serem mensurados, provenientes das ressalvas registradas neste Parecer.

Plano PBD: considerando:

a) que as ressalvas registradas neste parecer, sobretudo as reincidentes com relação a parecer do exercício anterior, mormente as que impactam a exatidão dos valores relativos ao patrimônio de fundos de investimentos quanto a efeitos financeiros e econômicos não passíveis de serem mensurados, que por consequência, não proporcionam a devida segurança em relação à fidedignidade dos dados contabilizados;

b) que não nos foi evidenciada a correta observância das disposições constantes da Resolução CGPC Nº 26/2008, com possíveis não conformidades nos lançamentos feitos no Balanço Patrimonial do PBD;

c) Que, em relação à RTSA, conforme reiterados posicionamentos deste Conselho em suas atas de reunião ao longo dos últimos meses, não há como acolher tecnicamente a simples transformação de uma dívida historicamente reconhecida pela patrocinadora, a título de Serviço

Passado, em déficit técnico a ser equacionado paritariamente com participantes e assistidos. Além disso, a ausência de qualquer evidência no sentido de que os administradores do Postalís adotaram tempestivamente a providência prescrita no Art. 62, §2º, do Decreto 4.942/2003, indica um tratamento simplório da questão em claro prejuízo aos participantes e assistidos. O não acionamento judicial da patrocinadora no prazo determinado pelo mencionado Decreto, certamente, facilitou a tomada de decisão, quando do equacionamento do déficit, alterando o enquadramento de serviço passado (RTSA) para déficit técnico e acarretando um significativo aumento do valor a equacionar paritariamente.


Por todo o exposto, este Conselho por unanimidade é de opinião desfavorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo das demonstrações contábeis do Plano PBD referentes ao exercício de 2014.

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Postalís

Considerando a relevância do Plano PBD nas demonstrações consolidadas do Instituto, este Conselho por unanimidade é de opinião desfavorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo das Demonstrações Contábeis do Postalís referentes ao exercício de 2014.

Brasília/DF, 21 de julho de 2015.


REGINALDO CHAVES DE ALCANTARA
Presidente


ANGELO SARAVIA DONGA
Membro Efetivo


JULIANO ARMSTRONG ARNOSTI
Membro Efetivo


JÚLIO VICENTE LOPES
Membro Efetivo

Aditamento ao Parecer nº 06/2015 do Conselho Fiscal do POSTALIS

O Conselho Fiscal do Instituto POSTALIS, em cumprimento ao Inciso I do Art. 55 do Estatuto do Instituto, examinou em sua 56ª Reunião Extraordinária, os documentos recebidos nesta reunião, constantes das correspondências, a saber: a) Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva de 22.07.2015 e anexos; b) CT/PRE – 169/2015 de 28.07.2015 e anexos; c) CI/DFI-2015/0104 de 22.07.2015 e CI/DFI-2015/0103 de 22.07.2015; d) CI-DSE/2015-117 de 23/07/2015. De posse da citada documentação, passamos à manifestação deste Conselho, destacando os pontos ajustados ou complementados nas Notas Explicativas, no Relatório da BAKER TILLY e o teor de outros documentos, emitidos em resposta a consultas feitas pelo COF tendo em vista a emissão do parecer relativo às contas de 2014, a saber:

I – Quanto ao item **“3.7 Equacionamento do Déficit”** das Notas Explicativas, o ajuste feito na sua redação deu mais clareza ao entendimento do assunto, entretanto não trouxe elementos que pudessem alterar a essência da manifestação constante do Parecer nº 06/2015;

II – Item **“12.2. Termo de Ajustamento de Conduta – TAC”**, esta complementação registra a assinatura do TAC, o que não constava das notas explicativas examinadas anteriormente, mas que não interfere no Parecer nº 06/2015;


III – Relatório da Baker Tilly, **“Ênfase VI”** – a inclusão desta ênfase registra a assinatura do TAC, o que não constava do Relatório dos auditores independentes, examinado anteriormente, e dada a sua pertinência, este Conselho a acolhe como ÊNFASE 4.

IV - CT/PRE – 169/2015 de 28.07.2015 – este

Conselho tomou conhecimento dos esclarecimentos prestados na referida carta, relativas à RTSA, que evidencia o esforço desenvolvido pela Diretoria do Postalís com vistas a buscar a continuidade dos repasses correspondentes junto à Patrocinadora-ECT, especialmente quando se lê a afirmação constante do 2º parágrafo da CT/PRE nº 080/2014 de 20/05/2014, do Postalís à ECT, que menciona: *“Ressalte-se que a referida inadimplência impõe a realização de desinvestimentos para cumprimento das obrigações do plano de benefícios bem como ensejará a propositura da execução judicial do débito no prazo de até 90 (noventa) dias, como determina o mesmo dispositivo legal”*, referindo-se ao Artigo 62 do Decreto nº 4.942/2003, o que corrobora a posição destacada no Parecer nº 06/2015 deste Conselho. A ausência do Termo de Compromisso (contrato) assinado entre o Postalís e a ECT pode, de fato, ter retardado o ajuizamento de ação dentro do referido prazo, mas cabe destacar que a não formalização, foi objeto de registro contínuo do Conselho Fiscal, como pendência a ser regularizada pelo Postalís, antes mesmo de ter havido a suspensão do repasse da RTSA. Isso posto, em que pese providências administrativas que antecederam ao ajuizamento da ação, em observância aos normativos existentes, este Colegiado mantém a essência do seu posicionamento, firmado no Parecer nº 06/2015.

V - CI/DFI-2015/0104 de 22.07.2015 – o Conselho toma conhecimento das manifestações da DFI, acolhendo os esclarecimentos prestados.

VI - CI/DFI-2015/0103 de 22.07.2015 – em que pese a manifestação da DFI, continua pendente a essência do que foi solicitado, ou seja, a informação objetiva acerca do *“impacto causado, seja negativo ou positivo, pelos Fundos*



de Investimentos nos respectivos planos PBD e PostalPrev”.

VII - CI-DSE/2015-117 de 23/07/2015 – embora na alínea “d” desta correspondência a DSE argumente que o Art.4º, parágrafo único, da Lei Complementar 108/2001 trate de planos de benefícios, o que é correto quando analisado isoladamente, a remissão a esse

dispositivo legal é feita, no caso, pelo Art.28º da Resolução CGPC 26/2008, cujo objeto é o equacionamento de déficit, de onde se conclui que a exigência prescrita na LC 108/2001 deve ser observada nas situações em pauta, pois do contrário não se justificaria a referida remissão. Logo, a manifestação da DSE não altera o entendimento deste Conselho exarado no Parecer nº 06/2015.

Manifestação do Conselho Fiscal

I – DAS RESSALVAS

Mantido na íntegra as ressalvas apresentadas no Parecer nº 06/2015, exceto a até então considerada RESSALVA 7, em decorrência do esclarecimento prestado pela Gerência de Contabilidade, conforme CI/DAD/GCN/2015-0004 de 30/07/2015. O assunto será acompanhado regularmente pelo Conselho Fiscal. Em consequência, é renumerada a **RESSALVA 08**, que passa a ser de **nº 07**.

II – DAS ÊNFASES

Mantido na íntegra o conteúdo do Parecer nº 06/2015, no tocante às 3 Ênfases registradas, este Conselho acompanha a ênfase que foi complementada pela *Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes*, na nova emissão do seu relatório, datado de 28/07/2015, a qual passamos denominar de **ÊNFASE 4**. A Saber: “IV – Conforme mencionado nas notas explicativas números 6.3.1 e 12.2, a Administração do Instituto havia elaborado plano para equacionamento do déficit técnico, com a instituição da cobrança de contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos, o qual foi suspenso em virtude da formalização, em 28 de maio de 2015, do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre a Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e o Posta-

lis, com a anuência da patrocinadora Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Este documento estabeleceu a revisão do plano de equacionamento do déficit até o final do exercício de 2015, com a cobrança de contribuições extraordinárias a partir do exercício de 2016. Dessa forma, o equacionamento do déficit depende do sucesso das medidas constantes do TAC formalizado entre a Administração do Postalís e a Previc, bem como da aprovação do plano de equacionamento que será revisado e apresentado até o final do exercício de 2015”.

III – PARECER DO COF

Avaliando os esclarecimentos prestados pelo Instituto relativos ao disposto no item VII do Parecer nº 06/2015, e conforme análise registrada no presente documento (CT/PRE – 169/2015 de 28.07.2015), no que tange ao descrito na alínea “c” (Plano PBD), este Conselho ajustou a sua redação que passa ser a seguinte, substituindo integralmente a anterior:

“c) Que, em relação à RTSA, conforme reiterados posicionamentos deste Conselho em suas atas de reunião ao longo dos últimos meses, tecnicamente, a simples transformação contábil de uma dívida historicamente reconhecida pela patrocinadora, a título de Serviço Passado, em déficit técnico a ser equacionado paritariamente com participantes e assistidos,

deveria ser precedida da correspondente modificação jurídica da situação, dado que o processo ainda tramita na esfera judicial. Além disso, as providências administrativas informadas pelo Instituto nesta reunião não eximiriam a Administração de adotar tempestivamente a providência prescrita no Art. 62, §2º, do Decreto 4.942/2003”.

IV – SÍNTESE DO ADITAMENTO

Com exceção dos ajustes e registros constantes do presente aditamento, fica mantido o teor e a conclusão do Parecer nº 06/2015, constante da Ata da 52ª Reunião Extraordinária deste Conselho.

Brasília, 30 de julho de 2015.



REGINALDO CHAVES DE ALCANTARA
Membro Efetivo



ANGELO SARAIVA DONGA
Membro Efetivo



JULIANO ARMSTRONG ARNOSTI
Membro Efetivo



JÚLIO VICENTE LOPES
Membro Efetivo

Parecer do Conselho Deliberativo

Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2014

O Conselho Deliberativo do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - Postalís, em cumprimento ao disposto no artigo 39, inciso IV do Estatuto da Entidade e considerando: a manifestação da auditoria externa, Baker Tilly Brasil Auditores Independentes, os Pareceres do Atuário responsável pelos Planos de Benefícios administrados pelo Postalís, GlobalPrev Consultores Associados, bem como o Parecer do Conselho Fiscal do Postalís, com os votos contrários dos Conselheiros José Rivaldo e Manoel Santana e os votos favoráveis com ressalvas, dos Conselheiros Areovaldo Figueiredo, Máximo Villar, Manoel Cantoara e Sérgio Bleasby, APROVAM as CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014 COM RESSALVAS, observadas as ressalvas apontadas no Relató-

rio dos Auditores Independentes, as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31.12.2014, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado e por plano); Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidado e por plano); Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios previdencial); Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (consolidado e por plano de benefícios previdencial); Demonstração das Provisões Técnicas – DPT (por plano de benefícios previdencial); Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (consolidadas); Parecer dos Auditores Independentes; Parecer do Atuário (por plano de benefícios previdencial); Parecer do Conselho Fiscal; Manifestação do Conselho Deliberativo.


Brasília, 30 de julho de 2015.



AREOVALDO ALVES DE FIGUEIREDO
Presidente



MANOEL DOS SANTOS O. CANTOARA
Conselheiro Efetivo



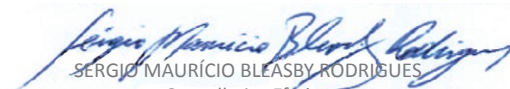
MÁXIMO JOAQUIM CALVO VILAR JUNIOR
Conselheiro Efetivo



MANOEL ALMEIDA SANTANA
Conselheiro Efetivo



JOSÉ RIVALDO DA SILVA
Conselheiro Efetivo



SÉRGIO MAURÍCIO BLEASBY RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

Expediente

Ranking Abrapp

Volume de investimento – 13º lugar.

Número de participantes ativos e assistidos: 3º lugar.

Composição dos Órgãos Estatutários

DIRETORIA EXECUTIVA

Responsável pela administração do POSTALIS, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria-Executiva é integrada por quatro membros, indicados pelos Correios e nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de três anos.

Antonio Carlos Conquista

DIRETOR-PRESIDENTE

Antonio Carlos Conquista é formado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá. Conquista foi funcionário do Banespa por 25 anos, onde exerceu várias funções. Em 2000 foi eleito Diretor Administrativo da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo – CABESP, onde ficou até 2003. Seguindo sua trajetória no segmento de previdência, Conquista atuou na Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social, como de chefe de Gabi-

nete do então Presidente, de 2003 a 2007, e como Gerente Executivo de Administração no período de 2007 a 2009. No Período de 24/11/2009 a 05/11/2010, atuou como Diretor Executivo na Fundação de Seguridade Social (GEAP). Exerceu o cargo de Secretário de Infraestrutura e Fomento do Ministério da Pesca e Aquicultura.



André Luís Carvalho da Motta e Silva

DIRETOR FINANCEIRO

André Luís Carvalho da Motta e Silva, natural do Rio de Janeiro, é formado em Direito e Economia pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-RIO. Ocupou diversos cargos de gestão junto ao Governo do Distrito Federal, entre os anos de 1999 e 2011. André Motta foi Secretário-Adjunto de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, da Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Distrito Federal, tendo respondido como titular da última em 2006. Na CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal foi Diretor

Administrativo e Financeiro, Diretor de Parcerias e Projetos Estratégicos, tendo sido responsável pela contratação da primeira Parceria Público-Privada no âmbito do Governo do Distrito Federal. Ocupou ainda o cargo de Presidente da empresa. No período de junho de 2010 a janeiro de 2011, Motta exerceu o cargo de Diretor Administrativo do Banco de Brasília - BRB e foi Presidente do Conselho Fiscal da empresa Cartão BRB/SA. Nos últimos dois anos atuou como advogado.



Paulo Fernando Moura de Sá

DIRETOR DE SEGURIDADE

Paulo Sá é cearense de Fortaleza, radicado em Brasília e economista formado pelo UniCEUB. Concluiu o MBA em Finanças e Investimentos pela London Business School (Inglaterra) e especializou-se em Private Equity, no Venture Capital Institute (Atlanta, EUA). Possui 25 anos de experiência no mercado financeiro, nas áreas de Previdência e Investimentos. Desempenhou funções estratégicas, ocupando posições seniores, em algumas das mais importantes organizações do mercado nacional e internacional, como na

CENTRUS- Fundação Banco Central de Previdência Privada, Banco Bozano Simonsen, Citibank e Brasil Telecom S/A.



Ele é certificado pelo ICSS para gerência e/ou direção em entidades de previdência. Além disso, é credenciado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários como Administrador de Carteiras, Títulos e Valores Mobiliários.

Roberto Macedo de Siqueira Filho

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Roberto Macedo nasceu em Brasília. Formou-se em Economia pela Universidade de Brasília – UNB (1988) e posteriormente em Direito pela Universidade do Distrito Federal – AEUDF (2003). Pós-Graduado em Direito Tributário pela FORTIUM (2007). Trabalhou no Banco de Brasília por mais de 10 anos tendo ocupado diversos cargos

nas áreas administrativa, financeira e de processamento de dados. É sócio fundador de empresa Incorporadora em Brasília, estando licenciado de suas funções.



CONSELHO DELIBERATIVO

É o órgão máximo do Instituto, responsável pela definição de sua política geral de administração e de seus planos de benefícios, integrado por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três nomeados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes, para um mandato de quatro anos.

TITULARES	SUPLENTES
Eleitos pelos Participantes	
José Rivaldo da Silva	Marcos da Matta Silveira
Manoel Almeida Santana	Luiz Alberto Menezes Barreto
Sergio Maurício Bleasby Rodrigues	Vinicius Moreno
Indicados pela Patrocinadora	
Areovaldo Alves de Figueiredo (Presidente)	Angela Rosa da Silva
Máximo Joaquim Calvo Villar Junior	Hudson Alves da Silva
Manoel dos Santos Cantoara	José Alberto Brito

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes - dois dos quais indicados pela patrocinadora e dois eleitos pelos participantes com mandato de quatro anos.

TITULARES	SUPLENTES
Eleitos pelos Participantes	
Reginaldo Chaves de Alcântara (Presidente)	Carlos Roberto Paulin
Angelo Saraiva Donga	Amanda Corcino Garcia
Indicados pela Patrocinadora	
Juliano Armstrong Arnosti	Cícero Ricardo de Santa Rosa
Júlio Vicente Lopes	Júlio César Oliveira



POSTALIS

relatório anual 2014

Instituto de Seguridade Social do Correios e Telégrafos
Setor Comercial Sul - Quadra 3 - Bloco A - nº 119
Edifício POSTALIS - CEP: 70300-903 - Brasília, DF